

# Estudo Técnico Preliminar 3/2025

## 1. Informações Básicas

Número do processo: 59004.002105/2024-91

## 2. Descrição da necessidade

A conservação/manutenção patrimonial, assim como outras atividades que visam dar suporte à estrutura dos serviços prestados à sociedade, de acordo com o contido no DECRETO Nº 9.507, DE 21 DE SETEMBRO DE 2018, são definidas como acessórias à atividade fim da Instituição, podendo, ser objeto de execução indireta e constituindo uma alternativa para a melhoria do desempenho da gestão das atividades de apoio, pois trata-se de serviço essencial para a Administração.

O benefício direto para Administração resultante da contratação em questão constitui-se na preservação do patrimônio público e auxilia na execução das atividades da instituição, garantindo o suporte necessário envolvendo a manutenção de bens, dos espaços construídos, garantindo os ambientes adequados.

A interrupção dos serviços objeto deste estudo poderá comprometer a continuidade das atividades institucionais, por isso a contratação deve estender-se por mais de um exercício financeiro. Devido à importância destes serviços e no intuito de sempre melhor atender a comunidade e os objetivos da SUDAM, faz-se necessária a contratação de empresa especializada, uma vez que não se dispõe de recursos humanos no quadro de pessoal e materiais para realização dessas atividades.

## 3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Divisão de Infraestrutura e Manutenção Predial - DIMP	Marcos Antonio Tavares de Sousa

## 4. Descrição dos Requisitos da Contratação

Contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços continuados de manutenção predial (preventiva e corretiva), com fornecimento de mão de obra residente (com dedicação exclusiva), além do fornecimento de peças de reposição, materiais de consumo e locação de equipamentos, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento.

Para os materiais/peças/insumos, o licitante deverá, na sua proposta, lançar o percentual de desconto que ele irá praticar durante a validade do contrato, este percentual será aplicado sobre o preço unitário constante da tabela SINAPI ou sobre o preço de itens que não constem na tabela, levantados de acordo com a orientação contida neste ETP.

GRUPO 1				
ITEM	DESCRIÇÃO	CBO	UNIDADE	QUANTIDADE
1	Serviço contínuo com dedicação exclusiva de mão de obra com o emprego de Oficial de Manutenção Predial (44 horas semanais).	5143-25	Posto	1

2	Serviço contínuo com dedicação exclusiva de mão de obra com o emprego de Eletricista, baixa tensão (44 horas semanais).	7156-10	Posto	1
3	Serviço contínuo com dedicação exclusiva de mão de obra com o emprego de Ajudante de Manutenção Predial (44 horas semanais).	7170-20	Posto	2

O prazo de vigência da contratação é de 2 anos contados da assinatura do contrato, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

As empresas licitantes poderão realizar vistoria, não obrigatória, nas instalações do local de execução dos serviços, acompanhado por servidor designado para esse fim, mediante prévio agendamento.

A contratação deverá prever, no que couber, práticas de sustentabilidade nos termos da Instrução Normativa SLTI/MP nº 01, de 19 de janeiro de 2010.

1. Preferência por produtos de baixo impacto ambiental;
2. Não geração, redução, reutilização, reciclagem e tratamento dos resíduos sólidos, bem como disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos;
3. Preferência para produtos reciclados e recicláveis, bem como para bens, serviços e obras que considerem critérios compatíveis com padrões de consumo social e ambientalmente sustentáveis (Lei 12.305/2010);
4. Aquisição de produtos e equipamentos duráveis, reparáveis e que possam ser aperfeiçoados; e
5. Adoção de procedimentos racionais quando da tomada de decisão de consumo, observando-se a necessidade, oportunidade e economicidade dos produtos a serem adquiridos.

Será exigida a prestação de garantia pela Contratada, no percentual de 5% (cinco por cento) do valor total do contrato, podendo optar por caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária, a ser comprovada no prazo de 10 (dez) dias a partir da data da celebração do contrato, prorrogados por igual período a critério da Contratante.

O grau de eficiência da prestação dos serviços será verificado mediante avaliação mensal do gestor/fiscal do contrato.

Na avaliação da prestação dos serviços será utilizado formulário contendo os fatores de avaliação elaborados pela Administração da CONTRATANTE, onde será atribuída pontuação a depender de situações ocorridas durante a execução do contrato. Existindo, desta forma, uma faixa de ajuste no pagamento será definida pela soma das pontuações atribuídas às ocorrências produzidas no período de avaliação, conforme tabela definida no Termo de Referência.

Para atendimento ao disposto no art. 18 da IN SEGES/MP N. 5/2017, será utilizada a Conta-Depósito Vinculada — bloqueada para movimentação como instrumento de gestão de risco para as contratações de prestação de serviços continuados, com dedicação exclusiva de mão de obra.

## 5. Levantamento de Mercado

Considerando o objeto a ser contratado, a melhor solução para atendimento desta demanda é a contratação de empresa prestadora de serviço terceirizado, dado que as atividades que se busca contratar são de caráter acessório e, por isso, preferencialmente objeto de execução indireta.

Por meio de consulta ao portal Compras.gov.br, é possível identificar que existem diversas empresas no mercado que podem prestar os serviços pretendidos, de forma que, torna-se obrigatória a seleção do fornecedor por intermédio de um certame licitatório.

Por se tratar de serviço comum, conforme previsão contida no art. 1º, § 1º, do Decreto nº 10.024/2019, será adotado o pregão eletrônico como modalidade licitatória.

O presente estudo técnico aponta como solução a execução do contrato em 02 (duas) frentes, uma relacionada ao emprego de mão de obra com dedicação exclusiva e outra relacionada ao emprego de materiais/peças /insumos, conforme abaixo destacados. Essa linha de atuação é baseada em outros contratos existentes atualmente no âmbito da Administração Pública.

GRUPO 1				
ITEM	DESCRIÇÃO	CBO	UNIDADE	QUANTIDADE
1	Serviço contínuo com dedicação exclusiva de mão de obra com o emprego de Oficial de Manutenção Predial (44 horas semanais).	5143-25	Posto	1
2	Serviço contínuo com dedicação exclusiva de mão de obra com o emprego de Eletricista, baixa tensão (44 horas semanais).	7156-10	Posto	1
3	Serviço contínuo com dedicação exclusiva de mão de obra com o emprego de Ajudante de Manutenção Predial (44 horas semanais).	7170-20	Posto	2
4	Fornecimento de materiais, insumos e peças de reposição.	-	Mês	12

Serviram como base para adoção deste modelo de contratação os seguintes processos:

Pregão Eletrônico nº 02/2023, da UASG: 90003 - JUSTICA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU - PA;

Pregão Eletrônico nº 07/2023 , da UASG: 925942 - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ;

Pregão Eletrônico nº 16/2023, da UASG: 257003 - INSTITUTO EVANDRO CHAGAS.

## 6. Descrição da solução como um todo

A contratação será realizada por intermédio de pregão eletrônico em grupo único, dividido em 4(quatro) itens, classificado como serviço continuado com dedicação exclusiva de mão de obra.

Os itens de 1 a 3 serão compostos por serviços contínuos com dedicação exclusiva de mão de obra, com a disponibilização de postos de trabalho, compreendendo 1 (um) eletricista, 1 (um) oficial de manutenção e 2 (dois) ajudantes de manutenção.

O item 4 será composto por fornecimento de peças, materiais e insumos, a serem ressarcidos à contratada conforme preços definidos no Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil - SINAPI.

Para os itens de 1 a 3, o custo mensal será fixo, já em relação ao item 4, os insumos serão faturados e pagos mensalmente de acordo com o quantitativo efetivamente utilizado no período de referência, conforme preços definidos no Sistema SINAPI, não cabendo qualquer pagamento pela Contratante por insumos ou serviços estimados em ordens de serviço, mas não efetivados na sua execução.

Todos os custos referentes a logística para aquisição das peças e materiais deverão estar estimados nos custos indiretos da Planilha de Formação de Preços da contratada.

A contratação adotará como regime de execução a empreitada por preço unitário.

A empresa contratada será responsável pelo monitoramento de todas as atividades relativas à gerência da mão de obra, inspeção, verificação, registro do estado das instalações e equipamentos, incluindo suas grandezas físicas de interesse para a manutenção; auxílio à CONTRATANTE no controle dos demais prestadores de serviço indicados neste documento ou que vierem a ser contratados, cuja atuação esteja relacionada com a gestão predial; elaboração de planos, rotinas e estudos; revisão e aperfeiçoamento de rotinas; ponto de controle entre a CONTRATANTE e a CONTRATADA, etc. O Monitoramento deverá auxiliar a fiscalização da SUDAM na sua atividade de acompanhamento de todas as instalações.

Ficarão também a cargo da contratada todas as atividades relativas à necessidade de acompanhamento, reposições, consertos, adaptações, lubrificação, limpeza, etc, de maneira programada ou não, de forma a garantir a continuidade do serviço e funcionamento das máquinas, equipamentos e instalações, visando a melhor utilização dos recursos, preservação do patrimônio e atendimento aos usuários.

A CONTRATADA será responsável pela qualificação profissional dos colaboradores que ocuparão os postos de trabalho, conforme exigência deste documento, ficando a seu cargo também o fornecimento de Equipamentos de Proteção Individual – EPI, uniformes e ferramentas em qualidade e quantidade suficientes para a adequada realização das tarefas.

Devidamente comprovada a necessidade de substituição de peças, equipamentos e/ou utilização de materiais de reposição, antes de a contratada fornecer o item demandado, o fiscal do contrato deverá se pronunciar autorizando ou não a compra, mediante apresentação de orçamento detalhado dos itens a serem substituídos, havendo também a necessidade da indicação do código do material na tabela SINAPI.

Caso o item demandado não conste na tabela SINAPI, a CONTRATADA deverá apresentar 3 (três) orçamentos precificando o respectivo material, sendo que a administração também cotará três valores, que poderá ser feito por intermédio do painel de preços ou outro meio de pesquisa adotado pela Administração Pública. A compra deverá recair sobre o menor valor pesquisado, ao qual será aplicado o desconto ofertado e o BDI constantes da proposta de preço da contratada.

Deverá ser justificada pelo fiscal do contrato a autorização para compra de algum item com menos de 3 (três) pesquisas de preços.

A Administração poderá oferecer contraposta em relação ao menor valor obtido nas pesquisas de preços.

A CONTRATADA sempre deverá dar preferência, na hora da aquisição, para materiais considerados mais adequados do ponto de vista dos impactos ambientais.

Os materiais, equipamentos e ferramental, constantes da relação levantada pelo órgão licitante, serão disponibilizados pela Contratada na prestação dos serviços contínuos com emprego de mão de obra residente, sem ônus adicional para a Contratante, face ao fato dos respectivos custos já comporem uma parcela dos valores referentes à mão de obra para a execução dos serviços.

A lista de materiais, equipamentos e ferramental levantada pela SUDAM não é exaustiva. A Contratada estará obrigada a disponibilizar quaisquer outros equipamentos, instrumentos e ferramental básicos que se fizerem necessários à perfeita execução dos serviços objeto desta contratação.

Antes do início da execução dos serviços, a CONTRATADA deverá encaminhar lista de todos os funcionários que atuarão nos postos residentes, contendo cópia de documento de identidade e documentos que comprovem a habilitação técnica do profissional. A CONTRATANTE realizará pesquisa social interna, bem como avaliação da qualificação, podendo demandar a substituição do(s) funcionário(s), caso encontre algo que desabone sua presença nos ambientes de segurança.

A CONTRATANTE poderá solicitar documentação de funcionário a qualquer tempo, durante a execução do contrato, para análise.

A CONTRATADA deverá comunicar formalmente, com antecedência mínima de 20 dias corridos, qualquer alteração nos postos de trabalho. Ficam excluídas as hipóteses que por sua natureza não permitam o comunicado tempestivo, como atestados médicos ou demissão por justa causa.

De forma resumida, o contrato será executado da seguinte forma:

#### Mão de Obra Exclusiva

Executará serviços de manutenção elétrica, hidráulica, sanitária, carpintaria, alvenaria, impermeabilização, revestimento, substituindo, trocando, limpando, lubrificando, reparando e instalando peças, componentes e equipamentos. Executará as manutenções preventivas e corretivas em todos os equipamentos e instalações, verificando as ações necessárias ao cumprimento do objeto do contrato, executando as rotinas de manutenção, conforme Plano de Manutenção Predial a ser elaborado pela empresa contratada, seguindo as diretrizes que serão estipuladas no Termo de Referência. Deverão repassar todas as informações sobre a execução dos serviços ao Preposto, que é o responsável pela confecção de relatórios, gestão do pessoal, elaboração de orçamentos, laudos, planejamento dos serviços, cronogramas e supervisão da execução dos serviços em que se fizer necessária a presença do respectivo profissional. O Preposto e o Fiscal do Contrato organizarão as prioridades das ordens de serviços de manutenção corretiva, assim como analisarão o tempo de serviço e gastos de materiais para criação de estatística que auxiliará na organização das manutenções preventivas e preditivas.

## 7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

Para estimar a quantidade de postos de trabalho e peças/materiais necessários à perfeita execução dos serviços de manutenção, utilizou-se como base o histórico de contratações dos respectivos serviços.

Também foram utilizados como referencial contratos de outros órgãos. Nesse sentido, verificou-se que o padrão estabelecido é a de utilização de um corpo técnico, adequado para a capacidade e quantidade de equipamentos instalados, além do número e tamanho das edificações de cada órgão.

Desse modo, decidiu-se pela seguinte configuração:

Cargo (Tipo de Serviço)	Jornada Semanal	CBO	Nº de Profissionais
Oficial de Manutenção Predial	44h	5143-25	1
Eletricista de Instalações.		7156-10	1
Ajudante de Manutenção Predial.		7170-20	2

A supervisão será coordenada por um preposto, que deverá possuir capacidade técnica para acompanhamento dos serviços necessários, descritos no objeto do Termo de Referência e seus anexos, com apoio do responsável técnico da CONTRATADA. Será responsável pela confecção de relatórios, gestão da equipe, obtenção de orçamentos, laudos, planejamento dos serviços, cronogramas e supervisão da execução dos serviços em que se fizer necessária a presença deste profissional.

Os postos de trabalho, descritos na tabela acima, serão de execução contínua com dedicação exclusiva de mão de obra. Após análise do histórico desta e de outros contratos na Administração Pública Federal, concluiu-se que os postos de serviços de trabalho em regime contínuo atenderão às rotinas previstas em contrato, garantindo a operação e funcionamento dos prédios.

Para a estimativa do quantitativo de peças/insumos, foi realizado um levantamento a respeito dos itens demandados no ano de 2023 e 2024 bem como das quantidades dos respectivos materiais.

Em relação às contratações realizadas por outros órgãos, foi seguida a modelagem de contratar os serviços separando a mão de obra dos materiais, pois dessa forma fica melhor o controle por parte do fiscal em relação ao consumo real dos insumos demandados mensalmente.

A relação de ferramentas previstas para o novo contrato é a seguinte:

Item	Ferramentas	Origem de Preço	Custo Unitário (R\$)	Vida Útil (dias)	Vida Útil Horas Trabalhadas	Coefficiente Utilização	Custo Horário (R\$/h)	Custo Mensal (R\$/mês)
1	Alicate amperímetro	Cotação	81,90	360	2262,86	20%	0,0072	1,37
2	Alicate Climador	Cotação	48,90	180	1131,43	30%	0,0130	2,45
3	Alicate de Bico Longo de 6"	Cotação	29,18	180	1131,43	30%	0,0077	1,46
4	Alicate de pressão 11"	SINAPI	71,50	180	1131,43	30%	0,0190	3,58
5	Alicate de pressão para solda de chapa 18	SINAPI	127,08	180	1131,43	30%	0,0337	6,35
6	Alicate de pressão para solda tipo U	SINAPI	78,68	180	1131,43	30%	0,0209	3,93
7	Alicate diagonal para corte rente 6"	SINAPI	43,31	180	1131,43	30%	0,0115	2,17
8	Alicate para anéis de pistão capacidade 50-100 mm	SINAPI	102,18	180	1131,43	30%	0,0271	5,11
9	Alicate Profissional 8"	Cotação	38,16	180	1131,43	30%	0,0101	1,91
10	Arco de serra	Cotação	30,82	90	565,71	30%	0,0163	3,08
11	Balde 10 L	SINAPI	12,84	30	188,57	100%	0,0681	12,84
12	Bandeja de pintura	SINAPI	10,54	30	188,57	35%	0,0196	3,69
13	Bolsa de lona para ferramentas 40 x 30 x 20 cm	SINAPI	278,55	180	1131,43	100%	0,2462	46,43
14	Bucha de Espuma	Cotação	8,90	2	14,67	30%	0,1820	34,33
15	Carrinho de Mão	SINAPI	225,42	180	1131,43	100%	0,1992	37,57
16	Carrinho Plataforma em madeira 1500 x 800 mm - Capacidade: 600 kg	Cotação	1.448,99	360	2262,86	40%	0,2561	48,30
17	Chave de grifo de 24"	Cotação	95,42	180	1131,43	30%	0,0253	4,77

18	Chave fixa 19 X 22	Cotação	20,90	180	1131,43	20%	0,0037	0,70
19	Chave inglesa 10"	Cotação	56,87	180	1131,43	20%	0,0101	1,90
20	Chave inglesa 15"	Cotação	100,61	180	1131,43	30%	0,0267	5,03
21	Chave inglesa 6"	Cotação	36,96	180	1131,43	30%	0,0098	1,85
22	Colher de Pedreiro nº 9	Cotação	22,60	90	565,71	50%	22,6000	90,00
23	Corda de bombeiro 12 mm em nylon	Cotação	360,90	180	1131,43	20%	0,0638	12,03
24	Corta-tubos com capacidade de 6 - 42 mm	Cotação	46,90	360	2262,86	30%	0,0062	1,17
25	Decapador de fio	Cotação	84,93	180	1131,43	30%	0,0225	4,25
26	Desempenadeira Aço Dentada	SINAPI	22,56	90	565,71	20%	22,5600	90,00
27	Desempenadeira Aço Lisa	SINAPI	22,56	90	565,71	20%	22,5600	90,00
28	Desempenadeira de madeira	Cotação	22,90	30	188,57	10%	22,9000	30,00
29	Desempenadeira para Lixa	Cotação	26,12	30	188,57	30%	0,0416	7,84
30	Desempenadeira PVC (tamanho médio)	SINAPI	21,34	30	188,57	20%	0,0226	4,27
31	Detector de tensao	Cotação	42,90	360	2262,86	20%	0,0038	0,72
32	Enxada Estreita	Cotação	55,84	180	1131,43	40%	0,0197	3,72
33	Escada de abrir	SINAPI	419,69	180	1131,43	50%	0,1855	34,97
34	Escada de marinho em duralumínio, extensível	SINAPI	1.188,58	360	2262,86	30%	0,1576	29,71
35	Escova de aço, com cabo, 4x15 fileiras de cerdas	SINAPI	12,56	60	377,14	20%	0,0067	1,26
36	Esmerilhadeira Angular Elétrica, diâmetro do disco 7" (180mm)	SINAPI	936,01	360	2262,86	50%	0,2068	39,00
37	Espátula de aço inox 10 cm cabo de madeira	SINAPI	22,55	30	188,57	40%	0,0478	9,02
38	Espátula PVC lisa (tamanho médio)	SINAPI	8,30	30	188,57	20%	0,0088	1,66
39	Esquadro 90° x 30	SINAPI	35,83	360	2262,86	30%	0,0047	0,90
40	Estilete 18 mm	SINAPI	21,51	30	189	30%	0,0342	6,45
41	Estopa	SINAPI	19,34	30	188,57	50%	0,0513	9,67
42	Extensor de cabo de rolo 2 m	Cotação	52,55	30	188,57	20%	0,0557	10,51
43	Ferro de solda	Cotação	46,59	180	1131,43	20%	0,0082	1,55
44	Fita adesiva (crepe) 25 mm x 50 m Ref. 3M ou similar	SINAPI	9,47	3	22,00	20%	0,0861	16,23
45	Furadeira de impacto 1/2" - 600W	Cotação	398,99	360	2262,86	20%	0,0353	6,65
46	Jogo de chave allen estrela ou hexagonal	Cotação	25,62	180	1131,43	30%	0,0068	1,28
47	Jogo de serra copo	Cotação	33,90	180	1131,43	20%	0,0060	1,13

48	Kit Chave de Fenda e Phillips	Cotação	113,91	360	2262,86	40%	0,0201	3,80
49	Lápis de carpinteiro	Cotação	2,85	2	14,67	20%	0,0389	7,33
50	Lima quadrada 8"	Cotação	42,38	180	1131,43	30%	0,0112	2,12
51	Lima redonda 8	Cotação	28,90	180	1131,43	30%	0,0077	1,45
52	Linha de Pedreiro 100m	SINAPI	12,35	7	51,33	30%	0,0722	13,61
53	Lixadeira elétrica angular	SINAPI	965,02	360	2262,86	30%	0,1279	24,13
54	Lona plástica preta - 4 x 100 m - 12 kg	SINAPI	1,60	240	1508,57	50%	0,0005	0,10
55	Mangueira de Nível - 20m	SINAPI	1,90	90	565,71	30%	0,0010	0,19
56	Marreta 1/2 kg - cabo de madeira	Cotação	34,32	90	565,71	30%	0,0182	3,43
57	Martelo de borracha preto 450 g	Cotação	21,90	180	1131,43	40%	0,0077	1,46
58	Martelo de pedreiro - 1 corte - cabo 20 cm - 1/2 kg	Cotação	60,43	90	565,71	30%	0,0320	6,04
59	Misturador de tinta 100 mm x 60 cm	SINAPI	50,62	60	377,14	35%	0,0470	8,86
60	Nível de bolha - alumínio - 35 cm	Cotação	39,90	90	565,71	80%	0,0564	10,64
61	Pá quadrada com cabo de madeira em Y - 71 cm	Cotação	39,90	120	754,29	80%	0,0423	7,98
62	Pincel chato 1" cerdas sintéticas pretas	Cotação	4,39	6	44	35%	0,0349	6,59
63	Ponteiro aço liso 3 /4" x 10"	Cotação	23,90	30	188,57	30%	0,0380	7,17
64	Prumo de Centro	SINAPI	45,32	360	2262,86	30%	0,0060	1,13
65	Prumo de Parede	SINAPI	51,67	360	2262,86	30%	0,0068	1,29
66	Régua de Alumínio - 2m	SINAPI	60,63	360	2262,86	40%	0,0107	2,02
67	Rolo de espuma poliéster 15 cm c/ cabo	SINAPI	16,78	6	44,00	20%	0,0763	14,38
68	Rolo de lã de carneiro 23 cm c/ cabo	SINAPI	37,22	6	44	20%	0,1692	31,90
69	Selador horizontal para fita de aço 1"	SINAPI	557,26	180	1131	20%	0,0985	18,58
70	Serrote 20	Cotação	59,90	90	565,71	20%	0,0212	3,99
71	Talhadeira aço chato 10"	Cotação	24,90	30	188,57	30%	0,0396	7,47
72	Thinner / Aguarrás (5L)	Cotação	26,98	15	110	50%	0,1226	23,13
73	Trena	Cotação	19,89	360	2262,86	50%	0,0044	0,83
74	Trincha 2" cerdas sintéticas pretas	Cotação	7,87	6	44,00	35%	0,0626	11,80

**Total mensal:** R\$ 954,18

**Quantidade de funcionários:** 4

**Custo mensal por funcionário:** R\$ 238,54



Para obtenção dos valores foi utilizada as informações e metodologia do SINAPI, conforme caderno de Cálculos e Parâmetros mantido no endereço: [https://www.caixa.gov.br/Downloads/sinapi-manual-de-metodologias-e-conceitos/Livro\\_SINAPI\\_Calculos\\_Parametros.pdf](https://www.caixa.gov.br/Downloads/sinapi-manual-de-metodologias-e-conceitos/Livro_SINAPI_Calculos_Parametros.pdf)

O cálculo do custo com ferramentas segue a mesma metodologia utilizada para o cálculo do custo com EPI. A partir das doze famílias de mão de obra foi realizado o levantamento das ferramentas necessárias para cada atividade profissional, considerando o custo, a vida útil e a frequência de uso.

Os preços dos insumos de ferramentas são igualmente provenientes do SINAPI ou de cotação no mercado.

#### Relação de Equipamentos de Proteção Individuais previstos (EPIs):

##### Kit de EPI - Eletricista (SINAPI 43496)

Item	EPI	Origem de Preço	Custo Unitário (R\$)	Vida Útil (dias)	VidaÚtil (Horas Trabalhadas)	Coefficiente Utilização	Custo Horário (R\$ /h)	Custo Mensal (R\$ /mês)
1	Uniforme comum (2 unidades)	Cotação	R\$ 277,38	180	1131,43	100%	0,2452	R\$ 46,23
2	Capacete	SINAPI	R\$ 16,31	360	2262,86	100%	0,0072	R\$ 1,36
3	Botas de couro cano curto	SINAPI	R\$ 78,27	90	565,71	100%	0,1384	R\$ 26,09
4	Luvas de borracha - látex - cano curto	Cotação	R\$ 4,99	2	14,67	30%	0,1020	R\$ 19,24
5	Luvas de raspa cano curto	SINAPI	R\$ 14,67	10	73,33	70%	0,1400	R\$ 26,41
6	Óculos contra impacto	SINAPI	R\$ 6,33	60	377,14	100%	0,0168	R\$ 3,17
7	Protetor auricular	SINAPI	R\$ 2,44	20	146,67	60%	0,0100	R\$ 1,88
8	Cinto de segurança tipo paraquedista	SINAPI	R\$ 78,27	180	1131,43	20%	0,0138	R\$ 2,61
9	Trava quedas	SINAPI	R\$ 191,60	90	565,71	20%	0,0677	R\$ 12,77
10	Talabarte	SINAPI	R\$ 218,09	90	565,71	20%	0,0771	R\$ 14,54
11	Creme de proteção solar FPS 30 (4L)	SINAPI	R\$ 277,21	130	817,14	50%	0,1696	R\$ 31,99
12	Capa impermeável	SINAPI	R\$ 21,19	60	377,14	20%	0,0112	R\$ 2,12
13	Protetor facial de acrílico	Cotação	R\$ 44,20	60	377,14	50%	0,0586	R\$ 11,05
14	Respirador descartável sem válvula	SINAPI	R\$ 1,82	1	7,33	20%	0,0497	R\$ 9,36
15	Luva de Alta Tensão	SINAPI	R\$ 421,95	360	2262,86	50%	0,0932	R\$ 17,58
<b>Total</b>							<b>R\$ 1,20</b>	<b>R\$ 226,40</b>

##### Kit de EPI - Oficial de Manutenção Predial

Item	EPI	Origem de Preço	Custo Unitário (R\$)	Vida Útil (dias)	VidaÚtil (Horas Trabalhadas)	Coefficiente Utilização	Custo Horário (R\$ /h)	Custo Mensal (R\$ /mês)
1	Avental de PVC	Cotação	R\$ 27,90	15	110	100%	0,2536	R\$ 47,83
2	Avental de raspa	SINAPI	R\$ 48,43	30	188,57	50%	0,1284	R\$ 24,22
3	Abafador de ruídos	SINAPI	R\$ 33,42	90	565,71	50%	0,0295	R\$ 5,57
4	Botas de couro cano curto	SINAPI	R\$ 78,27	90	565,71	100%	0,1384	R\$ 26,09

5	Botas de PVC cano médio	SINAPI	R\$ 46,96	90	565,71	40%	0,0332	R\$ 6,26
6	Capa impermeável	SINAPI	R\$ 21,19	60	377,14	20%	0,0112	R\$ 2,12
7	Capacete	SINAPI	R\$ 16,31	360	2262,86	100%	0,0072	R\$ 1,36
8	Cinto de segurança tipo paraquedista	SINAPI	R\$ 78,27	180	1131,43	30%	0,0208	R\$ 3,91
9	Creme de proteção solar FPS 30 (4L)	SINAPI	R\$ 277,21	130	817,14	50%	0,1696	R\$ 31,99
10	Filtro para máscara semifacial	Cotação	R\$ 21,90	10	73,33	50%	0,1493	R\$ 28,16
11	Luvas de borracha - látex - cano curto	Cotação	R\$ 4,99	2	14,67	100%	0,3401	R\$ 64,14
12	Luvas de PVC cano médio forradas	Cotação	R\$ 19,99	10	73,33	30%	0,0818	R\$ 15,42
13	Luvas de raspa cano curto	SINAPI	R\$ 14,67	10	73,33	70%	0,1400	R\$ 26,41
14	Máscara semifacial com 1 filtro	Cotação	R\$ 33,90	120	754,29	50%	0,0225	R\$ 4,24
15	Óculos contra impacto	SINAPI	R\$ 6,33	60	377,14	100%	0,0168	R\$ 3,17
16	Protetor auricular	SINAPI	R\$ 2,44	20	146,67	60%	0,0100	R\$ 1,88
17	Protetor facial de acrílico	Cotação	R\$ 44,20	60	377,14	50%	0,0586	R\$ 11,05
18	Respirador descartável sem válvula	SINAPI	R\$ 1,82	1	7,33	50%	0,1241	R\$ 23,41
19	Talabarte	SINAPI	R\$ 218,09	90	565,71	30%	0,1157	R\$ 21,81
20	Trava quedas	SINAPI	R\$ 191,60	90	565,71	30%	0,1016	R\$ 19,16
21	Uniforme comum (2 unidades)	Cotação	R\$ 277,38	180	1131,43	100%	0,2452	R\$ 46,23
<b>Total</b>							<b>R\$ 2,20</b>	<b>R\$ 414,43</b>

## Kit de EPI - Ajudante de Manutenção Predial (SINAPI 43503)

Item	EPI	Origem de Preço	Custo Unitário (R\$)	Vida Útil (dias)	VidaÚtil (Horas Trabalhadas)	Coefficiente Utilização	Custo Horário (R\$ /h)	Custo Mensal (R\$ /mês)
1	Uniforme comum (2 unidades)	Cotação	R\$ 277,38	180	1131,43	100%	0,2452	R\$ 46,23
2	Capacete	SINAPI	R\$ 16,31	360	2262,86	100%	0,0072	R\$ 1,36
3	Botas de couro cano curto	SINAPI	R\$ 78,27	90	565,71	70%	0,0968	R\$ 18,26
4	Botas de PVC cano médio	SINAPI	R\$ 46,96	90	565,71	30%	0,0249	R\$ 4,70
5	Luvas de PVC cano médio forradas	cotação	R\$ 19,99	5	36,67	30%	0,1635	R\$ 30,84
6	Luvas de borracha - látex - cano curto	cotação	R\$ 4,99	2	14,67	20%	0,0680	R\$ 12,83
7	Luvas de raspa cano curto	SINAPI	R\$ 14,67	10	73,33	50%	0,1000	R\$ 18,86
8	Óculos contra impacto	SINAPI	R\$ 6,33	60	377,14	70%	0,0117	R\$ 2,22
9	Respirador descartável sem válvula	SINAPI	R\$ 1,82	1	7,33	70%	0,1738	R\$ 32,77
10	Protetor auricular	SINAPI	R\$ 2,44	20	146,67	30%	0,0050	R\$ 0,94
11	Abafador de ruídos	SINAPI	R\$ 33,42	90	565,71	20%	0,0118	R\$ 2,23
12	Cinto de segurança tipo paraquedista	SINAPI	R\$ 78,27	180	1131,43	30%	0,0208	R\$ 3,91
13	Trava quedas	SINAPI	R\$ 191,60	90	565,71	30%	0,1016	R\$ 19,16
14	Talabarte	SINAPI	R\$ 218,09	90	565,71	30%	0,1157	R\$ 21,81
15	Creme de proteção solar FPS 30 (4L)	SINAPI	R\$ 277,21	130	817,14	50%	0,1696	R\$ 31,99
16	Capa impermeável	SINAPI	R\$ 21,19	60	377,14	20%	0,0112	R\$ 2,12
<b>Total</b>							<b>R\$ 1,33</b>	<b>R\$ 250,23</b>

Para obtenção dos valores foi utilizada as informações e metodologia do SINAPI, conforme caderno de Cálculos e Parâmetros mantido no endereço: [https://www.caixa.gov.br/Downloads/sinapi-manual-de-metodologias-e-conceitos/Livro\\_SINAPI\\_Calculos\\_Parametros.pdf](https://www.caixa.gov.br/Downloads/sinapi-manual-de-metodologias-e-conceitos/Livro_SINAPI_Calculos_Parametros.pdf)

Esta metodologia também leva em conta a durabilidade do equipamento, bem como a frequência com que o trabalhador utiliza cada equipamento, que pode ser de uso contínuo durante a jornada de trabalho, como no caso de uniforme, capacete e botas, ou ainda, de uso eventual associado à atividade específica que está sendo realizada.

Em relação ao material de consumo, o rol exemplificativo dos itens e os quantitativos estimados estão em anexo.

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 346.551,90

O levantamento de preços, que possibilitou construir o valor de referência de cada serviço, observou o disposto na IN nº 5/2015 e suas alterações e foram utilizados os seguintes meios de precificação dos serviços:

Para a equipe residente, o valor da mão de obra foi estimado nas convenções coletivas de trabalho, por meio do salário normativo das categorias profissionais abrangidas pelo contrato e dos benefícios previstos em cada convenção.

A Convenção Coletiva de Trabalho utilizada foi a CCT SEAC X SINELPA 2024-2025, com número de registro no MTE PA000056/2024, de 26 de janeiro de 2024.

Para o orçamento dos insumos foram utilizadas as seguintes fontes:

- Tabela SINAPI/PA - Mês de Dezembro/2024;
- Pesquisa no portal Compras.gov.br; e

Considerando a predominância do fornecimento de mão de obra no escopo dos serviços, a fim de obter o preço mais favorável para a administração, foram levantados os custos considerando o regime tributário desonerado.

ITEM	ESTIMATIVA DE PREÇO MENSAL	ESTIMATIVA DE PREÇO ANUAL
Mão de Obra Residente	R\$ 21.879,33	R\$ 262.551,90
Materiais/Insumos/Peças	R\$ 7.000,00	R\$ 84.000,00
TOTAL	R\$ 30.260,43	R\$ 346.551,90

Com base nos instrumentos de pesquisa descritos neste tópico e nos dados históricos de 2023 e 2024, o valor estimado global da contratação é de R\$ 346.551,90.

Ressalta-se que o valor do item "Materiais/Insumos/Peças", ao longo do contrato, será sob demanda, ou seja, à medida da necessidade de sua utilização.

## **9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução**

Em regra, conforme § 1º do art. 23 da Lei nº 8.666/93, os serviços deverão ser divididas em tantas parcelas quantas se comprovarem técnica e economicamente viáveis, procedendo-se à licitação com vistas ao melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado e à ampliação da competitividade sem perda da economia de escala. O disposto, no entanto, não se aplica na presente demanda, sendo necessário o agrupamento dos serviços.

Acredita-se que o não parcelamento dos serviços representa a medida administrativa mais operacional do que a regra da licitação por itens isolados, sendo adotado a adjudicação do menor preço global, de modo que haja uma melhor coordenação das atividades e dos trabalhos a serem realizados pela empresa contratada, o que deve resultar em um trabalho mais eficiente e eficaz por parte da empresa.

## **10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes**

Informa-se que não há e não haverá outra contratação relacionada à este objeto neste exercício.

## **11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento**

A contratação pretendida consta no Plano Anual de Contratações (PAC) relativo ao ano de 2025.

## **12. Benefícios a serem alcançados com a contratação**

Com a contratação, busca-se atingir os seguintes resultados:

Conservação da capacidade funcional das edificações do complexo e de suas partes constituintes com o intuito de atender as necessidades e segurança dos usuários.

Diminuição de gastos substanciais com eventuais correções ou reformas no futuro.

## **13. Providências a serem Adotadas**

Como sugestão, fica registrado que é importante a reciclagem do conhecimento dos servidores que serão indicados para atuarem como fiscais do contrato, pois os normativos que regem a fiscalização de contratos rotineiramente passam por alterações, sendo de fundamental importância que todos esses servidores estejam atualizados quanto à legislação pertinente.

O objeto à ser contratado não é de modo especializado, desta forma, nas transições contratuais a empresa anterior não tem a necessidade de efetuar transição de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas.

Vale ressaltar que todas as reformas e reparos realizados pela empresa terceirizada são registrados nos sistemas internos da instituição de forma a se manter um histórico de tais manutenções.

## 14. Possíveis Impactos Ambientais

Os serviços prestados pela CONTRATADA deverão pautar-se sempre no uso racional de recursos e equipamentos, de forma a evitar e prevenir o desperdício de insumos e materiais consumidos bem como a geração excessiva de resíduos, a fim de atender às diretrizes de responsabilidade ambiental adotadas pela CONTRATANTE.

Os materiais empregados pela CONTRATADA deverão atender à melhor relação entre custos e benefícios, considerando os impactos ambientais, positivos e negativos, associados ao produto.

A qualquer tempo a CONTRATANTE poderá solicitar à CONTRATADA a apresentação dos produtos e materiais utilizados, podendo vir a solicitar a substituição de quaisquer itens por outros, com a mesma finalidade, considerados mais adequados do ponto de vista dos impactos ambientais.

Todas as embalagens, restos de materiais e produtos, e entulhos, incluindo lâmpadas queimadas, cabos, restos de óleos e graxas, deverão ser adequadamente separados, para posterior descarte pela CONTRATADA, em conformidade com a legislação ambiental e sanitária vigentes.

A CONTRATADA deverá retirar, sob orientação da Fiscalização, todos os materiais e dispositivos substituídos durante a realização dos serviços, devendo apresentá-los à fiscalização para avaliação de reaproveitamento, recolhimento a depósito indicado pela CONTRATANTE ou para descarte a ser efetuado pela CONTRATADA.

## 15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

### 15.1. Justificativa da Viabilidade

Por todo o exposto, declaramos que a solução que melhor atende ao interesse público no caso concreto é a contratação dos serviços acima especificados e consideramos que a contratação é plenamente viável.

## 16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**MARCOS ANTONIO TAVARES DE SOUSA**

Engenheiro Civil



*Assinou eletronicamente em 17/02/2025 às 11:27:54.*

## Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - Planilha de custo para nova contratação 2025.pdf (516.86 KB)
- Anexo II - Extrato-Convencao-Coletiva-SEAC-X-SINELPA-REGISTRADO.pdf (385.49 KB)
- Anexo III - SEAC\_SINELPA\_Tabela\_Salarial.pdf (130.19 KB)
- Anexo IV - PLANILHA DE CONSUMO ESTIMADO DE MATERIAIS.pdf (124.85 KB)

QUADRO-RESUMO DO VALOR MENSAL DOS SERVIÇOS							
Tipo de Serviço		Valor Proposto por Empregado	Qtde. de Empregados por Posto	Valor Proposto por Posto	Qtde. de Postos	Valor Mensal	Valor Global
(A)		(B)	(C)	(D) = (B x C)	(E)	(F) = (D x E)	(G) =F x12
I	Oficial de Manutenção.	R\$ 6.691,41	1	6.691,41	1	6.691,41	80.296,87
II	Eletricista de Instalações	R\$ 6.552,12	1	6.552,12	1	6.552,12	78.625,39
III	Ajudante de Manutenção Predial	R\$ 4.317,90	2	8.635,80	1	8.635,80	103.629,65
TOTAL						R\$ 21.879,33	R\$ 262.551,90



PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS - SUDAM			
PROCESSO:			
PREGÃO ELETRÔNICO:			
DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS (DADOS REFERENTES À CONTRATAÇÃO)			
A	Data de apresentação da proposta (dia/mês/ano):		
B	Município/UF:		Belém/PA
C	Ano do Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo:		CCT 2024/2025 - SEAC x SINELPA - PA000056/2024
D	Número de meses de execução contratual:		12
IDENTIFICAÇÃO DO SERVIÇO			
Tipo de Serviço		Unidade de Medida	Quantidade total a contratar
Oficial de Manutenção.		Posto	1
1. MÓDULOS			
Mão de obra			
Mão de obra vinculada à execução contratual			
Dados para composição dos custos referentes a mão de obra			
1	Tipo de Serviço		Oficial de Manutenção Predial
2	Classificação Brasileira de Ocupações (CBO)		CBO 5143-25
3	Salário Normativo da Categoria Profissional		R\$ 2.612,56
4	Categoria Profissional (vinculada à execução contratual)		Oficial de Manutenção Predial
5	Data-Base da Categoria (dia/mês/ano)		01/01/2024
6	Hora Normal		
7	Adicional Noturno 20%		
8	Hora Extra Diurna com 50%		
9	Hora Extra Noturna com 50%		
10	Feriado Pagamento em Dobro - Dia do Vigilante		
Módulo 1 - Composição da Remuneração			
1	Composição da Remuneração		Valor Médio
A	Salário-Base		R\$ 2.612,56
B	Adicional de Periculosidade =30% x (Salário-Base)		R\$ -
C	Adicional de Insalubridade		R\$ -
	Total da Remuneração		R\$ 2.612,56

Nota 1: O Módulo 1 refere-se ao valor mensal devido ao empregado pela prestação do serviço no período de 12 meses.

Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários			
Submódulo 2.1 - 13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias			
2.1	13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias		Valor Médio
A	13º (décimo terceiro) Salário = (8,33% x Total da Remuneração)	8,33%	R\$ 217,63
B	Férias e Adicional de Férias = (8,33% + 2,78%) x Total da Remuneração)	11,11%	R\$ 290,26
TOTAL		19,44%	R\$ 507,88

Nota 1: Como a planilha de custos e formação de preços é calculada mensalmente, provisiona-se proporcionalmente 1/12 (um doze avos) dos valores referentes a gratificação natalina, férias e adicional de férias.

Nota 2: O adicional de férias contido no Submódulo 2.1 corresponde a 1/3 (um terço) da remuneração que por sua vez é dividido por 12 (doze) conforme Nota 1 acima.

Nota 3: Levando em consideração a vigência contratual prevista no art. 57 da Lei nº 8.666, de 23 de junho de 1993, a rubrica férias tem como objetivo principal suprir a necessidade do pagamento das férias remuneradas ao final do contrato de 12 meses. Esta rubrica, quando da prorrogação contratual, torna-se custo não renovável.

Submódulo 2.2 - Encargos Previdenciários (GPS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e outras contribuições.			
2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	%	Valor Médio
A	INSS	0,00%	R\$ -
E	SALÁRIO EDUCAÇÃO	2,50%	R\$ 78,01
G	SAT	3,00%	R\$ 93,61
B	SESC ou SESI	1,50%	R\$ 46,81
C	SENAI ou SENAC	1,00%	R\$ 31,20
H	SEBRAE	0,60%	R\$ 18,72
D	INCRA	0,20%	R\$ 6,24
F	FGTS	8,00%	R\$ 249,64
TOTAL		16,80%	R\$ 524,23

Nota 1: Os percentuais dos encargos previdenciários, do FGTS e demais contribuições são aqueles estabelecidos pela legislação vigente.

Nota 2: O SAT a depender do grau de risco do serviço irá variar entre 1%, para risco leve, de 2%, para risco médio, e de 3% de risco grave.

Nota 3: Esses percentuais incidem sobre o Módulo 1, o Submódulo 2.1.

Submódulo 2.3 - Benefícios Mensais e Diários.		
2.3	BENEFÍCIOS MENSAIS E DIÁRIOS	Valor Médio
A	Auxílio Transporte ((Lei 7.418/1985) (Decreto Municipal 66.705/2011)) =(22*2*4,00)-(Salario base*6%)	R\$ 19,25
B	Auxilio Alimentação (Clausula XV CCT) = (22*25,50)-10%*(22*25,50)	R\$ 504,90
C	Plano de assistência e Cuidado Pessoal (Cláusula XLVIII da CCT)	R\$ 19,90
D	Assistência médica e familiar	R\$ -
E	Auxilio Creche	R\$ -
F	Seguro de vida , invalidez e funeral (Clausula XVII CCT)	R\$ 6,00
	Total da Benefícios mensais e diários	R\$ 550,05

Nota 1: O valor informado deverá ser o custo real do benefício (descontado o valor eventualmente pago pelo empregado).

Nota 2: Observar a previsão dos benefícios contidos em Acordos, Convenções e Dissídios Coletivos de Trabalho e atentar-se ao disposto no art. 6º da IN 05/2017 SEGES.

Quadro-Resumo do Módulo 2 - Encargos e Benefícios anuais, mensais e diários			
2	Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários		Valor Médio
2.1	13º SALÁRIO, FÉRIAS E ADICIONAL DE FÉRIAS		R\$ 507,88
2.2	GPS, FGTS E OUTRAS		R\$ 524,23
2.3	BENEFICIOS MENSAIS E DIÁRIOS		R\$ 550,05
	TOTAL		R\$ 1.582,16

Módulo 3 - Provisão para Rescisão			
3	Provisão para Rescisão	%	Valor Médio
A	Aviso Prévio Indenizado	0,42%	R\$ 10,97
B	Incidência do FGTS sobre aviso prévio indenizado	8,00%	R\$ 0,88
C	Multa do FGTS sobre do aviso prévio indenizado = 2% x Remuneração	2,00%	R\$ 52,25
D	Aviso prévio trabalhado	1,94%	R\$ 50,68
E	Incidência de GPS, FGTS e outras contribuições sobre o Aviso Prévio Trabalhado	16,800%	R\$ 8,51
F	Multa do FGTS do aviso prévio trabalhado	2,00%	R\$ 52,25
	TOTAL		R\$ 175,55

Nota 1: Devido a extinção da contribuição Social de 10% sobre os depósitos de FGTS que foi extinta a parti de 01/01/2020, conforme art. 12 da Lei 13.932/2019, a soma dos percentuais dos itens "C" e "F" do Modulo 3 , que se referem à multa do FGTS sobre aviso prévio indenizado e trabalhado , deve totalizar no máximo 4% sobre a remuneração, o que corresponde ao percentual que será recolhido na conta vinculada.

Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente			
---	--	--	--

Nota 1: Os itens que contemplam o módulo 4 se referem ao custo dos dias trabalhados pelo repositor/substituto, quando o empregado alocado na prestação de serviço estiver ausente, conforme as previsões estabelecidas na legislação.

Submódulo 4.1 - Substituto nas Ausências Legais			
4.1	Substituto nas Ausências Legais		Valor Médio
A	Substituto na cobertura de Férias	13,53%	R\$ 353,39
B	Substituto na cobertura de Ausências Legais	1,03%	R\$ 26,91
C	Substituto na cobertura de Licença-Paternidade	0,02%	R\$ 0,52
D	Substituto na cobertura de Ausência por acidente de trabalho	0,13%	R\$ 3,40
E	Substituto na cobertura de Afastamento Maternidade	0,06%	R\$ 1,57
F	Substituto na cobertura de outras ausências (especificar)		R\$ -
	TOTAL		R\$ 385,78

Submódulo 4.2 - Substituto na Intrajornada			
4.2	SUBMÓDULO 4.2 - Intrajornada		Valor Médio
A	Substituto na cobertura de Intervalo para repouso ou alimentação		
	TOTAL		R\$ -

Quadro-Resumo do Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente			
4	CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE		Valor Médio
4.1	AUSENCIAS LEGAIS		R\$ 385,78
4.2	INTRAJORNADA		R\$ -
	TOTAL		R\$ 385,78

Módulo 5 - Insumos Diversos		
5	MÓDULO 5 - INSUMOS DIVERSOS	Valor Médio
A	Uniformes e EPIs	R\$ 414,43
B	Ferramentas e Equipamentos	238,544875
C	Outros (especificar)	
D		
	Total	R\$ 652,97

Nota: Valores mensais por empregado.

6 - CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO			
6	Custos Indiretos, Tributos e Lucro	Percentual (%)	Valor Médio
A	Custos Indiretos (percentual retirado do Acórdão nº 2622/2013 do TCU)	3,00%	R\$ 162,27
A.1	Custo de manutenção de depósito de conta Vinculada = R\$ 155/10 (empregados)		R\$ 15,50
B	Lucro (percentual retirado do Acórdão nº 2622/2013 do TCU)	4,02%	R\$ 224,68
C	Tributos		
	C.1. Tributos Federais (especificar)		
	a) Cofins	3,00%	R\$ 200,74
	b) PIS	0,65%	R\$ 43,49
	C) CPRB	4,50%	R\$ 301,11
	C.2. Tributos Estaduais (especificar)		
	C.3. Tributos Municipais (especificar)		
	a) ISS	5%	R\$ 334,57
	Total		R\$ 1.282,37

Nota 1: Custos Indiretos, Tributos e Lucro por empregado.

Nota 2: O valor referente a tributos é obtido aplicando-se o percentual sobre o valor do faturamento.

2. QUADRO-RESUMO DO CUSTO POR EMPREGADO		
2		Valor Médio
A	Módulo 1 - Composição da Remuneração	R\$ 2.612,56
B	Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	R\$ 1.582,16
C	Módulo 3 - Provisão para Rescisão	R\$ 175,55
D	Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente	R\$ 385,78
E	Módulo 5 - Insumos Diversos	R\$ 652,97
	subtotal (A+B+C+D+E)	R\$ 5.409,03
F	MÓDULO 6 -Tributo + Custos Indiretos + Lucro	R\$ 1.282,37
	VALOR TOTAL POR EMPREGADO	R\$ 6.691,41

PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS - SUDAM		
PROCESSO:		
PREGÃO ELETRÔNICO:		
DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS (DADOS REFERENTES À CONTRATAÇÃO)		
A	Data de apresentação da proposta (dia/mês/ano):	
B	Município/UF:	Belém/PA
C	Ano do Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo:	CCT 2024/2025 - SEAC x SINELPA - PA000056/2024
D	Número de meses de execução contratual:	12
IDENTIFICAÇÃO DO SERVIÇO		
Tipo de Serviço		Unidade de Medida
Eletricista de Instalações		Posto
		Quantidade total a contratar
		1
1. MÓDULOS		
Mão de obra		
Mão de obra vinculada à execução contratual		
Dados para composição dos custos referentes a mão de obra		
1	Tipo de Serviço	Eletricista de Instalações
2	Classificação Brasileira de Ocupações (CBO)	CBO 7156-10
3	Salário Normativo da Categoria Profissional	R\$ 2.036,76
4	Categoria Profissional (vinculada à execução contratual)	Eletricista de Instalações
5	Data-Base da Categoria (dia/mês/ano)	01/01/2024
6	Hora Normal	
7	Adicional Noturno 20%	
8	Hora Extra Diurna com 50%	
9	Hora Extra Noturna com 50%	
10	Feriado Pagamento em Dobro - Dia do Vigilante	
Módulo 1 - Composição da Remuneração		
1	Composição da Remuneração	Valor Médio
A	Salário-Base	R\$ 2.036,76
B	Adicional de Periculosidade =30% x (Salário-Base)	R\$ 611,03
C	Adicional de Insalubridade	R\$ -
Total da Remuneração		R\$ 2.647,79

Nota 1: O Módulo 1 refere-se ao valor mensal devido ao empregado pela prestação do serviço no período de 12 meses.

Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários			
Submódulo 2.1 - 13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias			
2.1	13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias		Valor Médio
A	13º (décimo terceiro) Salário =(8,33% x Total da Remuneração)	8,33%	R\$ 220,56
B	Férias e Adicional de Férias =(8,33% + 2,78%) x Total da Remuneração)	11,11%	R\$ 294,17
TOTAL		19,44%	R\$ 514,73

Nota 1: Como a planilha de custos e formação de preços é calculada mensalmente, provisiona-se proporcionalmente 1/12 (um doze avos) dos valores referentes a gratificação natalina, férias e adicional de férias.

Nota 2: O adicional de férias contido no Submódulo 2.1 corresponde a 1/3 (um terço) da remuneração que por sua vez é dividido por 12 (doze) conforme Nota 1 acima.

Nota 3: Levando em consideração a vigência contratual prevista no art. 57 da Lei nº 8.666, de 23 de junho de 1993, a rubrica férias tem como objetivo principal suprir a necessidade do pagamento das férias remuneradas ao final do contrato de 12 meses. Esta rubrica, quando da prorrogação contratual, torna-se custo não renovável.

Submódulo 2.2 - Encargos Previdenciários (GPS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e outras contribuições.			
2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	%	Valor Médio
A	INSS	0,00%	R\$ -
E	SALÁRIO EDUCAÇÃO	2,50%	R\$ 79,06
G	SAT	3,00%	R\$ 94,88
B	SESC ou SESI	1,50%	R\$ 47,44
C	SENAI ou SENAC	1,00%	R\$ 31,63
H	SEBRAE	0,60%	R\$ 18,98
D	INCRA	0,20%	R\$ 6,33
F	FGTS	8,00%	R\$ 253,00
TOTAL		16,80%	R\$ 531,30

Nota 1: Os percentuais dos encargos previdenciários, do FGTS e demais contribuições são aqueles estabelecidos pela legislação vigente.

Nota 2: O SAT a depender do grau de risco do serviço irá variar entre 1%, para risco leve, de 2%, para risco médio, e de 3% de risco grave.

Nota 3: Esses percentuais incidem sobre o Módulo 1, o Submódulo 2.1.

Submódulo 2.3 - Benefícios Mensais e Diários.		
2.3	BENEFÍCIOS MENSAIS E DIÁRIOS	Valor Médio
A	Auxílio Transporte ((Lei 7.418/1985) (Decreto Municipal 66.705/2011)) =(22*2*4,00)-(Salario base*6%)	R\$ 53,79
B	Auxilio Alimentação (Clausula XV CCT) = (22*25,50)-10%*(22*25,50)	R\$ 504,90
C	Plano de assistência e Cuidado Pessoal (Cláusula XLVIII da CCT)	R\$ 19,90
D	Assistência médica e familiar	R\$ -
E	Auxilio Creche	R\$ -
F	Seguro de vida , invalidez e funeral (Clausula XVII CCT)	R\$ 6,00
	Total da Benefícios mensais e diários	R\$ 584,59

Nota 1: O valor informado deverá ser o custo real do benefício (descontado o valor eventualmente pago pelo empregado).

Nota 2: Observar a previsão dos benefícios contidos em Acordos, Convenções e Dissídios Coletivos de Trabalho e atentar-se ao disposto no art. 6º da IN 05/2017 SEGES.

Quadro-Resumo do Módulo 2 - Encargos e Benefícios anuais, mensais e diários			
2	Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	Valor Médio	
2.1	13º SALÁRIO, FÉRIAS E ADICIONAL DE FÉRIAS	R\$	514,73
2.2	GPS, FGTS E OUTRAS	R\$	531,30
2.3	BENEFICIOS MENSAIS E DIÁRIOS	R\$	584,59
	TOTAL	R\$	1.630,63

Módulo 3 - Provisão para Rescisão			
3	Provisão para Rescisão	%	Valor Médio
A	Aviso Prévio Indenizado	0,42%	R\$ 11,12
B	Incidência do FGTS sobre aviso prévio indenizado	8,00%	R\$ 0,89
C	Multa do FGTS sobre do aviso prévio indenizado = 2% x Remuneração	2,00%	R\$ 52,96
D	Aviso prévio trabalhado	1,94%	R\$ 51,37
E	Incidência de GPS, FGTS e outras contribuições sobre o Aviso Prévio Trabalhado	16,800%	R\$ 8,63
F	Multa do FGTS do aviso prévio trabalhado	2,00%	R\$ 52,96
	TOTAL		R\$ 177,92

Nota 1: Devido a extinção da contribuição Social de 10% sobre os depósitos de FGTS que foi extinta a parti de 01/01/2020, conforme art. 12 da Lei 13.932/2019, a soma dos percentuais dos itens "C" e "F" do Modulo 3 , que se referem à multa do FGTS sobre aviso prévio indenizado e trabalhado , deve totalizar no máximo 4% sobre a remuneração, o que corresponde ao percentual que será recolhido na conta vinculada.

Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente			
---	--	--	--

Nota 1: Os itens que contemplam o módulo 4 se referem ao custo dos dias trabalhados pelo repositor/substituto, quando o empregado alocado na prestação de serviço estiver ausente, conforme as previsões estabelecidas na legislação.

Submódulo 4.1 - Substituto nas Ausências Legais			
4.1	Substituto nas Ausências Legais		Valor Médio
A	Substituto na cobertura de Férias	12,92%	R\$ 342,01
B	Substituto na cobertura de Ausências Legais	1,03%	R\$ 27,27
C	Substituto na cobertura de Licença-Paternidade	0,02%	R\$ 0,53
D	Substituto na cobertura de Ausência por acidente de trabalho	0,13%	R\$ 3,44
E	Substituto na cobertura de Afastamento Maternidade	0,06%	R\$ 1,59
F	Substituto na cobertura de outras ausências (especificar)		R\$ -
	TOTAL		R\$ 374,84

Submódulo 4.2 - Substituto na Intraornada			
4.2	SUBMÓDULO 4.2 - Intraornada		Valor Médio
A	Substituto na cobertura de Intervalo para repouso ou alimentação		
	TOTAL		R\$ -

Quadro-Resumo do Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente			
4	CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE	Valor Médio	
4.1	AUSENCIAS LEGAIS	R\$	374,84
4.2	INTRAJORNADA	R\$	-
	TOTAL	R\$	374,84

Módulo 5 - Insumos Diversos		
5	MÓDULO 5 - INSUMOS DIVERSOS	Valor Médio
A	Uniformes e EPIs	R\$ 226,40
B	Materiais e Equipamentos	R\$ 238,54
C	Outros (especificar)	
D		
	Total	R\$ 464,94

Nota: Valores mensais por empregado.

6 - CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO			
6	Custos Indiretos, Tributos e Lucro	Percentual (%)	Valor Médio
A	Custos Indiretos (percentual retirado do Acórdão nº 2622/2013 do TCU)	3,00%	R\$ 158,88
A.1	Custo de manutenção de depósito de conta Vinculada = R\$ 155/10 (empregados)		R\$ 15,50
B	Lucro (percentual retirado do Acórdão nº 2622/2013 do TCU)	4,02%	R\$ 220,01
C	Tributos		
	C.1. Tributos Federais (especificar)		
	a) Cofins	3,00%	R\$ 196,56
	b) PIS	0,65%	R\$ 42,59
	C) CPRB	4,50%	R\$ 294,85
	C.2. Tributos Estaduais (especificar)		
	C.3. Tributos Municipais (especificar)		
	a) ISS	5%	R\$ 327,61
	Total		R\$ 1.255,99

Nota 1: Custos Indiretos, Tributos e Lucro por empregado.

Nota 2: O valor referente a tributos é obtido aplicando-se o percentual sobre o valor do faturamento.

2. QUADRO-RESUMO DO CUSTO POR EMPREGADO		
2		Valor Médio
A	Módulo 1 - Composição da Remuneração	R\$ 2.647,79
B	Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	R\$ 1.630,63
C	Módulo 3 - Provisão para Rescisão	R\$ 177,92
D	Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente	R\$ 374,84
E	Módulo 5 - Insumos Diversos	R\$ 464,94
	subtotal (A+B+C+D+E)	R\$ 5.296,12
F	MÓDULO 6 -Tributo + Custos Indiretos + Lucro	R\$ 1.255,99
	VALOR TOTAL POR EMPREGADO	R\$ 6.552,12

PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS - SUDAM		
PROCESSO:		
PREGÃO ELETRÔNICO:		
DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS (DADOS REFERENTES À CONTRATAÇÃO)		
A	Data de apresentação da proposta (dia/mês/ano):	
B	Município/UF:	Belém/PA
C	Ano do Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo:	CCT 2024/2025 - SEAC x SINELPA - PA000056/2024
D	Número de meses de execução contratual:	12
IDENTIFICAÇÃO DO SERVIÇO		
Tipo de Serviço		Unidade de Medida
Ajudante de Manutenção Predial		Posto
		Quantidade total a contratar
		2
1. MÓDULOS		
Mão de obra		
Mão de obra vinculada à execução contratual		
Dados para composição dos custos referentes a mão de obra		
1	Tipo de Serviço	Ajudante de Manutenção Predial
2	Classificação Brasileira de Ocupações (CBO)	CBO 7170-20
3	Salário Normativo da Categoria Profissional	R\$ 1.476,16
4	Categoria Profissional (vinculada à execução contratual)	Ajudante de Manutenção Predial
5	Data-Base da Categoria (dia/mês/ano)	01/01/2024
6	Hora Normal	
7	Adicional Noturno 20%	
8	Hora Extra Diurna com 50%	
9	Hora Extra Noturna com 50%	
10	Feriado Pagamento em Dobro - Dia do Vigilante	
Módulo 1 - Composição da Remuneração		
1	Composição da Remuneração	Valor Médio
A	Salário-Base	R\$ 1.476,16
B	Adicional de Periculosidade =30% x (Salário-Base)	R\$ -
C	Adicional de Insalubridade	R\$ -
	Total da Remuneração	R\$ 1.476,16

Nota 1: O Módulo 1 refere-se ao valor mensal devido ao empregado pela prestação do serviço no período de 12 meses.

Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários			
Submódulo 2.1 - 13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias			
2.1	13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias		Valor Médio
A	13º (décimo terceiro) Salário =(8,33% x Total da Remuneração)	8,33%	R\$ 122,96
B	Férias e Adicional de Férias =(8,33% + 2,78%) x Total da Remuneração)	11,11%	R\$ 164,00
TOTAL		19,44%	R\$ 286,97

Nota 1: Como a planilha de custos e formação de preços é calculada mensalmente, provisiona-se proporcionalmente 1/12 (um doze avos) dos valores referentes a gratificação natalina, férias e adicional de férias.

Nota 2: O adicional de férias contido no Submódulo 2.1 corresponde a 1/3 (um terço) da remuneração que por sua vez é dividido por 12 (doze) conforme Nota 1 acima.

Nota 3: Levando em consideração a vigência contratual prevista no art. 57 da Lei nº 8.666, de 23 de junho de 1993, a rubrica férias tem como objetivo principal suprir a necessidade do pagamento das férias remuneradas ao final do contrato de 12 meses. Esta rubrica, quando da prorrogação contratual, torna-se custo não renovável.

Submódulo 2.2 - Encargos Previdenciários (GPS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e outras contribuições.			
2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	%	Valor Médio
A	INSS	0,00%	R\$ -
E	SALÁRIO EDUCAÇÃO	2,50%	R\$ 44,08
G	SAT	3,00%	R\$ 52,89
B	SESC ou SESI	1,50%	R\$ 26,45
C	SENAI ou SENAC	1,00%	R\$ 17,63
H	SEBRAE	0,60%	R\$ 10,58
D	INCRA	0,20%	R\$ 3,53
F	FGTS	8,00%	R\$ 141,05
TOTAL		16,80%	R\$ 296,21

Nota 1: Os percentuais dos encargos previdenciários, do FGTS e demais contribuições são aqueles estabelecidos pela legislação vigente.

Nota 2: O SAT a depender do grau de risco do serviço irá variar entre 1%, para risco leve, de 2%, para risco médio, e de 3% de risco grave.

Nota 3: Esses percentuais incidem sobre o Módulo 1, o Submódulo 2.1.

Submódulo 2.3 - Benefícios Mensais e Diários.		
2.3	BENEFÍCIOS MENSAIS E DIÁRIOS	Valor Médio
A	Auxílio Transporte ((Lei 7.418/1985) (Decreto Municipal 66.705/2011)) =(22*2*4,00)-(Salario base*6%)	R\$ 87,43
B	Auxilio Alimentação (Clausula XV CCT) = (22*25,50)-10%*(22*25,50)	R\$ 504,90
C	Plano de assistência e Cuidado Pessoal (Cláusula XLVIII da CCT)	R\$ 19,90
D	Assistência médica e familiar	R\$ -
E	Auxilio Creche	R\$ -
F	Seguro de vida , invalidez e funeral (Clausula XVII CCT)	R\$ 6,00
	Total da Benefícios mensais e diários	R\$ 618,23

Nota 1: O valor informado deverá ser o custo real do benefício (descontado o valor eventualmente pago pelo empregado).

Nota 2: Observar a previsão dos benefícios contidos em Acordos, Convenções e Dissídios Coletivos de Trabalho e atentar-se ao disposto no art. 6º da IN 05/2017 SEGES.

Quadro-Resumo do Módulo 2 - Encargos e Benefícios anuais, mensais e diários			
2	Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários		Valor Médio
2.1	13º SALÁRIO, FÉRIAS E ADICIONAL DE FÉRIAS		R\$ 286,97
2.2	GPS, FGTS E OUTRAS		R\$ 296,21
2.3	BENEFICIOS MENSAIS E DIÁRIOS		R\$ 618,23
	TOTAL		R\$ 1.201,40

Módulo 3 - Provisão para Rescisão			
3	Provisão para Rescisão	%	Valor Médio
A	Aviso Prévio Indenizado	0,42%	R\$ 6,20
B	Incidência do FGTS sobre aviso prévio indenizado	8,00%	R\$ 0,50
C	Multa do FGTS sobre do aviso prévio indenizado = 2% x Remuneração	2,00%	R\$ 29,52
D	Aviso prévio trabalhado	1,94%	R\$ 28,64
E	Incidência de GPS, FGTS e outras contribuições sobre o Aviso Prévio Trabalhado	16,800%	R\$ 4,81
F	Multa do FGTS do aviso prévio trabalhado	2,00%	R\$ 29,52
	TOTAL		R\$ 99,19

Nota 1: Devido a extinção da contribuição Social de 10% sobre os depósitos de FGTS que foi extinta a parti de 01/01/2020, conforme art. 12 da Lei 13.932/2019, a soma dos percentuais dos itens "C" e "F" do Modulo 3 , que se referem à multa do FGTS sobre aviso prévio indenizado e trabalhado , deve totalizar no máximo 4% sobre a remuneração, o que corresponde ao percentual que será recolhido na conta vinculada.

Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente			
---	--	--	--

Nota 1: Os itens que contemplam o módulo 4 se referem ao custo dos dias trabalhados pelo repositor/substituto, quando o empregado alocado na prestação de serviço estiver ausente, conforme as previsões estabelecidas na legislação.

Submódulo 4.1 - Substituto nas Ausências Legais			
4.1	Substituto nas Ausências Legais		Valor Médio
A	Substituto na cobertura de Férias	13,63%	R\$ 201,23
B	Substituto na cobertura de Ausências Legais	1,03%	R\$ 15,20
C	Substituto na cobertura de Licença-Paternidade	0,02%	R\$ 0,30
D	Substituto na cobertura de Ausência por acidente de trabalho	0,13%	R\$ 1,92
E	Substituto na cobertura de Afastamento Maternidade	0,06%	R\$ 0,89
F	Substituto na cobertura de outras ausências (especificar)		R\$ -
	TOTAL		R\$ 219,53

Submódulo 4.2 - Substituto na Intraornada			
4.2	SUBMÓDULO 4.2 - Intraornada		Valor Médio
A	Substituto na cobertura de Intervalo para repouso ou alimentação		
	TOTAL		R\$ -

Quadro-Resumo do Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente			
4	CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE		Valor Médio
4.1	AUSENCIAS LEGAIS		R\$ 219,53
4.2	INTRAJORNADA		R\$ -
	TOTAL		R\$ 219,53

Módulo 5 - Insumos Diversos		
5	MÓDULO 5 - INSUMOS DIVERSOS	Valor Médio
A	Uniformes e EPIs	R\$ 250,23
B	Materiais e Equipamentos	R\$ 238,54
C	Outros (especificar)	
D		
	Total	R\$ 488,77



Nota: Valores mensais por empregado.

6 - CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO			
6	Custos Indiretos, Tributos e Lucro	Percentual (%)	Valor Médio
A	Custos Indiretos (percentual retirado do Acórdão nº 2622/2013 do TCU)	3,00%	R\$ 104,55
A.1	Custo de manutenção de depósito de conta Vinculada = R\$ 155/10 (empregados)		R\$ 15,50
B	Lucro (percentual retirado do Acórdão nº 2622/2013 do TCU)	4,02%	R\$ 144,99
C	Tributos		
	C.1. Tributos Federais (especificar)		
	a) Cofins	3,00%	R\$ 129,54
	b) PIS	0,65%	R\$ 28,07
	C) CPRB	4,50%	R\$ 194,31
	C.2. Tributos Estaduais (especificar)		
	C.3. Tributos Municipais (especificar)		
	a) ISS	5%	R\$ 215,90
	Total		R\$ 832,84

Nota 1: Custos Indiretos, Tributos e Lucro por empregado.

Nota 2: O valor referente a tributos é obtido aplicando-se o percentual sobre o valor do faturamento.

2. QUADRO-RESUMO DO CUSTO POR EMPREGADO		
2		Valor Médio
A	Módulo 1 - Composição da Remuneração	R\$ 1.476,16
B	Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	R\$ 1.201,40
C	Módulo 3 - Provisão para Rescisão	R\$ 99,19
D	Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente	R\$ 219,53
E	Módulo 5 - Insumos Diversos	R\$ 488,77
	subtotal (A+B+C+D+E)	R\$ 3.485,06
F	MÓDULO 6 -Tributo + Custos Indiretos + Lucro	R\$ 832,84
	VALOR TOTAL POR EMPREGADO	R\$ 4.317,90

Pesquisa de custos de mão de obra							
ITEM	DESCRIÇÃO	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIENCIA E TECNOLOGIA DO PARÁ Empresa: L G SERVICOS PROFISSIONAIS LTDA Pregão: 90001/2024 UASG: 158308; Data de homologação: 18/06/2024	SUP.REGIONAL RECEITA FEDERAL 2A.RF/PA Empresa: INOVAÇÃO FACILITIES E COMERCIO Pregão: 90005/2024 UASG: 170217; Data de Homologação: 25/03/2024	UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ Empresa: ATITUDE CONSTRUTORA EIRELI EPP Pregão: 90003/2024 UASG: 158515; Data de homologação: 06/05/2024	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIENCIA E TECNOLOGIA DO PARÁ Empresa: OFFICE COMERCIO E SERVIÇOS EIRELLI PROFISSIONAIS LTDA Pregão: 90001/2024 UASG: 158308; Data de homologação: 15/07/2024	SUPERINT. DE ADMINISTRACAO EM PERNAMBUCO Empresa: POLO ENGENHARIA.COM LTDA PA Pregão: 90001/2025 UASG: 110096; Data de homologação: 07/02/2025	MEDIANA
3	Provisão para Rescisão	Valor 1	Valor 2	Valor 3	Valor 4	Valor 5	Valor MEDIANO
A	Aviso Prévio Indenizado	0,0417%	0,9259%	0,2600%	0,4200%	0,4200%	0,4200%
D	Aviso prévio trabalhado	0,3889%	1,9444%	1,1000%	1,9400%	1,9400%	1,9400%
4.1	Substituto nas Ausências Legais	Valor 1	Valor 2	Valor 3	Valor 4	Valor 5	Valor MEDIANO
B	Substituto na cobertura de Ausências Legais	0,2800%	1,1272%	1,0300%	0,6600%	1,6300%	1,0300%
C	Substituto na cobertura de Licença-Paternidade	0,0200%	0,0679%	0,0200%	0,0700%	0,0200%	0,0200%
D	Substituto na cobertura de Ausência por acidente de trabalho	0,1300%	0,0679%	0,1300%	0,0600%	0,3300%	0,1300%
E	Substituto na cobertura de Afastamento Maternidade	0,0600%	0,0679%	0,0550%	0,2800%	0,0550%	0,0600%
F	Auxilio Doença						
6	Custos Indiretos, Tributos e Lucro	Valor 1	Valor 2	Valor 3	Valor 4	Valor 5	Valor MEDIANO
A	Custos Indiretos	1,000%	1,0000%	3,0000%	5,0000%	3,5100%	3,0000%
B	Lucro	1,000%	3,0100%	6,1600%	4,0217%	5,2200%	4,0217%

## EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO E UNIFORME

### Kit de EPI - Eletricista

Item	EPI	Origem de Preço	Custo Unitário (R\$)	Vida Útil (dias)	VidaÚtil (Horas Trabalhadas)	Coefficiente Utilização	Custo Horário (R\$/h)	Custo Mensal (R\$/mês)
1	Uniforme comum (2 unidades)	Cotação	R\$ 277,38	180	1131,43	100%	0,2452	R\$ 46,23
2	Capacete	SINAPI	R\$ 16,31	360	2262,86	100%	0,0072	R\$ 1,36
3	Botas de couro cano curto	SINAPI	R\$ 78,27	90	565,71	100%	0,1384	R\$ 26,09
4	Luvas de borracha - látex - cano curto	Cotação	R\$ 4,99	2	14,67	30%	0,1020	R\$ 19,24
5	Luvas de raspa cano curto	SINAPI	R\$ 14,67	10	73,33	70%	0,1400	R\$ 26,41
6	Óculos contra impacto	SINAPI	R\$ 6,33	60	377,14	100%	0,0168	R\$ 3,17
7	Protetor auricular	SINAPI	R\$ 2,44	20	146,67	60%	0,0100	R\$ 1,88
8	Cinto de segurança tipo paraquedista	SINAPI	R\$ 78,27	180	1131,43	20%	0,0138	R\$ 2,61
9	Trava quedas	SINAPI	R\$ 191,60	90	565,71	20%	0,0677	R\$ 12,77
10	Talabarte	SINAPI	R\$ 218,09	90	565,71	20%	0,0771	R\$ 14,54
11	Creme de proteção solar FPS 30 (4L)	SINAPI	R\$ 277,21	130	817,14	50%	0,1696	R\$ 31,99
12	Capa impermeável	SINAPI	R\$ 21,19	60	377,14	20%	0,0112	R\$ 2,12
13	Protetor facial de acrílico	Cotação	R\$ 44,20	60	377,14	50%	0,0586	R\$ 11,05
14	Respirador descartável sem válvula	SINAPI	R\$ 1,82	1	7,33	20%	0,0497	R\$ 9,36
15	Luva de Alta Tensão	SINAPI	R\$ 421,95	360	2262,86	50%	0,0932	R\$ 17,58
Total							R\$ 1.20	R\$ 226.40

### Kit de EPI - Oficial de Manutenção

[illegible]

### Kit de EPI - Ajudante de Manutenção

[illegible]

FERRAMENTAS E EQUIPAMENTOS

Item	Ferramentas	Origem de Preço	Custo Unitário (R\$)	Vida Útil (dias)	VidaÚtil Horas Trabalhadas	Coefficiente Utilização	Custo Horário (R\$/h)	Custo Mensal (R\$/mês)
1	Alicate amperímetro	Cotação	81,90	360	2262,86	20%	0,0072	1,37
2	Alicate Climpador	Cotação	48,90	180	1131,43	30%	0,0130	2,45
3	Alicate de Bico Longo de 6"	Cotação	29,18	180	1131,43	30%	0,0077	1,46
4	Alicate de pressão 11"	SINAPI	71,50	180	1131,43	30%	0,0190	3,58
5	Alicate de pressão para solda de chapa 18	SINAPI	127,08	180	1131,43	30%	0,0337	6,35
6	Alicate de pressão para solda tipo U	SINAPI	78,68	180	1131,43	30%	0,0209	3,93
7	Alicate diagonal para corte rente 6"	SINAPI	43,31	180	1131,43	30%	0,0115	2,17
8	Alicate para anéis de pistão capacidade 50-100 mm	SINAPI	102,18	180	1131,43	30%	0,0271	5,11
9	Alicate Profissional 8"	Cotação	38,16	180	1131,43	30%	0,0101	1,91
10	Arco de serra	Cotação	30,82	90	565,71	30%	0,0163	3,08
11	Balde 10 L	SINAPI	12,84	30	188,57	100%	0,0681	12,84
12	Bandeja de pintura	SINAPI	10,54	30	188,57	35%	0,0196	3,69
13	Bolsa de lona para ferramentas 40 x 30 x 20 cm	SINAPI	278,55	180	1131,43	100%	0,2462	46,43
14	Bucha de Espuma	Cotação	8,90	2	14,67	30%	0,1820	34,33
15	Carrinho de Mão	SINAPI	225,42	180	1131,43	100%	0,1992	37,57
16	Carrinho Plataforma em madeira 1500 x 800 mm - Capacidade: 600 kg	Cotação	1.448,99	360	2262,86	40%	0,2561	48,30
17	Chave de grifo de 24"	Cotação	95,42	180	1131,43	30%	0,0253	4,77
18	Chave fixa 19 X 22	Cotação	20,90	180	1131,43	20%	0,0037	0,70
19	Chave inglesa 10"	Cotação	56,87	180	1131,43	20%	0,0101	1,90
20	Chave inglesa 15"	Cotação	100,61	180	1131,43	30%	0,0267	5,03
21	Chave inglesa 6"	Cotação	36,96	180	1131,43	30%	0,0098	1,85
22	Colher de Pedreiro nº 9	Cotação	22,60	90	565,71	50%	22,6000	90,00
23	Corda de bombeiro 12 mm em nylon	Cotação	360,90	180	1131,43	20%	0,0638	12,03
24	Corta-tubos com capacidade de 6 - 42 mm	Cotação	46,90	360	2262,86	30%	0,0062	1,17
25	Decapador de fio	Cotação	84,93	180	1131,43	30%	0,0225	4,25
26	Desempenadeira Aço Dentada	SINAPI	22,56	90	565,71	20%	22,5600	90,00
27	Desempenadeira Aço Lisa	SINAPI	22,56	90	565,71	20%	22,5600	90,00
28	Desempenadeira de madeira	Cotação	22,90	30	188,57	10%	22,9000	30,00
29	Desempenadeira para Lixa	Cotação	26,12	30	188,57	30%	0,0416	7,84
30	Desempenadeira PVC (tamanho médio)	SINAPI	21,34	30	188,57	20%	0,0226	4,27
31	Detector de tensao	Cotação	42,90	360	2262,86	20%	0,0038	0,72
32	Enxada Estreita	Cotação	55,84	180	1131,43	40%	0,0197	3,72
33	Escada de abrir	SINAPI	419,69	180	1131,43	50%	0,1855	34,97
34	Escada de marinho em duralumínio, extensível	SINAPI	1.188,58	360	2262,86	30%	0,1576	29,71
35	Escova de aço, com cabo, 4x15 fileiras de cerdas	SINAPI	12,56	60	377,14	20%	0,0067	1,26
36	Esmerilhadeira Angular Elétrica, diâmetro do disco 7"(180mm)	SINAPI	936,01	360	2262,86	50%	0,2068	39,00
37	Espátula de aço inox 10 cm cabo de madeira	SINAPI	22,55	30	188,57	40%	0,0478	9,02
38	Espátula PVC lisa (tamanho médio)	SINAPI	8,30	30	188,57	20%	0,0088	1,66
39	Esquadro 90° x 30	SINAPI	35,83	360	2262,86	30%	0,0047	0,90
40	Estilete 18 mm	SINAPI	21,51	30	189	30%	0,0342	6,45
41	Estopa	SINAPI	19,34	30	188,57	50%	0,0513	9,67
42	Extensor de cabo de rolo 2 m	Cotação	52,55	30	188,57	20%	0,0557	10,51
43	Ferro de solda	Cotação	46,59	180	1131,43	20%	0,0082	1,55
44	Fita adesiva (crepe) 25 mm x 50 m Ref. 3M ou similar	SINAPI	9,47	3	22,00	20%	0,0861	16,23
45	Furadeira de impacto 1/2" - 600W	Cotação	398,99	360	2262,86	20%	0,0353	6,65
46	Jogo de chave allen estrela ou hexagonal	Cotação	25,62	180	1131,43	30%	0,0068	1,28
47	Jogo de serra copo	Cotação	33,90	180	1131,43	20%	0,0060	1,13
48	Kit Chave de Fenda e Phillips	Cotação	113,91	360	2262,86	40%	0,0201	3,80
49	Lápis de carpinteiro	Cotação	2,85	2	14,67	20%	0,0389	7,33
50	Lima quadrada 8"	Cotação	42,38	180	1131,43	30%	0,0112	2,12
51	Lima redonda 8	Cotação	28,90	180	1131,43	30%	0,0077	1,45
52	Linha de Pedreiro 100m	SINAPI	12,35	7	51,33	30%	0,0722	13,61
53	Lixadeira elétrica angular	SINAPI	965,02	360	2262,86	30%	0,1279	24,13
54	Lona plástica preta - 4 x 100 m - 12 kg	SINAPI	1,60	240	1508,57	50%	0,0005	0,10
55	Mangueira de Nível - 20m	SINAPI	1,90	90	565,71	30%	0,0010	0,19
56	Marreta 1/2 kg - cabo de madeira	Cotação	34,32	90	565,71	30%	0,0182	3,43
57	Martelo de borracha preto 450 g	Cotação	21,90	180	1131,43	40%	0,0077	1,46
58	Martelo de pedreiro - 1 corte - cabo 20 cm - 1/2 kg	Cotação	60,43	90	565,71	30%	0,0320	6,04
59	Misturador de tinta 100 mm x 60 cm	SINAPI	50,62	60	377,14	35%	0,0470	8,86
60	Nível de bolha - alumínio - 35 cm	Cotação	39,90	90	565,71	80%	0,0564	10,64
61	Pá quadrada com cabo de madeira em Y - 71 cm	Cotação	39,90	120	754,29	80%	0,0423	7,98
62	Pincel chato 1" cerdas sintéticas pretas	Cotação	4,39	6	44	35%	0,0349	6,59
63	Ponteiro aço liso 3/4" x 10"	Cotação	23,90	30	188,57	30%	0,0380	7,17
64	Prumo de Centro	SINAPI	45,32	360	2262,86	30%	0,0060	1,13
65	Prumo de Parede	SINAPI	51,67	360	2262,86	30%	0,0068	1,29
66	Régua de Alumínio - 2m	SINAPI	60,63	360	2262,86	40%	0,0107	2,02
67	Rolo de espuma poliéster 15 cm c/ cabo	SINAPI	16,78	6	44,00	20%	0,0763	14,38
68	Rolo de lã de carneiro 23 cm c/ cabo	SINAPI	37,22	6	44	20%	0,1692	31,90
69	Selador horizontal para fita de aço 1"	SINAPI	557,26	180	1131	20%	0,0985	18,58
70	Serrote 20	Cotação	59,90	90	565,71	20%	0,0212	3,99
71	Talhadeira aço chato 10"	Cotação	24,90	30	188,57	30%	0,0396	7,47
72	Thinner / Aguardar (5L)	Cotação	26,98	15	110	50%	0,1226	23,13
73	Trena	Cotação	19,89	360	2262,86	50%	0,0044	0,83
74	Trincha 2" cerdas sintéticas pretas	Cotação	7,87	6	44,00	35%	0,0626	11,80

Total mensal: R\$ 954,18  
Quantidade de funcionários: 4  
Custo mensal por funcionário: R\$ 238,54

## Custo de Reposição do Profissional residente Nas Férias

Descrição	Oficial de Manutenção	Eletricista	Ajudante de Manutenção
Salário	R\$ 217,71	R\$ 220,65	R\$ 123,01
13º Terceiro Salario, Férias e 1/3 de Férias	R\$ 42,32	R\$ 42,89	R\$ 23,91
Encargos Previdenciários (GPS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e outras contribuições.	R\$ 43,69	R\$ 44,28	R\$ 24,68
Seguro de Vida	R\$ 0,50	R\$ 0,50	R\$ 0,50
Provisão para Rescisão	R\$ 14,63	R\$ 14,83	R\$ 8,27
Uniformes	R\$ 34,54	R\$ 18,87	R\$ 20,85
<b>Total</b>	<b>R\$ 353,39</b>	<b>R\$ 342,01</b>	<b>R\$ 201,23</b>

**CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO 2024/2025**

**NÚMERO DE REGISTRO NO MTE:** PA000056/2024  
**DATA DE REGISTRO NO MTE:** 26/01/2024  
**NÚMERO DA SOLICITAÇÃO:** MR000340/2024  
**NÚMERO DO PROCESSO:** 13620.200214/2024-12  
**DATA DO PROTOCOLO:** 26/01/2024

Confira a autenticidade no endereço <http://www3.mte.gov.br/sistemas/mediador/>.

SINDICATO DAS EMPRESAS DE SERVICOS TERCEIRIZAVEIS TRABALHO TEMPORARIO LIMPEZA E CONSERVACAO AMBIENTAL DO ESTADO DO PARA SEAC, CNPJ n. 04.697.124/0001-29, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). BRUNO MOREIRA FERREIRA;

E

SIND DOS TRAB DE EMP DE A CONS HIG LIMP E SIM DO EST PA, CNPJ n. 05.046.362/0001-37, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). FRANCISCO DE SOUSA BARROS;

celebram a presente CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO, estipulando as condições de trabalho previstas nas cláusulas seguintes:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - VIGÊNCIA E DATA-BASE**

As partes fixam a vigência da presente Convenção Coletiva de Trabalho no período de 01º de janeiro de 2024 a 31 de dezembro de 2025 e a data-base da categoria em 01º de janeiro.

**CLÁUSULA SEGUNDA - ABRANGÊNCIA**

A presente Convenção Coletiva de Trabalho abrangerá a(s) categoria(s) **TRABALHADORES EM EMPRESAS DE ASSEIO, CONSERVAÇÃO, TRABALHO TEMPORÁRIO E SERVIÇOS TERCEIRIZÁVEIS**, com abrangência territorial em Abaetetuba/PA, Abel Figueiredo/PA, Acará/PA, Afuá/PA, Alenquer/PA, Almeirim/PA, Altamira/PA, Anajás/PA, Ananindeua/PA, Anapu/PA, Augusto Corrêa/PA, Aurora do Pará/PA, Aveiro/PA, Bagre/PA, Baião/PA, Bannach/PA, Barcarena/PA, Belém/PA, Belterra/PA, Benevides/PA, Bonito/PA, Bragança/PA, Brasil Novo/PA, Brejo Grande do Araguaia/PA, Breu Branco/PA, Breves/PA, Bujaru/PA, Cachoeira do Arari/PA, Cachoeira do Piriá/PA, Cametá/PA, Capanema/PA, Capitão Poço/PA, Castanhal/PA, Chaves/PA, Colares/PA, Concórdia do Pará/PA, Curralinho/PA, Curuá/PA, Curuçá/PA, Dom Eliseu/PA, Faro/PA, Floresta do Araguaia/PA, Garrafão do Norte/PA, Goianésia do Pará/PA, Gurupá/PA, Igarapé-Açu/PA, Igarapé-Miri/PA, Inhangapi/PA, IPIXUNA DO PARÁ/PA, Irituia/PA, Itaituba/PA, Itupiranga/PA, Jacareacanga/PA, Juruti/PA, Limoeiro do Ajuru/PA, Mãe do Rio/PA, Magalhães Barata/PA, Maracanã/PA, Marapanim/PA, Marituba/PA, Medicilândia/PA, Melgaço/PA, Mocajuba/PA, Moju/PA, Mojuí dos Campos/PA, Monte Alegre/PA, Muaná/PA, Nova Esperança do Piriá/PA, Nova Timboteua/PA, Novo Progresso/PA, Novo Repartimento/PA, Óbidos/PA, Oeiras do Pará/PA, Oriximiná/PA, Ourém/PA, Pacajá/PA, Palestina do Pará/PA, Paragominas/PA, Pau D'Arco/PA, Peixe-Boi/PA, Placas/PA, Ponta de Pedras/PA, Portel/PA, Porto de Moz/PA, Prainha/PA, Primavera/PA, Quatipuru/PA, Rurópolis/PA, Salinópolis/PA, Salvaterra/PA, Santa Bárbara do Pará/PA, Santa Cruz do Arari/PA, Santa Izabel do Pará/PA, Santa Luzia do Pará/PA, Santa Maria das Barreiras/PA, Santa Maria do Pará/PA, Santana do Araguaia/PA, Santarém Novo/PA, Santarém/PA, Santo Antônio do Tauá/PA, São Caetano de Odivelas/PA, São Domingos do Capim/PA, São Francisco do Pará/PA, São João da Ponta/PA, São João de Pirabas/PA, São Miguel do Guamá/PA, São Sebastião da Boa Vista/PA, Senador José Porfírio/PA, Soure/PA, Tailândia/PA, Terra Alta/PA, Terra Santa/PA, Tomé-Açu/PA, Tracuateua/PA, Trairão/PA, Tucuruí/PA, Ulianópolis/PA, Uruará/PA, Vigia/PA, Viseu/PA e Vitória do Xingu/PA.

**SALÁRIOS, REAJUSTES E PAGAMENTO  
PISO SALARIAL**

## CLÁUSULA TERCEIRA - PISO SALARIAL

As empresas abrangidas por esta Convenção Coletiva não poderão remunerar seus trabalhadores com salário inferior ao valor do piso mínimo estabelecido nesta Cláusula, que é de **R\$1.476,16 (um mil, quatrocentos e setenta e seis reais, dezesseis centavos)** vigente a partir de **1º de janeiro de 2024**, compreendendo a mão de obra discriminada no Anexo I (Tabela salarial), que é parte integrante desta Norma Coletiva.

**Parágrafo Primeiro:** Na categoria Operador de Máquinas Leves serão enquadrados os trabalhadores que executarem suas tarefas diárias utilizando como instrumento de trabalho **micro trator e moto serra**, desde que execute os referidos serviços pelo menos 03 (três) vezes na semana, durante o tempo integral da jornada e de forma contínua.

**Parágrafo Segundo:** As atividades profissionais de controle de pragas estão descritas no Anexo I (Tabela salarial), que é parte integrante da Norma Coletiva.

**Parágrafo Terceiro:** Somente será admitida a possibilidade de equiparação salarial, quando o trabalhador paradigma estiver prestando serviços ao mesmo tomador e nas mesmas instalações físicas e sob regime de mesmo contrato comercial ou administrativo.

**Parágrafo Quarto:** Qualquer redução de remuneração ou retirada de benefícios não previstos nesta Convenção Coletiva, em função da cessação de suas concessões, por mera liberalidade do tomador de serviços, por alteração do contrato comercial ou administrativo, ou por mudança de local de prestação de serviços, não consistirá em redução salarial ou descumprimento desta Convenção Coletiva.

**Parágrafo Quinto:** As diferenças de remunerações, retroativas à data base deverão ser quitadas em até 30 (trinta) dias após a data de deferimento do registro da presente Norma Coletiva.

## REAJUSTES/CORREÇÕES SALARIAIS

### CLÁUSULA QUARTA - REAJUSTE SALARIAL

As empresas concederão aos trabalhadores abrangidos por esta Convenção Coletiva de Trabalho, em 1º de janeiro de 2024, um reajuste de **5,5%** a ser aplicado aos pisos salariais vigentes até **31 de dezembro de 2023**.

**Parágrafo Primeiro:** Não estão incluídos nos reajustes salariais desta cláusula os trabalhadores que desempenharem **cargos administrativos ou de confiança** na atividade meio das empresas, ou que não possuam nenhuma similitude com os cargos da categoria profissional elencados na tabela constante do Anexo I, deste instrumento ou ainda, se elencados, estejam sendo remunerados em valores acima do piso normativo vigente no mês de dezembro do ano de 2023, ficando, assim, as empresas, livres para aplicar o reajuste salarial que lhes convier, observadas as limitações de cada uma das empresas, não sendo, em absoluto, aplicados os índices neste instrumento pactuados, à íntegra, de forma obrigatória, mas **por livre negociação entre as partes**.

**Parágrafo Segundo:** As empresas abrangidas pela presente Convenção Coletiva de Trabalho ficam obrigadas a protocolizar, por meio físico ou virtual, junto aos tomadores de serviços, sejam públicos ou privados, até o dia **05 de fevereiro de 2024**, cópia integral desta Norma Coletiva, com vistas a dar imediato cumprimento ao pagamento dos novos pisos salariais e benefícios sociais ora estabelecidos, fazendo prova do cumprimento dessa obrigação junto ao SEAC ao SINELPA, sob pena de pagamento de multa no importe equivalente a **R\$ 30,00 (trinta reais)** por trabalhador afetado, sendo os valores destinados, em parcelas iguais, aos Sindicatos convenientes.

**Parágrafo Terceiro:** As empresas abrangidas pela presente Convenção Coletiva de Trabalho ficam obrigadas a comunicar ao **SEAC e ao SINELPA**, por meio físico ou virtual, até o dia **28 de fevereiro de 2024**, sob pena de pagamento de multa no importe equivalente a **R\$ 30,00 (trinta reais)** por trabalhador afetado, sendo os valores destinados, em parcelas iguais, aos Sindicatos convenientes, a não concessão de reajuste contratual, pelos tomadores de serviços, sejam públicos ou privados, para que sejam adotadas as providências para denunciar o ato ilícito e a violação do direito dos trabalhadores aos órgãos de controle, regulação e fiscalização competentes.

## PAGAMENTO DE SALÁRIO – FORMAS E PRAZOS

### CLÁUSULA QUINTA - PAGAMENTO SALARIAL

O pagamento da remuneração mensal, férias, 13º salário e seus adiantamentos, assim como qualquer outro pagamento devido ao trabalhador, dar-se-á obrigatoriamente através de depósito bancário em conta salário do trabalhador ou aquela formalmente indicada pelo mesmo, através de vale postal ou ordem bancária.

a - A despesa da remessa postal, de depósito na conta bancária do trabalhador ou da ordem bancária será de responsabilidade da empresa;

b - A data de pagamento, para todos os efeitos legais, será sempre a do crédito na conta corrente do trabalhador, independentemente da forma como se dê o pagamento bancário;

c - As empresas se obrigam a fornecer cópia dos comprovantes dos pagamentos efetuados na forma desta cláusula, no prazo de 10 (dez) dias corridos da data do recebimento da notificação assinada pela Comissão de Auto Constatação - CAC.

**Parágrafo Primeiro:** O pagamento mensal dos salários dar-se-á até o 5º (quinto) dia útil do mês seguinte ao do mês de referência, excluindo-se na contagem desse prazo, para todos os efeitos, os sábados, domingos e feriados.

**Parágrafo Segundo:** Para os novos contratos e admissão, o prazo para cumprimento do disposto nesta Cláusula será a partir do segundo mês de vigência do mesmo.

**Parágrafo Terceiro:** Fica estabelecida multa em valor equivalente a 10% (dez por cento) do piso da categoria, por trabalhador, por mês, em caso de descumprimento das obrigações dispostas no *caput* desta cláusula, a ser revertida às entidades signatárias, na razão de 50% (cinquenta por cento) para cada.

**Parágrafo Quarto:** As despesas com taxas bancárias debitadas nas contas correntes indicadas pelo trabalhador ou como resultado da conversão da conta salário em conta corrente serão de exclusiva responsabilidade do trabalhador, vez que tanto a indicação da conta corrente, quanto à conversão da conta salário para corrente são atos unilaterais de exclusiva responsabilidade do trabalhador.

## DESCONTOS SALARIAIS

### CLÁUSULA SEXTA - BENEFÍCIOS SOCIAIS CONCEDIDOS

As empresas poderão, por opção unilateral de cada uma do setor, se desejarem, para implementar a presente medida, descontar do salário de seus trabalhadores, quando formal, expressa e necessariamente autorizadas por estes, até o limite de 30% (trinta por cento) do valor da remuneração mensal percebida, incluindo férias, 13º salário e verbas rescisórias, o valor correspondente aos benefícios sociais que vierem a conceder, tais como: Alimentação, Vale-Supermercado, Remédios, Parcelamento de Aquisição de Bens de Consumo ou Imóveis, etc., observados os limites legais de cada caso, não se constituindo, essa concessão, em percepção de salário *in natura*.

## OUTRAS NORMAS REFERENTES A SALÁRIOS, REAJUSTES, PAGAMENTOS E CRITÉRIOS PARA CÁLCULO

### CLÁUSULA SÉTIMA - COMPROVANTES DE PAGAMENTO

As empresas fornecerão aos seus trabalhadores, mensalmente, comprovantes de pagamento, nos quais constem as parcelas que forem recebidas e deduzidas: salários, horas extras, comissões, adicionais, descontos especificados, além de outros títulos que acresçam ou onerem a remuneração.



## CLÁUSULA OITAVA - VERBAS SUPLEMENTARES E ADICIONAIS

Integrarão a remuneração, para cálculo de férias, 13º salário e verbas rescisórias, a média dos últimos 12 (doze) meses dos valores pagos habitualmente a título de adicionais legais, serviço suplementar, sobreaviso, salário variável e demais verbas, desde que classificadas como verbas de natureza remuneratória, na forma dos Arts. 457 e 458, da CLT.

## CLÁUSULA NONA - DIAS SEM TRABALHO/PAGAMENTO DOS SALÁRIOS

Fica assegurado o pagamento dos salários dos dias sem trabalho no posto do tomador dos serviços, decorrentes de fato superveniente, caso fortuito ou força maior, que impeçam a execução do trabalho, devendo o trabalhador ficar à disposição do empregador onde este determinar.

## GRATIFICAÇÕES, ADICIONAIS, AUXÍLIOS E OUTROS ADICIONAL DE HORA-EXTRA

### CLÁUSULA DÉCIMA - HORAS EXTRAS

As horas extras, quando efetivamente trabalhadas como hora especial de trabalho, serão acrescidas de **50%** sobre o valor da hora normal.

## ADICIONAL NOTURNO

### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - ADICIONAL DE TRABALHO NOTURNO

Em qualquer escala prevista neste instrumento, laborada em período noturno, o adicional noturno será computado a partir de 22h00 até às 05:00 horas, nos termos do Art. 59-A, parágrafo único, da CLT.

**Parágrafo Único:** O adicional noturno será acrescido do DSR - Descanso Semanal Remunerado, calculado e pago à base de 1/6 sobre o valor correspondente.

## ADICIONAL DE INSALUBRIDADE

### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - ADICIONAL DE INSALUBRIDADE.LIMPEZA DE BANHEIRO.LIXO URBANO

A limpeza e recolhimento de lixo doméstico em banheiros do escritório e da área de produção não pode ser considerada atividade insalubre, **a não ser quando constatada por laudo pericial**, porque não se encontra dentre as classificadas como lixo urbano, nos termos da Portaria do Ministério do Trabalho (item II da Orientação Jurisprudencial 4 da SBDI-1, que, em sua nova redação, incorporou a OJ 170 da SBDI-1).

Será concedido aos trabalhadores relacionados no Anexo I, desta norma coletiva, um adicional de insalubridade, calculado sobre o Piso Salarial da categoria, que é de **R\$1.476,16 ( hum mil, quatrocentos e setenta e seis reais, dezesseis centavos)** quando desenvolverem seus labores em locais considerados insalubres, sendo seus percentuais definidos por laudo técnico a ser expedido antes do início da prestação de serviços e atualizado anualmente.

**Parágrafo Primeiro:** Nos locais onde o trabalhador recebe o adicional de insalubridade, inclusive em caso de sucessão de contrato, o mesmo só poderá deixar de receber o respectivo percentual em caso de prévio laudo pericial expedido por engenheiro de segurança no trabalho, na forma do inciso XII, do Art. 611-A, da CLT.

**Parágrafo Segundo:** Será devido 40% (quarenta por cento) de adicional de insalubridade, grau máximo, para os trabalhadores, inclusive maqueiros, que desenvolvam suas atividades em hospitais nas áreas de: a) consultórios e enfermarias, onde haja tratamento, atendimento ou transporte de pacientes portadores de HIV e Tuberculose; b) sala de cirurgias; b) UTI's; c) áreas de isolamento; d) pronto socorro de alta complexidade; e) necrotério e expurgo; e f) farmácias onde haja entrega manual e direta de medicamentos a pacientes portadores de doenças infectocontagiosas.

**Parágrafo Terceiro:** Nos casos em que o adicional de insalubridade não conste na proposta, no edital ou no contrato de prestação de serviços, resta ajustado que é do tomador de serviços, seja público ou privado, a responsabilidade pelo pagamento do adicional de insalubridade que venha a ser estabelecido em sentença judicial, no curso ou após o encerramento do contrato comercial ou administrativo, mesmo com a existência de laudo pericial indicando a não ocorrência de insalubridade ou com indicação de grau menor ao estabelecido judicialmente.

## OUTROS ADICIONAIS

### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - ADICIONAL DE HORA EXTRA REDUZIDA NOTURNO

Quando a jornada for realizada em expediente noturno, será pago pelo horário noturno reduzido, período compreendido exclusivamente entre 22h00 de um dia e 05h00 horas do dia seguinte, 01 (uma) hora extra e 07 (sete) horas acrescidas do adicional noturno, por cada noite trabalhada, ambos acrescidos do descanso semanal remunerado - DSR, a base de 1/6 (um sexto) sobre os respectivos valores, ficando, neste caso, vedada a compensação.

### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - FERIADO TRABALHADO - PAGAMENTO EM DOBRO

Fica assegurado a remuneração em dobro dos feriados trabalhados,

- 01) 01 de janeiro - Confraternização universal
- 02) Sexta-feira Santa,
- 03) 21 de abril – Tiradentes,
- 04) 01 de maio - Dia do Trabalho,
- 05) Corpus Christi
- 06) 15 de agosto - Adesão do Grão-Pará à independência do Brasil,
- 07) 07 de setembro - Independência do Brasil,
- 08) 12 de outubro - Nossa Senhora Aparecida,
- 09) 02 de novembro – Finados,
- 10) 15 de novembro - Proclamação da República,
- 11) 20 de novembro - Dia da Consciência Negra,
- 12) 08 de dezembro - Nossa Senhora da Conceição, nas localidades onde for decretado,
- 13) 25 de dezembro – Natal

**Parágrafo Primeiro:** O pagamento será efetuado considerando a quantidade de horas que o trabalhador trabalhou no decorrer das 24h do dia do feriado.

**Parágrafo Segundo:** O disposto nesta cláusula não se aplica aos trabalhadores submetidos à jornada de 12 horas trabalhadas, por 36 horas ininterruptas de repouso, nos termos do disposto, no Parágrafo Único, do Art. 59-A da CLT

## **AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO**

### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - TICKET ALIMENTAÇÃO/ CARTÃO REFEIÇÃO**

As empresas concederão a partir de **01 janeiro de 2024**, a todos os integrantes da categoria profissional com jornada igual ou superior a **06 (seis) horas diárias**, o Vale Alimentação ou ticket alimentação no valor de **R\$25,50 (vinte e cinco reais, cinquenta centavos)** por cada dia efetivamente trabalhado, devendo tal concessão ocorrer até o **10º (Décimo) dia de cada mês**.

**Parágrafo Primeiro:** Para os integrantes da categoria profissional com jornada igual ou superior a 04 (quatro) horas e inferior a 06 (seis) horas que utilizarem regime de trabalho por tempo parcial, na forma do Art. 58-A, da CLT, as partes convenientes ajustam que receberão 'ticket', cartão refeição ou alimentação no valor **R\$ 19,12 (dezenove reais e doze centavos)**, por cada dia efetivamente trabalhado.

**Parágrafo Segundo:** Para os integrantes da categoria profissional que trabalham aos sábados com **jornada igual ou superior a 04 (quatro) horas e inferior a 06 (seis) horas**, as partes convenientes ajustam que receberão "Cartão Alimentação/Ticket Refeição" no valor de **R\$ 12,75 (doze reais, setenta e cinco centavos)**, por dia trabalhado.

**Parágrafo Terceiro:** Será descontado da remuneração do trabalhador (a), a título de ressarcimento pelo benefício concedido, o valor correspondente a **10% (dez por cento)**, do valor total do Cartão Alimentação/Ticket Refeição fornecidos, em atendimento a Lei nº 6.321 que trata o PAT – Programa de Alimentação do Trabalhador.

**Parágrafo Quarto:** Para todos os efeitos legais, o benefício acima não se constitui salário e, portanto a ele não incorporará e nem repercutirá sobre qualquer verba indenizatória ao salário, tais como, exemplificativamente, aviso prévio, horas extras, 13º salário, férias, contribuição previdenciária e fundiária, sendo devido exclusivamente durante o período que o integrante da categoria atender as condições do caput.

**Parágrafo Quinto:** Nas localidades do Estado do Pará em que se mostrar inviável para as empresas a concessão do benefício através do ticket ou cartão, fica convencionado que o mesmo poderá se ocorrer na forma pecuniária e o pagamento deverá ocorrer através de contracheque, junto com o pagamento do salário.

**Parágrafo Sexto:** Somente quando não existir local nas proximidades para os trabalhadores efetuarem suas refeições, a empresa será obrigada a fornecer vale transporte para deslocamento do trabalhador até o local onde o mesmo possa efetuar suas refeições, ou fornecer alternativas capazes de propiciar aos trabalhadores condições de adquirir suas alimentações.

**Parágrafo Sétimo:** Para efeito de provas legais quanto ao direito do trabalhador (a) ao benefício desta cláusula, mediante solicitação expedida pelo Sindicato Profissional, a empresa obriga-se a fornecer, num prazo de **10 (dez) dias úteis**, a contar da data do protocolo, relação nominal, com as respectivas funções de todos os seus funcionários e cópia do contrato comercial.

**Parágrafo Oitavo:** Os empregados que trabalhem em regime de escala/plantão receberão o respectivo Cartão Alimentação/Ticket Refeição somente para os dias efetivamente trabalhados.

**Parágrafo Nono:** Mesmo que os tomadores de serviços forneçam alimentação *in natura* no posto de serviço, ficam as empresas prestadoras de serviços terceirizados obrigadas a fornecerem aos seus funcionários o Cartão Alimentação/Ticket Refeição, nos valores previstos no *caput* e nos parágrafos primeiro e segundo desta cláusula, somente quando comprovado o recebimento desse valor, do tomador de serviços.

**Parágrafo Décimo:** Considerando principalmente garantir alimentação saudável ao trabalhador, bem como a opção por escolher estabelecimentos que ofereçam alimentação com menor preço e qualidade, não será permitida a concessão por parte do empregador de fornecimento de marmita em substituição ao Cartão Alimentação / Ticket Refeição.

**Parágrafo Décimo Primeiro:** As empresas terão o direito de descontar dos empregados, o referido Cartão Alimentação/Ticket Refeição, fornecido em dias de falta ao trabalho, em caso de rescisão contratual o desconto ocorrerá na mesma.

## AUXÍLIO TRANSPORTE

### CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - VALE TRANSPORTE

Desde que, solicitado por escrito pelo interessado e satisfeitas as exigências prevista no Art.7º, do Decreto nº 95.247/87, que regulamenta a Lei nº 7.619/87, e as previstas na Lei nº 7.418/85, as empresas fornecerão vale-transporte a todos os seus trabalhadores, nos dias efetivamente trabalhados, para deslocamentos residência – trabalho – residência, sendo que nas localidades do Estado do Pará em que se mostrar inviável para as empresas a concessão do benefício através do ticket ou cartão, fica convencionado que o mesmo poderá se ocorrer na forma pecuniária e o pagamento deverá ocorrer através de contracheque, junto com o pagamento do salário.

**Parágrafo Primeiro:** Para os trabalhadores beneficiados com vale-transporte, será realizado o desconto de 6% (seis por cento), incidente sobre o salário base do trabalhador, na forma da lei.

**Parágrafo Segundo:** Nos períodos de afastamentos do trabalhador de suas atividades funcionais, por qualquer motivo, inclusive por atestado médico ou pelo INSS, este não fará jus ao recebimento do benefício do vale transporte, por inexistência de deslocamentos do trabalhador no percurso residência/trabalho/residência.

**Parágrafo Terceiro:** Quando do lançamento dos créditos pelas empresas, caso seja constatado que o trabalhador não tenha utilizado a totalidade dos valores creditados em seu cartão de recarga, fica autorizado às empresas realizarem apenas a complementação dos valores necessários ao deslocamento do mês subsequente, haja vista a natureza jurídica do benefício.

**Parágrafo Quarto:** No caso de extravio, perda e dano do cartão magnético de vale transporte, o trabalhador será responsabilizado pelas despesas de substituição do mesmo.

**Parágrafo Quinto:** No caso de desligamento do trabalhador, fica este obrigado a devolver os vales transportes proporcionalmente aos dias não trabalhados do período, sob pena de desconto na rescisão do contrato.

**Parágrafo Sexto:** Em virtude do risco a que se expõe o trabalhador, não será devido vale transporte quando o deslocamento se der por meio de motocicletas ou bicicletas de aluguel, mesmo que tais meios de transporte estejam regulamentados nos Municípios.

**Parágrafo Sétimo:** A declaração falsa ou uso indevido do vale-transporte constituem falta grave, passível de aplicação da penalidade de demissão por justa causa.

## AUXÍLIO MORTE/FUNERAL

### CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - SEGURO DE VIDA EM GRUPO COM ASSISTÊNCIA FUNERAL E FAMILIAR

Por esta Cláusula, fica convencionado que as empresas contratarão Seguro de Vida com Assistência Funeral e Familiar em favor de todos os seus trabalhadores, nos termos do convênio e da apólice de seguro Estipulada pela seguradora PRUDENTIAL - 0800 730 0011 e subestipulada pelos sindicatos convenientes (SINELPA x SEAC). Os valores assistenciais definidos no Parágrafo Quinto e Sexto desta Cláusula passarão a vigorar a partir de **01 de janeiro de 2024**. As empresas que já possuam seguro de vida para seus trabalhadores poderão deduzir dos capitais segurados os deste seguro obrigatório, salvo quando a empresa conceder ao trabalhador um seguro de vida mais benéfico e que inclua todas as formas de seguro previstas nesta cláusula, com a limitação de desconto prevista no Parágrafo Primeiro desta Cláusula.

**Parágrafo Primeiro:** Será repassado mensalmente à seguradora contratada o valor de **R\$ 12,00 (doze reais)** por trabalhador. Desse valor, ficará às expensas da empresa **R\$ 6,00 (seis reais)** e **R\$ 6,00 (seis reais)** serão pagos pelo trabalhador, mediante desconto mensal em folha de pagamento.

**Parágrafo Segundo:** O empregador que por ocasião do óbito ou do fato causador da incapacitação ESTIVER INADIMPLENTE POR FALTA DE PAGAMENTO, PAGAMENTO APÓS O DIA DO VENCIMENTO OU EFETUAR RECOLHIMENTO POR VALOR INFERIOR AO DEVIDO, RESPONDERÁ PERANTE O EMPREGADO OU AOS SEUS DEPENDENTES POR MULTA EQUIVALENTE AO DOBRO DO VALOR DA ASSISTÊNCIA.

**Parágrafo Terceiro:** Nos casos de contratação de seguro em desacordo com Parágrafo Primeiro e Sexto:

I - Caso a empresa contrate seguro cujo o valor por empregado seja com valores menores que os previstos acima no parágrafo primeiro, **R\$12,00 (doze reais)**, NENHUM DESCONTO PODERÁ SER EFETUADO DOS SALÁRIOS DOS EMPREGADOS. Caso a empresa desconte parcela do empregado; FICA ESTABELECIDO MULTA DE 10% (DEZ POR CENTO) DO PISO DA CATEGORIA, POR EMPREGADO, POR MÊS, em, a SER REVERTIDA A ENTIDADE REPRESENTATIVA DOS TRABALHADORES.

II - A empresa que contratar seguro de vida em grupo cujo os valores dos benefícios seja menores que estipulado no Parágrafo sexto da presente Cláusula; FICA ESTABELECIDO MULTA DE 10% (DEZ POR CENTO) DO PISO DA CATEGORIA, POR EMPREGADO, POR MÊS, em, a ser revertida a entidade representativa dos trabalhadores

**Parágrafo Quarto:** Havendo aumento dos valores segurados no decorrer da vigência da Convenção Coletiva que ora se adita, pela mesma seguradora, e não sendo conveniente a substituição da seguradora pelos sindicatos convenientes, o acréscimo será suportado proporcionalmente pelas respectivas empresas e seus empregados, desde que autorizado por escrito pelos empregados que usufruam o benefício.

**Parágrafo Quinto:** BENEFÍCIO NATALIDADE: Fica também instituído, à conta da ASSISTÊNCIA SOCIAL E FAMILIAR aqui especificada, o benefício no valor de R\$ 500,00 (quinhentos reais), em pagamento único, quando do NASCIMENTO DE FILHO DE EMPREGADO, que deverá ser comunicado formalmente, pelo trabalhador, à SEGURADORA PRUDENTIAL, pelo número 0800730 0011 ou à CORRETORA JGS SEGUROS (91-31814422) (91) 99846148 (ATENDIMENTO 24 HORAS) ou e-mail: [segurodevidaseac@jgsseguros.com.br](mailto:segurodevidaseac@jgsseguros.com.br), até 30 (trinta) dias, com o envio da certidão de nascimento, sob pena de perda do benefício.

**Parágrafo Sexto:** Fica assegurada cobertura nas 24 horas do dia, dentro e fora do trabalho, considerando incluídas indenizações por acidentes e mortes pelos valores e condições:- Em caso de Morte Natural, Acidental ou ainda em caso de incapacitação permanente por Acidente para o trabalho os trabalhadores receberão os serviços assistências a partir de **01 de janeiro de 2024**:

1.1.1 - MORTE POR QUALQUER CAUSA: Em caso de morte do empregado titular, fica estipulado o pagamento de R\$ 18.000,00 (Dezoito mil reais), paga de uma só vez, aos beneficiários do seguro.

1.1.2 - ASSISTÊNCIA FUNERAL: Prestação do serviço a ser solicitado através de sistema 0800 disponível 24 horas por dia 7 dias por semana, custeado até o valor de R\$ 4.000,00 (Quatro mil reais);

1.1.3 – INVALIDEZ PERMANENTE OU PARCIAL POR ACIDENTE: Indenização ao Segurado de R\$18.000,00 (Dezoito mil reais)

1.1.4 - AUXÍLIO FAMILIAR: Em caso de morte do empregado titular, fica estipulado o pagamento de 6 (seis) cestas básicas de alimentos no valor de R\$ 200,00 (duzentos reais) cada totalizando o valor de R\$1.200,00 (Um mil e duzentos) paga de uma só vez, aos beneficiários do seguro conforme subitem beneficiários.

1.1.5 - VERBAS RESCISÓRIAS: Reembolso das despesas de rescisão do contrato de trabalho em caso de morte para a empresa de até R\$ 1.500,00 (Um mil e quinhentos reais).

1.1.6 – ORIENTAÇÃO JURÍDICA: Prestada por advogado livremente escolhido pelo segurado, quando este estiver na condição de requerido (polo passivo) em Ações Judiciais de Alimentos, de Execução de alimentos, Guarda de Menores, Investigação de Paternidade, Tutela, Curatela, Interdição e adoções Judiciais, por meio de reembolso correspondente a 5% (cinco por cento) do valor de consulta jurídica conforme tabela da OAB, limitado a R\$ 25,00 (vinte e cinco reais) e a uma utilização por ano ou por meio de atendimento telefônico gratuito, em âmbito nacional, também por advogado livremente escolhido pelo Segurado.

1.1.7- A diferença será paga em até 10 (dez) dias úteis após a entrega de todos os documentos comprobatórios, aos beneficiários do seguro conforme subitem beneficiários.

1.1.8- Beneficiários: São as pessoas ou a pessoa expressamente designada(s) pelo Segurado ou previsto em lei, a quem deve ser paga a indenização do seguro em caso de morte daquele.

1.1.9 - Os beneficiários deverão ser informados por meio de correspondência ou formulário próprio podendo, ainda, constarem do cartão-proposta, quando o mesmo tiver sido preenchido e assinado pelo segurado.

1.1.10 - Na ausência de indicação, os beneficiários serão os definidos nos Artigos 792 e 793 do Código Civil Brasileiro, transcritos a seguir: “Art. 792” – Na falta de indicação da pessoa ou beneficiário, ou se por qualquer motivo não prevalecer a que for feita, o capital segurado será pago por metade ao cônjuge não separado judicialmente, e o restante aos herdeiros do segurado, obedecida a ordem de vocação hereditária.

a) Na falta das pessoas indicadas neste artigo, serão beneficiários os que provarem que a Morte do Segurado os privou dos meios necessários à subsistência.

b) Se o Segurado não renunciar à faculdade ou se o seu seguro não tiver como causa declarada a garantia de alguma obrigação, é lícita a substituição do eneficiário, por ato entre vivos ou de última vontade. “Art. 793 – É válida a instituição do companheiro como beneficiário, se ao tempo do contrato o Segurado era separado judicialmente, ou já se encontrava separado de fato”.

1.1.10 - O Segurado poderá substituir os beneficiários a qualquer momento, mediante informação por escrito à Seguradora, para a qual valerá sempre a última comunicação recebida, nos termos do artigo 791 do Código Civil”.

1.1.11- Se a invalidez for parcial, a indenização será calculada tomando-se por base a tabela para Cálculo Mediador - Extrato Termo Aditivo de Convenção Coletiva de Indenização da SUSEP – Superintendência dos Seguros Privados e Capitalização.

**Parágrafo Sétimo:** As empresas deverão adotar providências para que as seguradoras façam todas as comunicações de atendimentos diretamente aos empregados, familiares beneficiados e às próprias empresas empregadoras.

**Parágrafo Oitavo:** Ocorrendo eventos que gerariam qualquer direito previsto nesta cláusula, sem prejuízo das demais sanções legais, as empresas que não cumprirem esta cláusula indenizarão diretamente o trabalhador ou seus dependentes com importância em dinheiro equivalente ao dobro dos valores previstos no parágrafo sexto.

**Parágrafo Nono:** Remessa de Contrato e Comprovante de Pagamento do Seguro de Vida Auxílio Funeral e Familiar – Para efeito de provas legais quanto ao direito do trabalhador ao benefício desta cláusula as empresas

remeterão ao Sindicato Profissional, até o dia **15**, de cada mês, cópia do contrato, comprovante de pagamento do seguro em vigor e relação contendo o nome do trabalhador e o valor recolhido.

**Parágrafo Décimo Primeiro:** As empresas terão o prazo até **10 de março de 2024**, para aderir a apólice estipulada pelo SEAC x SINELPA, ou enviar ao SINELPA, cópia da apólice que garanta este benefício aos trabalhadores na qual deve ser parte integrante de suas condições especiais a íntegra da presente cláusula de Seguro de Vida em Grupo com Auxílio Funeral e Auxílio Familiar.

**Parágrafo Décimo Segundo:** As empresas, ASSOCIADAS OU NÃO AO SEAC/PA, detentoras da CERTIDÃO DE REGULARIDADE DE OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS - CERTRAB, ficam desobrigadas do cumprimento das obrigações prevista no parágrafo nono e décimo da presente cláusula, eis que já comprovaram o Cumprimento das obrigações trabalhistas, mediante apresentação de farta documentação, quando da solicitação da CERTRAB.

**Parágrafo Décimo Terceiro:** Se o trabalhador for afastado de suas funções, passando a receber benefício do INSS, exceto em caso de acidente de trabalho, a empresa estará isenta do pagamento da parte que lhe cabe, do plano de SEGURO DE VIDA EM GRUPO COM ASSISTENCIA FUNERAL E FAMILIAR, podendo o trabalhador optar pelo pagamento integral. A empresa também estará isenta do pagamento do plano de SEGURO DE VIDA EM GRUPO COM ASSISTENCIA FUNERAL E FAMILIAR, se o trabalhador vier a ser aposentado, por qualquer razão, inclusive em função de acidente do trabalho.

## OUTROS AUXÍLIOS

### CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - BENEFÍCIO SOCIAL AUXILIO CESTA BÁSICA

Nas áreas do Complexo Industrial de Vila do Conde e dos Projetos Carajás, Salobo, Projeto Igarapé Bahia, Serra do Sossego, Projeto 118, Águas Claras, Serra Leste, Níquel do Vermelho e outros projetos da base de abrangência, ficam as empresas obrigadas a fornecer gratuitamente para os filiados do **SINELPA** os seguintes benefícios:

I) Almoço ou Jantar - Café da manhã ou Lanche, restrito aos empregados alojados nas dependências do empregador ou da Tomadora dos serviços.

A empresa fornecerá auxílio cesta básica no valor de **R\$553,42 (quinhentos e cinquenta e três reais, quarenta e dois centavos)**, para todos os trabalhadores da categoria, que é vinculado/contribuinte do **SINELPA**, em espécie.

III) O trabalhador que tiver uma falta no mês, terá descontado 10% (dez por cento), do valor total de cesta básica e o que tenha mais de 2 (duas) faltas no mês sem justificativa legal ou que cometa alguma falta grave no âmbito do empregador ou do tomador dos serviços não terá direito ao auxílio cesta básica o trabalhador que se desligar da categoria da presente norma coletiva.

**Paragrafo Primeiro:** Fica determinado que o trabalhador uma vez admitido ou demitido terá direito de receber o auxílio cesta proporcional aos dias trabalhados.

**Paragrafo Segundo:** Na hipótese de serem os custos repassados pelo tomador de serviços a empresa terceirizada para custeio do Benefício Social auxílio Cesta Básica, na área de abrangência do SINELPA, as empresas repassarão os valores previstos aos colaboradores conforme itens "II" e "III" do Caput.

### CLÁUSULA DÉCIMA NONA - AJUDA DE CUSTO POR DESLOCAMENTO

Acordam as partes que a empresa que presta serviços nos projetos Salobo, Igarapé Bahia, Manganês, Mina de N-4, Serra Leste, Águas Claras e S11D no Sossego, desde de que haja previsão contratual, entre empresa e tomador de serviços, farão o pagamento das horas por deslocamento, de acordo com as seguintes condições:

a) 44 (quarenta e quatro minutos) diários do Núcleo Urbano de Carajás ao setor de Transporte Leve, na Mina N-4;

b) 80 (oitenta) minutos diários do Núcleo Urbano à portaria da Mina do Manganês do Azul; 54 (cinquenta e quatro) minutos diários da vila Planalto à Rodoviária Administrativa da Mina do Sossego;

c) 120 (cento e vinte) minutos diários da Vila Sanção/Alojamento Vale à Rodoviária Administrativa da Mina do Salobo;

d) 180 (cento e oitenta) minutos diários de Parauapebas à Mina do Salobo;

e) 120 (cento e vinte) minutos diários, 60 (sessenta minutos) por dia, ida e volta da PA.

f) 160 entrada projeto S11D ao alojamento de apoio da Usina, 86 (oitenta e seis) minutos por dia de ida e volta da PA 160 entrada do projeto S11D a Usina S11D.

## **CONTRATO DE TRABALHO – ADMISSÃO, DEMISSÃO, MODALIDADES DESLIGAMENTO/DEMISSÃO**

### **CLÁUSULA VIGÉSIMA - PAGAMENTO DE RESCISÕES CONTRATUAIS**

Por ocasião das homologações dos TERMOS DE RESCISÃO DE CONTRATO DE TRABALHO -TRCT's, as verbas rescisórias poderão ser quitadas mediante depósito eletrônico, sendo obrigatória a apresentação do respectivo comprovante, podendo o trabalhador se opor, em caso de divergência, apresentando extrato de conta corrente apto a comprovar a não efetivação ou efetivação parcial do depósito.

**Paragrafo Único:** Por ocasião das homologações de TRCT's, nos casos em que o trabalhador esteve/está submetido à escala de 12 x 36 (doze por trinta e seis) ou Contrato de Trabalho por Tempo Parcial, será obrigatória apresentação do Acordo Coletivo de Trabalho que concedeu autorização para utilização dessas jornadas especiais de trabalho. Caso não seja apresentada, deverão constar as horas previstas na Clausula Trigesima.

### **CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - HOMOLOGAÇÕES DAS RESCISÕES DOS CONTRATOS DE TRABALHO**

As homologações das rescisões dos contratos de trabalho, independentemente do tempo de serviço do trabalhador, deverão ser efetuadas junto ao SINELPA, sob pena de aplicação de multa correspondente a 01 (um) piso da categoria, por demissão não homologada. As empresas, **ASSOCIADAS OU NÃO AO SEAC/PA**, detentoras de CERTRAB, com prazo de validade de 180 dias, **com plena validade nas datas das homologações**, estarão autorizadas a homologar as rescisões dos contratos de trabalho no ambiente de suas sedes ou no local de prestação de serviços, quando fora da localidade de seu estabelecimento, eis que já comprovaram o cumprimento das obrigações trabalhistas, mediante apresentação de farta documentação, quando da solicitação da CERTRAB.

### **CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - DOCUMENTAÇÃO**

Por ocasião da dispensa, as empresas deverão oferecer ao trabalhador, no ato da homologação do distrato e da quitação, o requerimento de Seguro-Desemprego, se for o caso e, ainda, uma cópia de cada documento que assinar na ocasião, salvo no caso de Justa Causa ou Pedido de Demissão.

**Paragrafo Único:** As empresas concederão ainda o PERFIL PROFISSIONGRÁFICO PREVIDENCIÁRIO – PPP aos trabalhadores, no ato de sua dispensa e no ato da solicitação para aposentadoria, atendendo ao disposto no artigo 58, parágrafo 4º da Lei nº 8.213, de 24.07.1991.

## **OUTRAS NORMAS REFERENTES A ADMISSÃO, DEMISSÃO E MODALIDADES DE CONTRATAÇÃO**



### CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - DESPESAS PARA RESCISÃO CONTRATUAL

Ocorrendo a hipótese de vir o trabalhador a ser chamado para a rescisão contratual fora da localidade onde normalmente presta serviço, as empresas empregadoras responsabilizar-se-ão pelo transporte e todas as despesas para tal fim.

### CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA - PEDIDO DE DEMISSÃO

Em casos que o (a) empregado (a) rescindir o contrato de trabalho, seu pedido de demissão (Carta de Pedido de Demissão) deverá obrigatoriamente constar o carimbo de assistência do Sindicato Profissional, comprovando que o (a) trabalhador (a) teve prestada a devida assistência, para que sua rescisão de trabalho seja homologada.

### CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA - SUCESSÃO DE CONTRATOS COMERCIAIS RESCISÃO POR ACORDO

Considerando a sucessão de contratos comerciais entre as empresas com os tomadores de serviços. Considerando, ainda, o previsto no artigo 484-A da CLT, fica convencionada a dispensa do aviso prévio e o pagamento proporcional da multa constitucional fundiária, no percentual de **20%**, desde que o trabalhador seja absorvido pela empresa sucessora, mediante contrato na nova empresa, por prazo mínimo de **120 dias** ou, excepcionalmente, no prazo da vigência do contrato comercial/administrativo, caso o prazo seja inferior a **120 dias**. Em todos os casos, é necessário que o trabalhador autorize formalmente a dispensa do aviso prévio e o pagamento proporcional da multa indenizatória do saldo do FGTS, com o pagamento da multa de **20%** sobre o saldo fundiário ao trabalhador de todo pacto laboral, tudo com a anuência de ambos os sindicatos, considerando-se o seguinte:

**Parágrafo Primeiro:** Até o término do contrato no prazo que trata o caput desta cláusula, fica vedada a demissão imotivada, excluídos os casos configurados de justa causa, motivos técnicos, operacionais e econômico-financeiros.

**Parágrafo Segundo:** O pagamento dos direitos rescisórios, incluindo o FGTS do pacto laboral na sua integralidade a multa proporcional na forma do caput, dar-se-á num prazo de até 10 (dez) dias corridos a contar do último dia de trabalho na empresa sucedida. A homologação da rescisão do contrato de trabalho dar-se-á num prazo de até 05 (cinco) dias corridos, a contar da data do pagamento dos direitos rescisórios, sob pena de pagamento integral da multa do FGTS.

**Parágrafo Terceiro:** Havendo a demissão imotivada do contrato de trabalho pela Empresa Sucessora e somado o respectivo tempo de trabalho com o da Empresa Sucédida, se igual ou superior a 06 (seis) meses, será devido o fornecimento da Guia de Seguro Desemprego, pela empresa Sucessora.

**Parágrafo Quarto:** Nos casos em que o contrato de trabalho, for rescindido por acordo entre as partes (empregado e empregador) o requerimento deverá obrigatoriamente constar o carimbo de recebimento do Sindicato Profissional, comprovando que o (a) trabalhador (a) teve prestada a devida assistência, e somente após este procedimento, poderá ser protocolizado junto a empresa, que obrigar-se-á a receber, para que o acordo seja validado e sua rescisão de trabalho seja homologada.

**Parágrafo Quinto:** Constatada a real impossibilidade da continuação do trabalhador nos serviços, devidamente justificada pela empresa ou pelo trabalhador, o trabalhador terá direito à indenização no percentual de 40% (quarenta por cento), a incidir sobre depósitos do FGTS e os demais direitos previstos na Lei, inclusive o direito de ingresso no Programa de Seguro-desemprego e os previstos no Art. 477 da CLT.

**Parágrafo Sexto:** No encerramento do contrato entre o empregador e o tomador de serviços, persistindo pendências de homologações de rescisões contratuais, poderá a empresa vencedora do contrato de prestação de serviços, efetuar a assinatura do novo contrato de trabalho na CTPS do trabalhador

reaproveitado, independentemente da devida baixa do contrato anterior ter sido realizada pela empresa sucedida.

**Parágrafo Sétimo:** Considerando-se que, independentemente do trabalhador ser associado/filiado ao sindicato laboral, é garantido a todos os direitos e benefícios presentes nesta norma coletiva, fará jus ao benefício da sucessão, conforme disposto no caput desta cláusula, somente os trabalhadores que contribuírem com as contribuições previstas nesta Convenção Coletiva do Trabalho.

**Parágrafo Oitavo** – No caso de sucessão de contratos comerciais entre as empresas com os tomadores de serviços. Fica determinado que a Ficha de Filiação e Autorizações para descontos firmados pelos trabalhadores quando da filiação junto ao Sindicato Laboral perante a empresa Sucrida, deverão ser regularmente aceitos pela empresa Sucessora, que por sua vez fica obrigada promover os descontos estabelecidos pela Assembleia de Trabalhadores ou Convenção Coletiva de Trabalho.

## CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA - APOSENTADORIA/ESTABILIDADE

As empresas assegurarão estabilidade provisória no emprego ao trabalhador que estiver comprovadamente a 02 (dois) anos para se aposentador, seja por idade ou contribuição.

**Parágrafo Primeiro:** O Empregado deverá informar por escrito, ao Empregador, no momento em que restar apenas 02 (dois) anos para a sua aposentadoria por idade ou contribuição, eis que essa informação é do conhecimento apenas do empregado, evitando-se a dispensa no caso de redução ou extinção do posto de serviços, entre outros motivos, exceto a dispensa por justa causa, apurada na forma da lei.

**Parágrafo Segundo:** Para a concessão da estabilidade prevista no caput desta cláusula, a comprovação junto à empresa de que trata o parágrafo primeiro, dar-se-á mediante certidão ou documento equivalente expedido pela Previdência Social. A apresentação da certidão poderá ser dispensada, caso o empregador, à vista dos documentos fornecidos pelo empregado, verifique a existência do tempo de serviço necessário à concessão do benefício, quando então terá o prazo de até 30 (trinta) dias para avisar o empregado da regularidade dos documentos e tempo de contribuição.

**Parágrafo Terceiro:** Uma vez aposentado o Empregado e permanecendo no emprego, por consequência lógica, automaticamente decairá a garantia de emprego que trata o caput desta cláusula.

**Parágrafo Quarto:** Nas localidades onde não houver possibilidade de aplicação desta norma, fica facultado ao empregado a transferência para a localidade mais próxima, sem quaisquer ônus adicionais para a empresa.

## RELAÇÕES DE TRABALHO – CONDIÇÕES DE TRABALHO, NORMAS DE PESSOAL E ESTABILIDADES NORMAS DISCIPLINARES

### CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA - APURAÇÃO DE OCORRÊNCIA EM POSTO DE SERVIÇO

Para apuração interna de ocorrências em posto de serviço, a empresa comunicará ao trabalhador, num prazo de até 2 (dois) dias úteis, após o conhecimento da sua participação na ocorrência, o seu afastamento temporário do exercício da função, por prazo não superior a 15 dias corridos, visando à apuração dos fatos, prazo esse que o trabalhador deverá comparecer à empresa, sem uniforme, durante o horário administrativo, exclusivamente para prestar esclarecimentos necessários.

**Parágrafo Primeiro:** Os esclarecimentos a serem prestados deverão ser manuscritos, e prestados na presença de duas testemunhas, como comprovação do exercício do direito constitucional de defesa.

**Parágrafo Segundo:** Caso os esclarecimentos necessários à apuração dos fatos não venham a ser obtidos em função do silêncio ou recusa do trabalhador, autorizará a empresa a aplicar a penalidade que entender proporcional ao fato e condizente com as informações que detiver.

**Parágrafo Terceiro:** Durante o período de apuração de que trata esta cláusula, presente o funcionário na empresa

no horário administrativo, este fará jus remuneração nos termos adiante relacionados:

- a) Se pela apuração concluir-se pela inocência do trabalhador, ou pela aplicação da penalidade de advertência, será paga a remuneração de todo o período;
- b) Se da apuração resultar a aplicação do trabalhador da penalidade de suspensão, parte ou todo o tempo da apuração será considerado para cumprimento da pena, portanto sem remuneração, ficando o restante do tempo de afastamento, se houver, remunerado;
- c) Se da apuração resultar a aplicação do trabalhador da penalidade de demissão por justa causa, não será devida a remuneração referente ao período de apuração, constituindo-se a rescisão do contrato de trabalho a partir da ciência da decisão da empresa ao trabalhador.

## CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA - RESPONSABILIZAÇÃO POR DANO/AVARIA

Os trabalhadores não poderão ser responsabilizados por danos decorrentes de acidentes do trabalho, acidentes de trânsito, avarias, desgastes naturais de peças, equipamentos e acessórios dos empregadores, dos tomadores de serviços ou de terceiros, exceto nos casos de dolo ou culpa dos trabalhadores, devidamente comprovados, na forma da lei.

## OUTRAS NORMAS DE PESSOAL

### CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA - DIA DO AGENTE DE LIMPEZA

Fica convencionado a data de “**16 DE MAIO**”, como o “**DIA DO AGENTE DE LIMPEZA**”, data em que as categorias profissionais e econômica se comprometem a enaltecer através de evento visando o desenvolvimento e o conagração da categoria e distingui-la para sociedade.

## JORNADA DE TRABALHO – DURAÇÃO, DISTRIBUIÇÃO, CONTROLE, FALTAS DURAÇÃO E HORÁRIO

### CLÁUSULA TRIGÉSIMA - JORNADA DE TRABALHO EM REGIME 12 X 36 E 08 (OITO) HORAS

As empresas que adotarem para seus trabalhadores a jornada de 12 (doze) horas de trabalho por 36 (trinta e seis horas) ininterruptas de repouso, bem como a jornada diária de trabalho de 8 (oito) horas ininterruptas, sem que tenham firmado Acordo Coletivo de Trabalho, pagarão, a título de jornada especial de trabalho, **60 (sessenta) horas extras por mês**, para cada trabalhador envolvido no horário especial de trabalho, **que deverão constar no contracheque e serem pagas junto com o salário mensal do trabalhador.**

**Parágrafo Único:** Fica convencionado que, a partir do registro desta Convenção Coletiva, é obrigatório constar provisão financeira, na ordem de **60 (sessenta) horas extras mensais**, em todas as propostas comerciais apresentadas pelas empresas a ela submetidas, onde exista previsão das jornadas de 12 (doze) horas de trabalho por 36 (trinta e seis) horas ininterruptas de repouso, ou em que os trabalhadores necessitem laborar por 8 (oito) horas ininterruptas conforme caput da presente cláusula. A provisão dessas 60 (sessenta) horas extras deverá constar nas planilhas de custos, de forma a assegurar o referido pagamento às expensas das empresas, em caráter irrevogável, até o fim do contrato, **salvo se a empresa proponente, no momento da abertura do certame, comprovar ser signatária de Acordo Coletivo de Trabalho autorizando o trabalho nesse regime especial**, em consonância com o Art. 617 da CLT.

## INTERVALOS PARA DESCANSO

### CLÁUSULA TRIGÉSIMA PRIMEIRA - INTERVALO INTRAJORNADA

Considerando os termos da CLT, ao dispor sobre a prevalência do acordado sobre o legislado e

considerando a redação dos Arts. 611 A e B, da CLT, fica assegurado aos integrantes da categoria profissional que cumprirem jornada superior a 06 (seis) horas de trabalho, seja em escala diurna ou noturna, a concessão do intervalo intrajornada de 01 (uma) hora para repouso e alimentação, e para os que cumprirem jornada superior a 04 (quatro) e inferior a 06 (seis) horas de trabalho, fica assegurado a concessão do intervalo intrajornada de 15 (quinze) minutos.

**Parágrafo Primeiro:** Quando concedido o intervalo intrajornada, para repouso e alimentação, o período a este destinado não será computado na duração do trabalho diário e complementarará o intervalo entre jornadas de que trata o art. 66/CLT, não desqualificando o regime da jornada de trabalho.

**Parágrafo Segundo:** Excepcionalmente para os trabalhadores que desempenham a função de Porteiro, tendo em vista as peculiaridades da atividade, é admitido o intervalo para repouso e alimentação nas jornadas superiores a 1 hora, de no mínimo 15 minutos, ficando certo que:

a) as jornadas de trabalho em regime de compensação não serão consideradas como prorrogação de jornada se o total semanal não exceder 44 horas em 6 dias de trabalho, não computando no cálculo das 44 horas a redução noturna, que deverá ser paga em verba própria, se for o caso;

b) No trabalho fora da sede da empresa, o local da refeição será considerado o das instalações do cliente, não sendo requerido refeitório para tal;

c) É admitido, no horário noturno, que o cumprimento do intervalo para repouso e alimentação se dê no próprio local de trabalho, no período que não seja requerido o labor, a critério do trabalhador;

d) O intervalo concedido, nessa hipótese, será computado como integrante da jornada.

**Parágrafo Terceiro:** A concessão ou indenização do intervalo intrajornada não desqualifica quaisquer das jornadas de trabalho previstas nesta Convenção Coletiva.

**Parágrafo Quarto:** Fica expressamente vedada a compensação com folga do intervalo intrajornada não concedido.

**Parágrafo Quinto:** A inobservância à vedação legal ensejará a intervenção da Superintendência Regional do Trabalho e Emprego, bem como comunicação à Secretaria da Receita Federal do Brasil para que promova as autuações aplicáveis.

## FALTAS

### CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEGUNDA - ABONO DE FALTA

Serão abonadas, devidamente justificadas e enquadradas como licença remunerada, inclusive para efeito de aquisição de férias, as faltas ao serviço nos casos de prova escolar realizada em estabelecimento oficial ou oficializado de ensino, mediante prévia comunicação ao superior imediato, com antecedência mínima de **72 horas** e posterior comprovação de sua realização, no prazo máximo de **48 horas**, mediante apresentação de declaração expedida pelo estabelecimento de ensino.

## SAÚDE E SEGURANÇA DO TRABALHADOR UNIFORME

### CLÁUSULA TRIGÉSIMA TERCEIRA - UNIFORMES GRATUITOS

As empresas fornecerão gratuitamente, aos seus trabalhadores, o uniforme necessário, considerando-se o uso normal do mesmo, sendo pelo menos 02 (dois) uniformes completos e um par de calçados, entregues de 06 (seis) em 06 (seis) meses.

**Parágrafo Único:** Em caso de extravio, danos decorrentes de utilização indevida ou fora do serviço e não devolução, quando da rescisão contratual ou substituição do uniforme, o trabalhador indenizará a peça de uniforme faltante ou não devolvida, ficando a empresa autorizada a descontar o respectivo valor diretamente da remuneração ou das verbas rescisórias.

## EXAMES MÉDICOS

### CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUARTA - ATESTADO DE SAÚDE OCUPACIONAL E CRACHÁ DE IDENTIFICAÇÃO

O Atestado de Saúde Ocupacional - ASO, na forma da Norma Regulamentadora nº 7, do MTE, será entregue pela empresa ao trabalhador em 02 (duas) vias, uma das quais, obrigatoriamente, deverá ficar na posse do mesmo, enquanto estiver no exercício da função e no local de trabalho, para pronta apresentação quando solicitado pela fiscalização das autoridades fiscalizadoras competentes, mediante prévia identificação. O Cartão de Identificação tipo crachá, de uso obrigatório quando no exercício da função, deverá ser fornecido a todos os trabalhadores, o qual deverá conter, no mínimo: o nome completo do trabalhador, a função, a data de admissão, o número do PIS/PASEP, a qualificação, o tipo sanguíneo, para ser apresentado quando solicitado pela fiscalização da autoridade fiscalizadora competente, mediante prévia identificação.

## ACEITAÇÃO DE ATESTADOS MÉDICOS

### CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUINTA - PREVALÊNCIA DOS ATESTADOS MÉDICOS/PRAZOS

As empresas aceitarão atestados médicos emitidos por profissionais por ela credenciados nos serviços próprios e os atestados emitidos pelo SUS – Sistema Único de Saúde, estes de acordo com a previsão do art. 131, III, da CLT, mesmo quando possuírem serviços médicos e odontológicos próprios. As empresas também aceitarão os atestados emitidos por outros profissionais, inclusive os contratados pelo sindicato profissional, quando não possuírem serviços médicos e odontológicos próprios.

**Parágrafo Primeiro:** Caso as empresas possuam serviços médicos e odontológicos próprios, seus profissionais poderão acompanhar o estado de saúde do trabalhador que apresentou atestado médico ou odontológico.

**Parágrafo Segundo:** Os atestados médicos serão obrigatoriamente encaminhados pelo trabalhador ou por um representante, no departamento de pessoal das empresas, no máximo em até 24 (vinte e quatro) horas após sua expedição, **não computados na contagem do prazo para a entrega, os sábados, domingos e feriados**, sob pena de invalidade e de serem considerados inservíveis para justificar a falta ao serviço.

## OUTRAS NORMAS DE PROTEÇÃO AO ACIDENTADO OU DOENTE

### CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEXTA - ASSISTÊNCIA MÉDICA EM LOCAIS ISOLADOS

Na ocorrência de doença ou acidente grave, em locais sem assistência médica, ficam as empresas obrigadas a promover a remoção do trabalhador para o local de assistência médica mais próxima.

## RELAÇÕES SINDICAIS LIBERAÇÃO DE EMPREGADOS PARA ATIVIDADES SINDICAIS

### CLÁUSULA TRIGÉSIMA SÉTIMA - LIBERAÇÃO DE DIRIGENTES SINDICAIS

Serão colocados em disponibilidade remunerada pelas empresas empregadoras, com direito a recebimento de todas as verbas e benefícios sociais estabelecidos nesta Convenção Coletiva de Trabalho, todos os dirigentes eleitos para compor a Diretoria do Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Asseio e Conservação, Higiene e Limpeza do Estado do Pará, mediante prévia notificação enviada à empresa empregadora

## **CLÁUSULA TRIGÉSIMA OITAVA - DIRIGENTES SINDICAIS-DIRETORES SUPLENTE-CONSELHO FISCAL-DELEG SINDICAL**

Serão colocados em disponibilidade remunerada pelas empresas empregadoras, no máximo 01 dirigente sindical, estes indicados pela diretoria, além dos diretores efetivos e suplentes e dos membros efetivos e suplentes do conselho fiscal, com direito a recebimento de todas as verbas e benefícios sociais estabelecidos nesta Convenção Coletiva de Trabalho, todos os DELEGADOS SINDICAIS os quais serão indicados pelo Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Asseio e Conservação, Higiene e Limpeza do Estado do Pará.

**Parágrafo Primeiro:** Os DELEGADOS SINDICAIS ficarão à disposição do Sindicato Laboral, estando vedada a indicação de mais do que 01 DELEGADO SINDICAL por empresa;

**Parágrafo Segundo:** O SINELPA indicará o DELEGADO SINDICAL através de ofício diretamente ao empregador, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias anteriores ao PRIMEIRO DIA da disponibilidade. Do mesmo modo, poderá substituir ou mesmo encerrar a atividade do cargo do dirigente sindical, situação em que o empregado retornará as suas atividades perante o empregador.

**Parágrafo Terceiro:** O trabalhador enquanto estiver exercendo a função de DELEGADO SINDICAL não poderá ser demitido, salvo por justo motivo na forma da CLT, gozando de estabilidade provisória desde o momento da notificação do empregador até data limite do mandato da Diretoria Administrativa do Sindicato que realizou a indicação.

## **CONTRIBUIÇÕES SINDICAIS**

### **CLÁUSULA TRIGÉSIMA NONA - CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL**

Considerando a tese de repercussão geral fixada no Tema 935 pelo SUPREMO FEDERAL, e outorgado pelo art. 513/CLT e por Assembleia Geral da categoria, considerando as conquistas econômicas e sociais resultantes da negociação ora celebrada pelo sindicato obreiro em favor do coletivo de trabalhadores representado; considerando a necessidade de provisionamento financeiro para repor os custos despendidos com o processo negocial, tais como: (editais, aluguéis de auditórios, transportes, informativos e demais materiais gráficos, mobilizações, viagens, honorários advocatícios etc.); considerando ainda a necessidade de provisionamento financeiro para o sustento da entidade e o consequente financiamento de suas lutas em defesa da categoria representada, as empresas descontarão mensalmente de todos os integrantes da categoria não associados ao sindicato laboral, a título de **Contribuição Assistencial**, a partir da folha de pagamento de **JANEIRO de 2024**, o valor correspondente a **1% (um por cento)** do salário-base respectivo, recolhendo obrigatoriamente o montante em favor do sindicato profissional até o dia 10 do mês subsequente. Não estão incluídos nos descontos de que trata esta cláusula os trabalhadores que desempenharem cargos administrativos ou de confiança na atividade meio das empresas.

**Parágrafo Primeiro:** Fica resguardado o direito de oposição aos trabalhadores que decidam por não realizar o pagamento da **Contribuição Assistencial**, mediante envio de correspondência eletrônica para o e-mail: cancelamento@sinelpa.com.br, até o dia 15 de fevereiro de 2024, com remessa de cópia para a empresa empregadora.

**Parágrafo Segundo:** Todos os descontos dos trabalhadores em favor do SINELPA serão efetuados mediante transferência ou depósito identificado, no Banco do Brasil: Agência: 1232-7. Conta Corrente: 6.109-3 de Titularidade do Sindicato dos Trabalhadores de Empresas de Asseio, Conservação, Higiene, Limpeza e Similares do Estado do Pará – SINELPA, impreterivelmente até o dia 10 do mês subsequente ao do desconto e o comprovante de pagamento enviado até o dia 15 do mesmo mês para o endereço eletrônico: financeirosinelpa@outlook.com. As empresas também poderão utilizar a chave PIX: 05046362000137, (CNPJ), meio de pagamento instantâneo brasileiro criado pelo Banco Central do Brasil (BC)

**Parágrafo Terceiro:** Todos os descontos dos trabalhadores referentes aos trabalhadores da base territorial dos Municípios de Alenquer, Almeirim, Altamira, Aveiro, Belterra, Brasil Novo, Curuá, Faro, Itaituba, Jacareacanga, Juruti, Medicilândia, Mojuí dos Campos, Monte Alegre, Novo Progresso, Óbidos, Oriximiná,

Placas, Porto de Moz, Prainha, Rurópolis, Santarém, Senador José Porfírio, Terra Santa, Trairão, Uruará e Vitória do Xingu, deverá ser pago mediante transferência ou depósito identificado, no Banco do Brasil: Agência: 4247-1. Conta Corrente: 26.838-0 de Titularidade do Sindicato dos Trabalhadores Tercerizados em Empresas de Asseio, Conservação, Higiene, Limpeza Urbana e Conservação Ambiental, de Serviços Tercerizáveis, Locação de Mão de Obra e Trabalho Temporário do Oeste do Estado do Pará – Siemaco, impreterivelmente até o dia 10 do mês subsequente ao do desconto e o comprovante de pagamento enviado até o dia 15 do mesmo mês para o endereço eletrônico: siemacooestepara@hotmail.com. As empresas também poderão utilizar a chave PIX: 33862528000129, (CNPJ), meio de pagamento instantâneo brasileiro criado pelo Banco Central do Brasil (BC).

**Parágrafo Quarto:** Os empregados associados mensalistas do **SINELPA** estão isentos da **Contribuição Assistencial**, prevista na presente Cláusula, pela razão deles já contribuírem com 6% (seis) por cento para manutenção da entidade sindical laboral, a título de mensalidade sindical.

**Parágrafo Quinto:** As empresas da categoria econômica deixando de proceder ao recolhimento da **Contribuição Assistencial** no prazo fixado, pagarão às suas próprias expensas, além do valor integral devido, correção monetária pelo INPC/IBGE, pro rata dia, bem como juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, e multa de 10% (dez por cento) sobre o total devido já corrigido.

**Parágrafo Sexto:** A empresa inadimplente, será cobrada judicialmente, onde além de pagar a contribuição que trata o caput desta cláusula, pagará correção monetária pelo INPC/IBGE, pro rata dia, bem como juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, bem como a Multa de R\$ 50,00 reais por cada trabalhador (a), e por cada mês que deixou de recolher a referida **Contribuição Assistencial**, conforme previsto nesta Convenção Coletiva de Trabalho em vigor, bem como honorários advocatícios sucumbenciais de 15% (quinze por cento).

**Parágrafo Sétimo:** Quando ocorrer o término dos contratos de prestação de serviços, a empresa sucedida enviará no prazo de 10 dias do término do contrato ao Sindicato Profissional “Relação Nominal, com Função e Valores Descontados” constando todos os Trabalhadores Associados/Contribuintes ao SINELPA, para que envie à Empresa Sucessora, em anexo à Primeira Relação de Contribuintes, a qual deverá continuar efetuando os descontos em folha, referentes à taxa que trata o caput da presente cláusula.

**Parágrafo Oitavo:** Para os trabalhadores não constantes na tabela salarial (anexo I da Convenção Coletiva de Trabalho 2024), cujo salários reajustados a partir de 1º de janeiro de 2024 sejam superiores ao piso salarial do SUPERVISOR, contido no item “12” da referida tabela salarial, o desconto da **Contribuição Assistencial** será no valor de R\$ 44,81 (quarenta e quatro reais, oitenta e um centavos) a ser descontada na folha de **JANEIRO** e recolhida ao SINELPA no mês de **FEVEREIRO de 2024**.

**Parágrafo Nono:** Fica resguardado o direito de oposição aos trabalhadores que decidam por não realizar o pagamento da **Contribuição Assistencial**, mediante envio de correspondência eletrônica para o e-mail: cancelamento@sinelpa.com.br, até o dia 15 de **JANEIRO de 2024**, com remessa de cópia para a empresa empregadora.

**Parágrafo Décimo:** Eventuais descontos a repasses não realizados na **FOLHA DE PAGAMENTO DE JANEIRO de 2024** deverão ser obrigatoriamente realizados na **FOLHA DE PAGAMENTO DE FEVEREIRO DE 2024**.

## CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA - MENSALIDADES SINDICAIS

Os descontos das mensalidades sindicais dos trabalhadores associados ao Sindicato Profissional serão efetuados diretamente em folha de pagamento, *“inclusive durante as férias”*, conforme prevê o artigo 545 da Consolidação das Leis do Trabalho, mediante a apresentação da Relação Nominal dos Associados e Contribuintes, bem como das Autorizações de Descontos, no valor equivalente a **6,0%**, do **salário-base dos empregados**. A efetivação dos descontos somente poderá cessar após manifestação por escrito e de próprio punho do (a) empregado (a), relativo à desfiliação, ou seja, enquanto o (a) trabalhador (a) não solicitar seu desligamento por escrito através de carta endereçada ao Sindicato Profissional em 3 (três) vias e com cópia protocolizada na empresa, este continuará associado e/ou contribuinte. O Sindicato fica desobrigado de fornecer recibo, quando o desconto for feito em folha, valendo como recibo de quitação o

comprovante de transferência ou depósito que trata o Parágrafo Primeiro desta cláusula.

**Parágrafo Primeiro:** O desconto que trata esta cláusula será efetuado mensalmente, durante a vigência da presente cláusula e deverá ser pago mediante *transferência* ou *depósito identificado*, no **Banco do Brasil: Agência: 1232-7. Conta Corrente: 6.109-3 de Titularidade do Sindicato dos Trabalhadores de Empresas de Asseio, Conservação, Higiene, Limpeza e Similares do Estado do Pará – SINELPA**, impreterivelmente até o dia **10** do mês subsequente ao do desconto e o comprovante de pagamento enviado até o dia **15** do mesmo mês para o endereço eletrônico: [financeirosinelpa@outlook.com](mailto:financeirosinelpa@outlook.com)

**Parágrafo Segundo:** Todos os descontos dos trabalhadores referentes aos trabalhadores da base territorial dos Municípios de Alenquer, Almeirim, Altamira, Aveiro, Belterra, Brasil Novo, Curuá, Faro, Itaituba, Jacareacanga, Juruti, Medicilândia, Mojuí dos Campos, Monte Alegre, Novo Progresso, Óbidos, Oriximiná, Placas, Porto de Moz, Prainha, Rurópolis, Santarém, Senador José Porfírio, Terra Santa, Trairão, Uruará e Vitória do Xingu, deverá ser pago mediante transferência ou depósito identificado, no Banco do Brasil: Agência: 4247-1. Conta Corrente: 26.838-0 de Titularidade do Sindicato dos Trabalhadores Tercerizados em Empresas de Asseio, Conservação, Higiene, Limpeza Urbana e Conservação Ambiental, de Serviços Tercerizáveis, Locação de Mão de Obra e Trabalho Temporário do Oeste do Estado do Pará – Siemaco, impreterivelmente até o dia 10 do mês subsequente ao do desconto e o comprovante de pagamento enviado até o dia 15 do mesmo mês para o endereço eletrônico: [siemacooestepara@hotmail.com](mailto:siemacooestepara@hotmail.com). As empresas também poderão utilizar a chave PIX: 33862528000129, (CNPJ), meio de pagamento instantâneo brasileiro criado pelo Banco Central do Brasil (BC).

**Parágrafo Terceiro:** Quando ocorrer o término dos contratos de prestação de serviços, a empresa sucedida enviará, no prazo de 10 dias do término do contrato, “*Relação Nominal, com Função e Valores Descontados*” constando todos os Trabalhadores Associados/Contribuintes ao Sindicato Profissional, para que envie à empresa Sucessora, em anexo à *Relação de Associados*, a qual deverá continuar efetuando os descontos em folha, referentes à contribuição que trata o caput da presente cláusula.

**Parágrafo Quarto:** A empresa que permanecer inadimplente, a partir do segundo mês subsequente ao do desconto, será cobrada judicialmente perante a Justiça do Trabalho, através de Ação de Cumprimento, onde além de pagar a contribuição que trata o caput desta cláusula, pagará Multa de R\$ 50,00 reais por cada trabalhador (a), e por cada mês que deixou de recolher a referida Mensalidade Sindical, conforme previsto nesta Convenção Coletiva de Trabalho em vigor, bem como honorários advocatícios sucumbenciais de 15% (quinze por cento).

**Parágrafo Quinto:** As empresas da categoria econômica deixando de proceder ao recolhimento da mensalidade sindical no prazo fixado pagarão às suas próprias expensas, além do valor integral devido, **juros de 1% (um por cento) ao mês**, atualização monetária utilizando o INPC/IBGE pro rata e **multa de 10% (dez por cento)** sobre o total devido já corrigido.

#### CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA PRIMEIRA - ENVIO DE RELAÇÃO DE ASSOCIADOS/CONTRIBUINTES

As empresas abrangidas por esta Norma Coletiva obrigam-se a receber mensalmente as RELAÇÕES DE ASSOCIADOS/CONTRIBUINTES, fisicamente, protocolizadas com carimbo da empresa, via correio eletrônico, enviadas através dos e-mails: [sinelpa@hotmail.com](mailto:sinelpa@hotmail.com) e [siemacooestepara@hotmail.com](mailto:siemacooestepara@hotmail.com) ou ainda via **WhatsApp** enviadas pelos números **(91) 99924-2994** – SINELPA SEDE BELÉM.

**Parágrafo Único:** O sindicato enviará as RELAÇÕES DE ASSOCIADOS/CONTRIBUINTES, somente quando houver a inclusão de novo (s) associado (s), obrigando-se as empresas a continuidade dos



descontos mensais devidamente autorizados, valendo como valor de referência para o pagamento do repasse ao sindicato laboral, o valor presente na última relação protocolizada e/ou encaminhada à empresa.

## CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SEGUNDA - CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL PATRONAL

Considerando os termos da CLT, ao dispor sobre a prevalência do acordado sobre o legislado e considerando a redação dos Artigos 611 A e B, da CLT, as empresas, ASSOCIADAS OU NÃO SEAC/PA, abrangidas por esta Convenção Coletiva recolherão para o Sindicato Patronal uma Contribuição Assistencial Patronal no valor total de **R\$ 30,00 (trinta reais)**, por trabalhador, a ser recolhida de uma só vez, até o dia **30 de abril de 2024**. A empresa que não recolher até o dia **30 de abril de 2024**, ficará sujeita ao pagamento do valor total da contribuição acrescido da multa de 02% (dois por cento) e juros de 10% (dez por cento) ao mês, efetuada a devida atualização financeira pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC. O pagamento deverá ser efetuado diretamente na sede do SEAC-PA, por meio de boleto bancário fornecido pela própria entidade ou ainda na forma que esta vier a determinar.

**Parágrafo Primeiro:** Para as empresas, associadas ou não ao SEAC/PA, que recolherem a Contribuição Assistencial Patronal até a data acima fixada, será concedido um desconto de 50% (cinquenta por cento). Os recolhimentos realizados após o dia **30 de abril de 2024** serão acrescidos de multa de 02% (dois por cento) e juros de 10% (dez por cento) ao mês ou fração e efetuada a devida atualização financeira pelo Índice Nacional de Preço ao Consumidor – INPC.

**Parágrafo Segundo:** Caso o recolhimento seja feito em desacordo com o previsto no caput desta cláusula, a empresa não se beneficiará do desconto acima concedido, sendo-lhe imputada multa de 02% (dois por cento) e juros de 10% (dez por cento) ao mês ou fração e atualização financeira pelo Índice Nacional de Preços – INPC, sendo os cálculos realizados com base nas últimas informações do e-social. O pagamento deverá ser efetuado diretamente na sede do SEAC-PA, por meio de boleto bancário fornecido pela própria entidade ou da forma que esta vier a determinar, estando a empresa devedora, associada ou não ao SEAC/PA, impedida de receber a CERTRAB, até a regularização do débito.

**Parágrafo Terceiro:** As empresas que forem constituídas após esta data, deverão proceder ao pagamento desta contribuição no mês subsequente ao de seu registro na JUCEPA.

## CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA TERCEIRA - CONTRIBUIÇÃO CONFEDERATIVA PATRONAL

Considerando os termos da CLT, ao dispor sobre a prevalência do acordado sobre o legislado e considerando a redação dos Artigos 611 A e B, da CLT, as empresas abrangidas por esta Convenção **ASSOCIADAS OU NÃO AO SEAC/PA**, recolherão para o Sindicato Patronal uma Contribuição Confederativa Patronal no valor total de 01 (um) piso base salarial da categoria profissional, previsto na Cláusula Terceira, desta Convenção Coletiva de Trabalho, a ser recolhida de uma só vez até o dia **30 de agosto de 2024**, conforme determina o inciso IV, do Art. 8º, da Constituição Federal. A empresa que não efetuar o recolhimento desta contribuição até o dia **30 de agosto de 2024** ficará sujeita ao pagamento de multa de 2% (dois por cento) e juros de 10 (dez por cento) ao mês ou fração e atualização financeira pelo Índice Geral de Preços – INPC. O pagamento deverá ser efetuado diretamente na sede do SEAC-PA, por meio de boleto bancário fornecido pela própria entidade ou da forma que esta vier a determinar, estando a empresa devedora, associada ou não ao SEAC/PA, impedida de receber a CERTRAB, até a regularização do débito.

**Parágrafo Primeiro:** Para as empresas abrangidas pela Convenção SINELPA x SEAC, associadas ou não ao SEAC/PA, que recolherem a Contribuição Assistencial Patronal até a data acima fixada, será concedido um desconto de 50% (cinquenta por cento por cento). A empresa, associada ou não ao SEAC/PA, que não efetuar o recolhimento desta contribuição até o dia **30 de agosto de 2024** ficará sujeita ao pagamento de multa de 2% e juros de 10% ao mês ou fração e atualização financeira pelo Índice Geral de Preços – INPC. O pagamento deverá ser efetuado diretamente na sede do SEAC-PA, por meio de boleto bancário fornecido pela própria entidade ou ainda de outra forma que esta vier a determinar, estando a empresa devedora, associada ou não ao SEAC/PA, impedida de receber a CERTRAB, até a regularização do débito.

**Parágrafo Segundo:** Caso o recolhimento seja feito em desacordo com o previsto no caput desta cláusula, a empresa não se beneficiará do desconto acima concedido, sendo-lhe imputada multa de 02% (dois por

cento) e juros de 10% (dez por cento) ao mês ou fração e atualização financeira pelo Índice Nacional de Preços – INPC. O pagamento deverá ser efetuado diretamente na sede do SEAC-PA, por meio de boleto bancário fornecido pela própria entidade ou ainda de outra forma que esta vier a determinar, estando a empresa devedora impedida de receber a CERTRAB, até a regularização do débito.

**Parágrafo Terceiro:** As empresas que forem constituída após esta data, deverão proceder ao pagamento de contribuição no mês subsequente ao de seu registro na JUCEPA.

**Parágrafo Quarto:** Em caso de não recolhimento da Contribuição Confederativa Patronal prevista no caput da presente cláusula, poderá o Sindicato Patronal recorrer à via judicial, visando receber os valores devidos.

#### CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA QUARTA - CONTRIBUIÇÃO NEGOCIAL PATRONAL

Considerando os termos da CLT, ao dispor sobre a prevalência do acordado sobre o legislado e considerando que a redação de seus Arts. 611 A e B, da CLT, não veda a estipulação de contribuição decorrente de Convenção Coletiva para toda a categoria econômica, por deliberação da Assembleia Geral Extraordinária, realizada **no dia 17 DE JANEIRO DE 2024**, na **sede do SEAC/PA**, e de acordo com o disposto no inciso II, do Art. 8º da CF/88, todas as empresas abrangidas por esta Convenção Coletiva, ASSOCIADAS OU NÃO AO SEAC/PA, recolherão para o Sindicato Patronal uma Contribuição Negocial, até o dia **30 de abril de 2024**, para assistência a todas e não somente às empresas associadas, conforme estabelecido na tabela abaixo.

Nº DE TRABALHADORES	VALOR (R\$)
DE 01 A 50	513,40
DE 51 A 100	763,40
DE 101 A 200	1.013,40
DE 201 A 300	1.263,40
DE 301 A 400	1.153,40
DE 401 A 500	1.763,40
DE 501 A 600	2.013,40
DE 601 EM DIANTE	2.263,40

**Parágrafo Primeiro:** A empresa, associada ou não ao SEAC/PA, que não efetuar o recolhimento desta contribuição até o dia **30 de junho de 2024**, ficará sujeita ao pagamento de multa de **2% e juros de 10%** ao mês ou fração e atualização financeira pelo Índice Geral de Preços – INPC. O pagamento deverá ser efetuado diretamente na sede do SEAC-PA, por meio de boleto bancário fornecido pela própria entidade ou ainda de outra forma que esta vier a determinar, estando a empresa devedora, associada ou não ao SEAC/PA, impedida de receber a CERTRAB, até a regularização do débito.

**Parágrafo Segundo:** As empresas que forem constituídas após esta data, deverão proceder ao pagamento de contribuição no mês subsequente ao de seu registro na JUCEPA.

**Parágrafo Terceiro:** Em caso de não recolhimento da Contribuição Negocial Patronal prevista no caput da presente cláusula, poderá o Sindicato Patronal recorrer à via judicial, visando receber os valores devidos.

#### CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA QUINTA - CERTIDÃO NEGATIVA DE CONTRIBUIÇÕES SINDICAIS LABORAIS AUTORIZADAS

Para efeito deste instrumento e de comprovação junto a terceiros, inclusive perante a Justiça do Trabalho,

Superintendência Regional do Trabalho, tomadores de serviços, empresas privadas e órgãos da administração pública direta e indireta, por força desta Norma Coletiva e em atendimento ao disposto no Art. 607, da CLT, as empresas, associadas ou não, abrangidas por este instrumento normativo, para comprovarem o adimplemento do pagamento das contribuições sindicais previamente autorizadas por escrito, descontadas mensalmente dos trabalhadores (**mensalidade sindical, contribuição confederativa e taxa assistencial negocial**), junto aos órgãos públicos e empresas privadas, deverão apresentar Certidão Negativa de Débito, emitida pelo SINELPA, cujo prazo de validade será de **30 dias consecutivos**, a ser expedida ou negada, no prazo de 07(sete) dias corridos, contados do protocolo do requerimento, valendo este como prova de quitação.

**Parágrafo Único** - O **SINELPA** deverá comunicar ao **SEAC/PA**, por escrito, o indeferimento da certidão prevista nesta cláusula.

## **OUTRAS DISPOSIÇÕES SOBRE RELAÇÃO ENTRE SINDICATO E EMPRESA**

### **CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SEXTA - CONVÊNIOS/PLANO DE SAÚDE E CONVÊNIOS MÉDICOS E ODONTOLÓGICOS**

As empresas que desejarem aderir ao PLANO DE SAÚDE E CONVÊNIOS MEDICOS E ODONTOLÓGICOS, em atendimentos a contratos comerciais com tomadores de serviços que exijam a concessão dessa espécie de benefício, poderá ofertar o Plano de Saúde e Convênios Médicos, preferencialmente com operadora de plano de saúde conveniada aos SEAC/PA na segmentação mínima – AMBULATORIAL + HOSPITALAR, SEM OBSTETRÍCIA, em acomodação ENFERMARIA, de modo a permitir que os trabalhadores em atividade, exceto os já aposentados que não estejam em atividade junto às empresas representadas pelo SEAC/PA, possam mediante adesão voluntária e expressa usufruir dos serviços de saúde ofertados.

**Parágrafo Primeiro** – O PLANO DE SAÚDE será contratado para o período coincidente com o período de vigência desta CCT, exclusivamente nos contratos comerciais com tomadores de serviços que exijam assistência à saúde. A participação no subsídio do seu custeio será na razão de **50%** para o empregador e **50%** para o trabalhador, valor este que será descontado em folha de pagamento, mediante autorização prévia por escrito do trabalhador, sendo que a taxa de adesão será custeada integralmente pelo trabalhador.

**Parágrafo Segundo** - Se o trabalhador for afastado de suas funções, passando a receber benefício do INSS, exceto em caso de acidente de trabalho, a empresa estará isenta do pagamento da parte que lhe cabe, do plano de assistência saúde, podendo o trabalhador optar por pagamento integral. A empresa também estará desobrigada do pagamento que lhe cabe, do plano de assistência saúde, no caso de aposentadoria do trabalhador, por qualquer causa ou circunstância.

**Parágrafo Terceiro:** Para os contratos em que o tomador de serviço **NÃO** exija a concessão do benefício do plano de saúde, por mera liberalidade da empresa, os trabalhadores em atividade, poderão realizar a adesão ao plano de saúde com operadora conveniada ao SEAC, desde que venham a arcar integralmente com o valor do plano, através do desconto em folha e mediante autorização prévia por escrito do empregado, sendo que tanto a mensalidade do plano e a taxa de adesão serão custeadas integralmente pelo trabalhador.

**Parágrafo Quarto:** Nas modalidades de adesão ao plano de saúde mencionadas nesta cláusula, o trabalhador poderá ainda incluir seus dependentes no mesmo plano, arcando com o valor integral de cada dependente incluído, através de desconto autorizado por escrito em folha de pagamento, desde que seja respeitado o limite máximo do desconto em folha.

### **CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SÉTIMA - AUXÍLIO PLANO DE ASSISTÊNCIA E CUIDADO PESSOAL**

As empresas representadas pelo SEAC/PA irão financiar a instituição, neste ato, da cláusula social

denominada “**AUXÍLIO PLANO DE ASSISTÊNCIA E CUIDADO PESSOAL**”, doravante denominado simplesmente “**PLANO DE ASSISTÊNCIA E CUIDADO PESSOAL**”, com intuito de proporcionar a todos os trabalhadores subordinados a esta Convenção Coletiva de Trabalho o usufruto das benesses viabilizadas pelo “**PLANO DE ASSISTÊNCIA E CUIDADO PESSOAL**”.

Os benefícios viabilizados pelo “**PLANO DE ASSISTÊNCIA E CUIDADO PESSOAL**” serão contratados e geridos pelo **SINELPA**, por meio de uma empresa especializada denominada “**Gestora**”, por ele contratada com a anuência do sindicato patronal, sendo certo que toda e qualquer responsabilidade civil, trabalhista, previdenciária, tributária e de qualquer outra espécie, decorrente de fatos ligados ao PLANO serão de inteira responsabilidade do **SINELPA** e da **Gestora**, nada podendo ser imposto ao **SEAC**, ante à sua não participação na gestão do benefício.

Fica acordado que, para viabilidade de implantação e manutenção dos benefícios viabilizados pelo “**PLANO DE ASSISTÊNCIA E CUIDADO PESSOAL**”, caberá às empresas empregadoras, **ASSOCIADAS OU NÃO AO SEAC/PA**, o pagamento mensal do **AUXÍLIO** no valor de **R\$ 19,90** por trabalhador com contrato de trabalho ativo, diretamente à empresa “**Gestora**”, por Conta e Ordem do **SINELPA**, sendo-lhes garantido o prazo até **28 de fevereiro de 2024**, pra implantação, sendo devidos os valores retroativos à data de registro desta Convenção Coletiva de Trabalho-CCT.

A empresa “**Gestora**”, conjuntamente com os demais fornecedores contratados pelo Sindicato Laboral, garantirão o fiel cumprimento dos benefícios abaixo durante toda a vigência desta CCT, qual seja, 02 (dois) anos.

BENEFÍCIO	DESCRIÇÃO, COBERTURAS e CARACTERÍSTICAS
<b>Plano Odontológico*</b>	<p>Cobertura conforme Rol mínimo de procedimentos previstos pela ANS (Agência Nacional de Saúde):</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Urgência</li> <li>• Diagnóstico</li> <li>• Prevenção</li> <li>• Restauração</li> <li>• Tratamento de canal</li> <li>• Odontopediatria</li> <li>• Radiologia</li> <li>• Cirurgias</li> <li>• Tratamento de gengiva</li> <li>• Prótese (bloco, coroa e pino)</li> </ul> <p>Características:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Cobertura Nacional</li> <li>• Sem Perícia</li> <li>• Isenção Total de Carências</li> </ul>
<b>Indenização por Morte ou Invalidez por Acidente Pessoal – AP**</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Coberturas:</li> </ul> <p>Indenização complementar por Morte Acidental – I.S de R\$ 1.000,00 (Mil reais)</p> <p>Indenização complementar Invalidez Permanente Total ou Parcial por Acidente – I.S de R\$ 1.000,00 (Mil reais)</p> <p>*Acidentes decorrentes de trabalho ou acidentes pessoais</p>
<b>Assistência Funeral**</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Funeral Individual (morte natural ou acidental) – I.S de R\$ 3.300,00</li> <li>• Cesta Básica pelo período de 6 meses (em caso de morte por qualquer causa) por – R\$ 150,00</li> </ul>

<p>A empresa “<b>Gestora</b>”, conjuntamente com os demais fornecedores contratados pelo Sindicato Laboral, garantirão o fiel cumprimento dos benefícios abaixo durante toda a vigência desta CCT, qual seja, 02 (dois) anos.</p> <p><b>Assistência Natalidade**</b></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Entrega de cartão magnético no valor de R\$ 600,00             <ul style="list-style-type: none"> <li>Quando do nascimento do filho do titular, o mesmo deverá entrar em contato com a central de atendimento em até 30 dias e deverá enviar a certidão de nascimento</li> </ul> </li> </ul>
<p><b>Assistência Pessoal**</b></p>	<p><b>Assistência Residencial**</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Chaveiro</li> <li>Eletricista</li> <li>Encanador</li> </ul> <p><b>Assistência Nutricional**</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Coleta de Dados</li> <li>Orientação Calórica</li> <li>Recordatório 24 horas</li> <li>Planejamento Alimentar</li> <li>Pensamento em Nutrição</li> </ul>
<p><b>Assistência Automóvel**</b></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li><b>Chaveiro</b></li> </ul> <p>Envio do profissional em casos de:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Chave trancada no interior do veículo,</li> <li>- Perda ou roubo da chave</li> <li>- Quebra da chave na ignição ou porta do veículo.</li> </ul> <p>Serviço prestado para chaves convencionais.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li><b>Auxílio Pane Seca</b></li> </ul> <p>Remoção do veículo do local do evento até o posto de abastecimento mais próximo.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li><b>Troca De Pneus</b></li> </ul> <p>Remoção do veículo, se necessário, até 100 km (cem quilômetros) contados do Local do Evento até seu Destino.</p>
<p><b>Sorteio</b></p>	<p><b>Sorteios pela Loteria Federal:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>4 (quatro) sorteios por mês no valor R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos Reais), sendo 1 (um) sorteio por semana</li> </ul>

**Características:**

- Cada trabalhador receberá um número da sorte que será utilizado em todos os sorteios.
- Os resultados são divulgados semanalmente

\* **Plano Odontológico registrado e regulamentado pela ANS – Agência Nacional de Saúde Suplementar. As condições de atendimento, abrangência, coberturas, carências, etc. do produto estão em conformidade com a ANS e estabelecidas no contrato firmado entre a Operadora de Planos Odontológico e o Sindicato Laboral.**

\*\* **Conforme o regulamento e as condições gerais estabelecidas na Apólice estipulada/sub-estipulada pelo Sindicato Laboral com a Seguradora devidamente registrada na Susep.**

**Parágrafo Primeiro:** A Gestora disponibilizará um *sistema on line* através do site <http://www.bemmaisbeneficios.com.br/sinelpa> para que os empregadores realizem a inclusão de todos seus trabalhadores ativos e novos contratados no **PLANO DE ASSISTÊNCIA E CUIDADO PESSOAL**, bem como, a exclusão dos que tiverem o seu contrato de trabalho reincidido.

**Parágrafo Segundo:** O pagamento mensal do **PLANO DE ASSISTÊNCIA E CUIDADO PESSOAL** deverá ser realizado pelas empresas Empregadoras, por cada trabalhador ativo, independente dos benefícios já ofertados por ela, que poderão ser retirados ou alterados, a critério do empregador, garantindo na íntegra o acesso aos benefícios previstos nesta cláusula.

**Parágrafo Terceiro:** O trabalhador poderá incluir seus dependentes no **PLANO DE ASSISTÊNCIA E CUIDADO PESSOAL** de dependentes, arcando integralmente com os valores correspondentes através de desconto em folha de pagamento. A inclusão e exclusão dos dependentes poderá ser realizada pelo próprio trabalhador através de seu acesso individualizado a sua conta de benefício no site <http://www.bemmaisbeneficios.com.br>, ou através da central de relacionamento da Gestora, ou ainda através do departamento pessoal de sua empregadora que poderá incluir no sistema de movimentação online da Gestora.

**Parágrafo Quarto:** Fica estabelecido que o valor a ser pago mensalmente por cada trabalhador e/ou dependente(s) referente ao **PLANO DE ASSISTÊNCIA E CUIDADO PESSOAL** será realizado pelas empresas empregadoras através de boleto bancário, disponibilizado no *sistema online* pela empresa Gestora, com o vencimento todo dia 5 (Cinco) de cada mês. A cobrança do referido Auxílio será realizada pela empresa Gestora **por conta e ordem** do Sindicato Laboral.

**Parágrafo Quinto:** As movimentações de inclusões e exclusões de trabalhadores e/ ou dependentes deverão ser realizadas até o dia 15 (Quinze) de cada mês através do sistema online e terão processamento efetivado com vigência no dia 01º (primeiro) do mês subsequente.

**Parágrafo Sexto:** Em caso de afastamento de trabalhador, por motivo de doença ou acidente de trabalho, o empregador manterá o recolhimento por mais 01 (um) mês, contado a partir da concessão do benefício previdenciário a que o trabalhador fizer jus.

**Parágrafo Sétimo:** A Gestora manterá uma Central de Relacionamento em dias úteis, de segunda à sexta, das 8h às 18h, para atender as empresas e seus beneficiários do **PLANO DE ASSISTÊNCIA E CUIDADO PESSOAL**, referente a toda e quaisquer demandas em relação aos benefícios contemplados.

**Parágrafo Oitavo:** A Gestora disponibilizará aos trabalhadores através do site <http://www.bemmaisbeneficios.com.br> o acesso à certificados, regulamentos, condições gerais, números da sorte e todas as informações pertinentes ao funcionamento dos benefícios contemplados no **PLANO DE ASSISTÊNCIA E CUIDADO PESSOAL**.

**Parágrafo Nono:** A Gestora disponibilizará material informativo com as orientações necessárias para que o trabalhador acesse as informações do seu **PLANO DE ASSISTÊNCIA E CUIDADO PESSOAL** através do Site, cabendo às empresas empregadoras empreenderem seus melhores esforços para divulgar o referido material afim de dar conhecimento a todos os seus trabalhadores.

**Parágrafo Décimo:** O não pagamento do boleto até o vencimento estabelecido nesta Convenção Coletiva implicará na incidência de juros de mora de 1% ao mês, calculados *pro rata die*, correção monetária pela variação positiva do IGP-M e multa de 2% (dois por cento) sobre os valores não pagos.

**Parágrafo Décimo Primeiro:** O inadimplemento superior há 10 (dez) dias, ocasionará a suspensão dos benefícios, estando a empresa empregadora sujeita a penalidades previstas nesta convenção, além da indenização e reembolso de serviços não cobertos ao trabalhador em detrimento da suspensão das coberturas.

**Parágrafo Décimo Segundo:** As empresas empregadoras deverão fornecer no ato da homologação da rescisão do contrato de trabalho com o trabalhador, a comprovação de vinculação do trabalhador através de demonstrativo de fatura e quitação do boleto do **PLANO DE ASSISTÊNCIA E CUIDADO PESSOAL** do mês vigente.

**Parágrafo Décimo Terceiro:** O valor mensal do **PLANO DE ASSISTÊNCIA E CUIDADO PESSOAL** previsto nesta cláusula, tendo em vista o caráter assistencial e indenizatório, não têm natureza salarial e não se incorporam ao salário para qualquer fim.

**Parágrafo Décimo Quarto:** As empresas empregadoras terão até 60 (sessenta) dias, a partir da data de registro desta Convenção Coletiva de Trabalho, para comprovar ao SEAC/PA e ao SINELPA, que requereram a implantação do custo desse benefício perante seus tomadores de serviços, sejam públicos ou privados, mediante envio de cópia do protocolo do requerimento.

**Parágrafo Décimo Quinto:** As empresas empregadoras deverão promover a inclusão de todos seus trabalhadores, por contrato, por meio do *Sistema On Line* disponibilizado pela Gestora, conforme parágrafo primeiro, no prazo de até 15 (quinze) dias após o primeiro pagamento realizado pelo tomador de serviços.

**Parágrafo Décimo Sexto:** O reajuste do valor do **PLANO DE ASSISTÊNCIA E CUIDADO PESSOAL** previsto nesta cláusula será realizado anualmente pelo INPC – Índice Nacional de Preços ao Consumidor.

**Parágrafo Décimo Sétimo:** O descumprimento da cláusula em decorrência de negligência, imperícia ou imprudência de prestador de serviços (administradores e/ou contabilistas), implicará na responsabilidade civil daquele que der causa ao descumprimento, conforme artigos 186, 927, 932, III e 933, do Código Civil Brasileiro.

-

#### **CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA OITAVA - REMESSA DE COMPROVANTE DE PAGAMENTO DO FGTS, PREVIDÊNCIA E SEGURO DE VIDA**

As empresas, **ASSOCIADAS OU NÃO AO SEAC/PA**, remeterão aos trabalhadores, na forma do Art. 611-A, da CLT, e ao SINELPA, até o dia 20 (vinte) do mês subsequente ao da prestação dos serviços, por e-mail ou por meio físico, cópia da GFIP – Guia de Recolhimento do FGTS e do pagamento dos valores indicados nas Informações à Previdência Social (Resolução nº 321, de 31.08.99, do Conselho Curador do FGTS), cópia do comprovante de seguro previsto nesta CCT em vigor devidamente quitada e relação contendo o nome do trabalhador e o valor recolhido.

#### **CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA NONA - CERTIDÃO DE REGULARIDADE DE OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS - CERTRAB**

Considerando a expressiva extensão do território do Estado do Pará, base de atuação do SINELPA; considerando a escassez de recursos para manutenção da atividade sindical, em decorrência da reforma trabalhista; considerando que é dever institucional do SINELPA colaborar com o Poder Público na garantia e proteção dos direitos do trabalhador; considerando a necessidade de verificação do cumprimento das obrigações previstas nesta norma coletiva, especialmente daquelas de natureza social, utilizando mecanismo que exija investimento financeiro de baixa monta para sua efetivação, é que, por força desta Convenção Coletiva de Trabalho, todas as empresas a ela vinculadas, **ASSOCIADAS OU NÃO AO SEAC/**

**PA**, deverão manter atualizada a Certidão de Regularidade de Obrigações Trabalhistas – CERTRAB, cujo prazo de validade será de **180 dias corridos**, sob pena de aplicação de multa no valor equivalente a **10 salários mínimos vigentes**, a ser revertida às entidades convenientes na razão de 50% (cinquenta por cento) para cada uma.

**Parágrafo Primeiro:** O requerimento para expedição de Certidão de Regularidade de Obrigações Trabalhistas – CERTRAB será encaminhado ao SEAC/PA, em formulário próprio, em 02 vias, conforme o modelo do Anexo II, encontrado também no site [www.seac-pa.com.br](http://www.seac-pa.com.br), ou na Secretaria da entidade, assinado pelo representante legal da empresa e acompanhado de cópia dos documentos ali relacionados, todas rubricadas pelo requerente, e os respectivos originais, para conferência e devolução imediata no ato do protocolo.

**Parágrafo Segundo:** DA EXPEDIÇÃO DA CERTIDÃO: A Certidão de Regularidade de Obrigações Trabalhistas - CERTRAB, das empresas da categoria econômica será firmada:

a) Pelo SEAC/PA e SINELPA.

b) Exclusivamente pelo SEAC/PA no caso de conclusão favorável por esse e ausência de manifestação do SINELPA no prazo convencionado ou falta de consenso entre os Sindicatos Convenientes no julgamento de eventual recurso.

**Parágrafo Terceiro:** São documentos necessários para Emissão de Certidão de Regularidade de Obrigações Trabalhistas – CERTRAB:

- 1) Contrato social e as alterações devidamente registradas;
- 2) Certidão de Regularidade INSS e FGTS;
- 3) Certidão Negativa de Débito Trabalhista-CNDT;
- 4) Comprovante de pagamento das contribuições Patronais: Assistencial Patronal, Confederativa e Negocial, todas previstas na norma coletiva de trabalho em vigor;
- 5) Comprovantes de pagamento do seguro de vida em grupo com apoio funeral e familiar referentes aos três últimos meses vencidos;
- 6) Certidão Negativa de Débito – CND emitida pelo SINELPA;
- 7) Comprovantes de pagamentos das Contribuições Laborais: Taxa Assistencial Negocial Laboral, Mensalidades Sindicais e Contribuição Confederativa / Não Associados, todas previstas na norma coletiva de trabalho em vigor;
- 8) Comprovante de pagamento da taxa de serviços, para expedição da CERTRAB e
- 9) SEFIP – SISTEMA EMPRESA DE RECOLHIMENTO DO FGTS E INFORMAÇÕES E À PREVIDÊNCIA SOCIAL.

**Parágrafo Quarto:** As empresas que vierem a solicitar a emissão de CERTRAB pela primeira vez, estarão obrigadas à apresentação dos documentos discriminados no parágrafo segundo desta cláusula sob números 4, 5, 6, 7, 8 e 9 referentes aos últimos 60 (sessenta) meses, estando sujeitas às penalidades previstas nas CCT's anteriores, em caso de descumprimento de suas cláusulas, aplicando-se as multas previstas neste instrumento.

## **OUTRAS DISPOSIÇÕES SOBRE REPRESENTAÇÃO E ORGANIZAÇÃO**

### **CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA - COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO DA CONVENÇÃO - CFC**

Em virtude do interesse de garantir o fiel cumprimento da legislação trabalhista e previdenciária e deste documento junto à opinião pública, aos tomadores de serviços e às autoridades públicas e privadas de todas as esferas, especialmente as responsáveis pela preservação da regularidade das relações trabalhistas e previdenciárias, não só pela submissão à obrigatoriedade legal, mas, também, para elidir de



vez o estigma de mau empregador e mau contribuinte que o setor ainda alimenta no seio da sociedade, as partes acordam pela manutenção da autofiscalização do setor, nos termos dispostos desta Norma Coletiva.

**Parágrafo Primeiro:** Fica constituída uma Comissão de Auto Constatação formada por dois membros indicados por cada Sindicato conveniente, sendo 01 titular e 01 suplente, para definir, planejar, executar, controlar e resolver todos os assuntos pertinentes à matéria, de acordo com os princípios estampados nesta Convenção Coletiva, sendo as deliberações tomadas pelo voto da maioria de seus membros titulares, que se reunirão, no mínimo, uma vez por mês.

**Parágrafo Segundo:** Cabe à Comissão de Auto Constatação, essencialmente, a apuração de fatos que desabonem ou possam vir a desabonar o setor, no que se refere ao cumprimento da Legislação Trabalhista, Previdenciária e Fundiária, das normas específicas do setor e das convenções e acordos firmados entre as partes, pelas empresas, pelos profissionais da categoria e pelos contratantes dos serviços, sejam eles de direito público ou privado.

**Parágrafo Terceiro:** Compete à Comissão de Auto Constatação: Receber denúncia; realizar buscas; visitar as empresas e os locais de execução dos serviços; requerer informações e documentos nos prazos em que estabelecer em cada caso; ter acesso aos documentos inerentes ao objeto desta cláusula; consultar órgãos e valer-se de outros meios legais para obtenção de dados que possam ser de interesse de eventual análise de seus membros; formalizar o resultado de seu trabalho, de modo que seja decidido em conjunto as providências a serem tomadas, entre elas, mas sem se restringir a aplicação de multas com base neste documento e a denúncia às autoridades constituídas pertinentes às matérias.

**Parágrafo Quarto:** Obriga-se o Sindicato que tenha conhecimento de irregularidade ou fato que possa ser caracterizado como objeto de apuração, nos termos desta Cláusula, a notificar o outro, no prazo máximo de 02 dias úteis, contado da data de conhecimento, sob pena de multa estipulada em **R\$ 1.000,00 (hum mil reais)** em favor da entidade não notificada, independentemente de toda e qualquer providência que venha a tomar, penalidade esta que, no mesmo prazo, deverá ser igualmente cientificada.

## **CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA PRIMEIRA - BASE DE ABRANGÊNCIA**

Os sindicatos signatários estendem a base de sua abrangência aos municípios de Água Azul do Norte/PA, Bom Jesus do Tocantins/PA, Canaã dos Carajás/PA, Conceição do Araguaia/PA, Cumaru do Norte/PA, Curionópolis/PA, Eldorado do Carajás/PA, Jacundá/PA, Novalpíxuna/PA, Ourilândia do Norte/PA, Parauapebas/PA, Piçarra/PA, Redenção/PA, Rio Maria/PA, Rondon do Pará/PA, São Domingos do Araguaia/PA, São Félix do Xingu/PA, São Geraldo do Araguaia/PA, São João do Araguaia/PA, Sapucaia/PA, Tucumã/PA e Xingura/PA, de forma que alcance todos os municípios do Estado do Pará.

## **DISPOSIÇÕES GERAIS REGRAS PARA A NEGOCIAÇÃO**

### **CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA SEGUNDA - NEGOCIAÇÃO/ACORDO COLETIVO**

Para firmar Acordos Coletivos de Trabalho as empresas, ASSOCIADAS OU NÃO AO SEAC/PA, devem comprovar estar quites com suas obrigações sindicais mediante obtenção da Certidão de Regularidade de Obrigações Trabalhistas – CERTRAB – Certidão Negativa de Contribuições ao SINELPA. Os trabalhadores de uma ou mais empresas que decidirem celebrar Acordo Coletivo de Trabalho com as respectivas empresas darão ciência de sua resolução, por escrito, ao Sindicato representativo da categoria profissional, mediante requerimento por escrito, endereçado ao Presidente do SINELPA que terá o prazo de **5 dias** para assumir a direção dos entendimentos entre os interessados, devendo igual procedimento ser observado pelas empresas interessadas com relação ao SEAC (Art. 617 CLT).

### **CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA TERCEIRA - REGRAS E PROCEDIMENTOS PARA ACORDO**

É condição indispensável para o atendimento da solicitação da empresa, pelos Sindicatos Convenientes, que a empresa, associada ou não ao SEAC/PA, seja portadora, durante todo o processo, da Certidão de Regularidade de Obrigações Trabalhistas – CERTRAB - Certidão Negativa de Contribuições ao SINELPA, na forma prevista nesta Convenção Coletiva;

I - Que o edital de convocação, publicado pelo SINELPA, observe:

a - Pauta: o objeto da AGT é votar a proposta da empresa que foi definida com o SEAC/PA, na sua integridade, não podendo ser discutida outra matéria estranha à pauta;

b - Dias e horários, em primeira e segunda convocação, devendo ser observado um intervalo de **05 (cinco) dias entre a publicação e o dia da primeira AGT** ou o prazo que a empresa e os Sindicatos Convenientes formalmente acordarem, condição especial esta que, por ser especial, deverá ser consignada nas atas. A segunda AGT deverá ocorrer no dia seguinte. O horário deverá ser estabelecido em comum acordo entre a empresa e o SINELPA visando proporcionar o comparecimento do maior número possível de trabalhadores da empresa. O intervalo entre a primeira e a segunda convocação deverá ser de, no mínimo, 30 (trinta) minutos;

c - Local de realização da AGT: A AGT deverá ser realizada em Belém ou nas localidades onde estejam estabelecidas Delegacias do SINELPA em que a empresa interessada esteja atuando, ou em outras instalações indicadas pelo SINELPA, a seu critério, inclusive podendo ocorrer nas instalações da própria empresa interessada;

d - Quórum mínimo para votação: em primeira convocação deverá comparecer e votar no mínimo 2/3 do efetivo de trabalhadores da empresa interessada, sediados na localidade. Em segunda convocação, o quórum será reduzido a 1/3 (um terço) do mesmo efetivo;

e - Aprovação: as propostas serão aprovadas se obtiverem a maioria simples dos votos válidos, assim considerado o total de 50% (cinquenta por cento, mais um do total de votos das AGTs;

f - Votação: deve ser consignado no edital que as AGTs serão realizadas em escrutínio secreto;

g - Publicidade: deverá ser dada ampla publicidade, observando no mínimo uma publicação em jornal de grande circulação no estado, fixação do edital durante todo período da convocação em todas as instalações da empresa e do SINELPA.

II – Deveram, ainda, ser adotadas as seguintes providências preliminares:

a - Relação de Trabalhadores por Localidades: a empresa deverá fornecer ao SINELPA uma relação de trabalhadores de cada localidade em que ela atue, com um campo em aberto para o controle de presença às AGTs e com base no último dia do mês anterior ao das AGTs;

b - Lista de Presença: a empresa deverá fornecer ao SINELPA lista de presença, para cada AGT e por localidade, com uma coluna para o trabalhador apor o seu nome e um espaço em branco ao lado, para a respectiva assinatura;

c - Cédula de Votação: a empresa deverá fornecer ao SINELPA as cédulas de votação que serão utilizadas nas AGT's, em que deverá constar a data da AGT, campo para rubrica do presidente e secretário da AGT e ainda a opção do voto;

d - Transporte: a empresa deverá fornecer vale-transporte ou outro meio de locomoção de modo a permitir a participação de todos seus trabalhadores;

e - Alimentação: a empresa deverá fornecer lanche para os trabalhadores cuja saída do seu turno de trabalho não permita que os mesmos satisfaçam a sua alimentação em casa, tendo em vista o horário de início da AGT;

f - Sistema de Som: no local da AGT que esteja prevista a presença de mais que 50 (cinquenta) pessoas, a empresa deverá disponibilizar sistema de som;

III - Durante a realização da AGT deverão ser observados os seguintes itens:

a - Presidente, Secretário da AGT: a Presidência da AGT será indicada pelo SINELPA. Os trabalhadores presentes à AGT, antes de iniciar a sessão, designarão, entre os participantes, o(s) Secretários e o(s)

Fiscais da votação e apuração do pleito, em número a ser designado pelo Presidente da AGT;

b- Confeção da Ata:

b1.) Abertura: consignar a data, local horário, e se ocorreu em primeira ou em segunda convocação;

b.2) Composição da Mesa Diretora: listar o nome completo e a cargo dos componentes da mesa, inclusive os trabalhadores designados na alínea "a", deste item;

b.3) Pauta: leitura do edital e da proposta colocada em votação;

b.4) Discussão: registro das principais questões objetos da AGT;

b.5) Votação: registrar o total de votantes, observando a quantidade de votos válidos favoráveis à proposta, votos contrários, votos nulos e votos em branco;

b.6) Observações finais: consignar se houve impugnações à AGT ou outras manifestações;

b.7) Apuração final das AGTs: exclusivamente na segunda ata referente a AGT realizada na Capital do Estado, deverá constar a totalização dos votos de cada uma das AGTs.

b.8) Finalização: a ata deverá conter a assinatura do Presidente, Secretário(s), Fiscal(is), Preposto(s) da Empresa e dos representantes dos Sindicatos convenientes;

c - Arquivamento da documentação: as cédulas de votação, listas de trabalhadores, lista de presença e as atas das AGTs deverão ser encaminhadas ao SINELPA para arquivamento, ficando sob sua inteira responsabilidade, sendo facultado a empresa e ao SEAC/PA obterem cópia de todos os procedimentos formais que lhes interessar.

**Parágrafo Primeiro:** Resta convencionado que as partes (Empresa (s), SINELPA e SEAC/PA) poderão dispensar do Incisos I, II e III, desta cláusula, desde que ocorram situações de emergência ou de inexecutibilidade de prazos ou condições especiais impeditivas, assim como nos casos de prorrogação de Acordo Coletivo de Trabalho, quando previsto.

**Parágrafo Segundo:** Só serão reconhecidos e terão validade, para efeitos legais, os Acordos Coletivos de Trabalho que tenham observado os preceitos desta Clausula e estejam assinados pela Empresa(s) interessada(s), SINELPA e SEAC/PA, e devidamente Registrados e Arquivados na SRT

## MECANISMOS DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS

### CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA QUARTA - COMISSÃO DE CONCILIAÇÃO PRÉVIA, MEDIAÇÃO E ARBITRAGEM

Considerando as disposições da CLT, na redação de seu Art. 611 – A, as partes acordam entre si criar a Comissão de Conciliação Prévia, Mediação e Arbitragem, com base nas condições abaixo enunciadas:

**Parágrafo Primeiro:** Com base na Lei 9.958/2000 fica criada a Comissões de Conciliação Prévia - CCP entre os Sindicatos signatários para que empregadores e trabalhadores possam celebrar acordo acerca de parcelas e direitos de natureza trabalhista, sendo que, com base no parágrafo único do artigo 625-E da referida lei, o termo de conciliação é título executivo extrajudicial e tem eficácia liberatória geral, exceto quanto às parcelas expressamente ressalvadas.

**Parágrafo Segundo:** Constitui objetivo geral da Comissão de Conciliação Prévia, a solução dos conflitos individuais decorrentes das relações de trabalho, por acordo entre as próprias partes, com a intermediação dos sindicatos dos trabalhadores e dos empregadores, através de seus representantes conciliadores, sem a intermediação da Justiça do Trabalho ou qualquer outro órgão público.

**Parágrafo Terceiro:** Fica estabelecido que o termo de quitação anual de obrigações trabalhistas (art. 507-B da CLT), que é uma faculdade dos trabalhadores e empregadores, será firmado na comissão de mediação, pelo Sindicato Laboral, com a anuência do Sindicato Patronal.

**Parágrafo Quarto:** O termo previsto no §3º discriminará as obrigações de dar e fazer cumpridas mensalmente e dele constará a quitação anual dada pelo trabalhador, com eficácia liberatória das parcelas

nele especificadas.

**Parágrafo Quinto:** Todos os acordos coletivos serão firmados perante a presente comissão, com a mediação dos Sindicatos signatários, com assinatura do Sindicato Laboral e anuência do Sindicato Patronal.

**Parágrafo Sexto:** A presente Comissão também funcionará como câmara de arbitragem para os trabalhadores enquadrados no art. 507-A da CLT, que percebam remuneração superior a duas vezes o limite máximo estabelecido para os benefícios do Regime Geral de Previdência Social e que em seus contratos de trabalho haja cláusula compromissória pactuada com concordância do trabalhador em submeter seus litígios a essa Comissão, nos termos previstos na Lei 9307/96.

**Parágrafo Sétimo:** Como não há mais contribuição compulsória prevista na legislação trabalhista a forma de organização, funcionamento e manutenção da Comissão prevista na presente cláusula será definida pelos Sindicatos signatários.

**Parágrafo Oitavo:** As comissões referidas no caput desta cláusula serão constituídas em caráter intersindical e serão compostas por **4 membros** indicados pelo Sindicato Profissional, sendo **2 titulares e 2 suplentes**, e de igual número e condição de membros indicados pelo Sindicato Patronal.

## CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA QUINTA - DIVERGÊNCIAS/NEGOCIAÇÕES

As divergências surgidas na vigência desta convenção poderão ser dirimidas pelos sindicatos convenientes, através de termos aditivos específicos ou perante a justiça do Trabalho, sempre que não houver acordo entre as partes.

## DESCUMPRIMENTO DO INSTRUMENTO COLETIVO

### CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA SEXTA - DESCUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS

Considerando-se que a Convenção Coletiva de Trabalho representa direito do trabalhador, nos termos do Artigo 7º, da Constituição Federal e, visa a que, conjuntamente, as partes aqui convencionadas possam agir contra irregularidades no cumprimento das obrigações nela estabelecidas e nas leis em geral, fica estabelecido que, a qualquer tempo, o Sindicato Laboral e/ou Patronal ou qualquer empresa, manifestar-se-ão junto aos clientes, tomadores de serviços, quando tiverem ciência de que alguma empresa tenha apresentado preço considerado inexecutável, ou seja, aquele que evidencia clara impossibilidade do cumprimento remuneratório trabalhista e fiscal, esta ação conjunta e/ou isolada, dependendo de cada situação, ensejará em manifestação escrita junto ao cliente – tomador de serviços de asseio, conservação, higienização e demais serviços terceirizáveis, por parte, principalmente, do SINELPA, visando alertá-lo para a inexecutabilidade do preço frente às as obrigações trabalhistas e fiscais, coadunando-se, igualmente, com o disposto no Art. 48, da Lei nº. 8.666/93.

**Parágrafo Único:** O Sindicato Profissional SINELPA na defesa dos interesses da categoria e de suas prerrogativas, bem como no exercício de sua legitimidade conferida pela Constituição Federal, em seu Art. 8º, inciso III, comunicará imediatamente ao Tomador de Serviços, com Cópia ao Sindicato Patronal SEAC-PA, quaisquer tipos de irregularidades, bem como qualquer conduta antisindical, seja ela praticada pelo proprietário e/ou responsável legal ou funcionário (a) da empresa.

### CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA SÉTIMA - MULTA POR DESCUMPRIMENTO DE CLÁUSULAS

Considerando a liberdade de negociação conferida aos entes sindicais pelo Supremo Tribunal Federal, quando do julgamento do Tema de Repercussão Geral no. 1046 e considerando que a impossibilidade de acesso à informações, dados e documentos de apresentação obrigatória, nos termos desta Convenção Coletiva de Trabalho representa óbice intransponível ao exercício do poder-dever de fiscalização conferido

aos sindicatos pela Constituição Federal, resta estabelecida multa de R\$ 50,00 (cinquenta reais), por trabalhador, por mês e multiplicado pelo número de cláusulas descumpridas, pelo descumprimento de qualquer cláusula da presente Convenção Coletiva de Trabalho, a ser aplicada à parte infratora e a ser revertida em favor da parte requerente, seja ela entidade sindical laboral, patronal ou empresa. A presente cláusula atende às exigências do inciso VIII do art. 613 da CLT e, quando de sua aplicação, deve ser respeitado o limite previsto no parágrafo único do art. 622 da norma consolidada.

## RENOVAÇÃO/RESCISÃO DO INSTRUMENTO COLETIVO

### CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA OITAVA - RENOVÇÃO DO INSTRUMENTO COLETIVO

O atual Instrumento Coletivo, revoga a CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO de **MR066750/2022, PA 00095/2023**, registrada em **17/02/2023**, em todos os seus termos.

## OUTRAS DISPOSIÇÕES

### CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA NONA - EMPRESAS OPTANTES DO SIMPLES NACIONAL

As microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP), associadas ou não ao SEAC/PA, que fornecem serviços terceirizados de **agente de portaria/fiscal de piso, garagista, zelador, jardineiro, auxiliar de jardineiro, auxiliar de serviços gerais, ajudante de manutenção, auxiliar de encarregado, encarregado de limpeza, encarregado de jardinagem, encarregado geral, bombeiro hidráulico, eletricitista, ajudante geral de manutenção, recepcionista**, bem como todas as demais categorias profissionais previstas na presente Convenção Coletiva de Trabalho (**exceto servente de limpeza**) não poderão ser optantes pelo regime de tributação do **SIMPLES NACIONAL**, tendo em vista o impedimento legal previsto pelo artigo 17, inciso XII da Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006 e artigos 115 e 191, § 2º da Instrução Normativa 971, de 13 de novembro de 2009 da Secretaria da Receita Federal

**Parágrafo Primeiro:** As microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP) que fornecem, única e exclusivamente, serviços de limpeza e conservação, com a utilização do profissional servente de limpeza poderão ser optantes do **SIMPLES NACIONAL** em virtude da permissão legal prevista no Art. 18, § 5-C, inciso VI da LC 123/06, entretanto, não poderão fornecer outros tipos de serviços com os profissionais previstos no caput da presente cláusula.

}

**BRUNO MOREIRA FERREIRA**  
PRESIDENTE

**SINDICATO DAS EMPRESAS DE SERVICOS TERCEIRIZAVEIS TRABALHO TEMPORARIO LIMPEZA E CONSERVACAO AMBIENTAL DO ESTADO DO PARA SEAC**

**FRANCISCO DE SOUSA BARROS**  
PRESIDENTE

**SIND DOS TRAB DE EMP DE A CONS HIG LIMP E SIM DO EST PA**

## ANEXOS

### ANEXO I - TABELA SALARIAL SEAC SINELPA 2024

[Anexo \(PDF\)](#).

## **ANEXO II - ATA AGE SEAC PA**

[Anexo \(PDF\)](#).

## **ANEXO III - ATA AGE SINELPA 04 JAN 2024**

[Anexo \(PDF\)](#).

A autenticidade deste documento poderá ser confirmada na página do Ministério da Economia na Internet, no endereço <http://www.mte.gov.br>.

**ANEXO I**  
**CONVENÇÃO COLETIVA 2024**  
**TABELA DE PISO SALARIAL SEAC – SINELPA**

ITEM	CARGOS	PISO SALARIAL
1	ANALISTA DE SISTEMAS SÊNIOR	R\$14.024,01
2	ANALISTA DE SISTEMAS 2 (PLENO)	R\$ 8.907,21
3	ANALISTA DE SISTEMAS 1 (JÚNIOR)	R\$5.499,19
4	SECRETÁRIA NÍVEL SUPERIOR PLENO, RECPCIONISTA NÍVEL SUPERIOR BILÍNGUE <b>BIBLIOTECÁRIO</b>	R\$4.879,36
5	OPERADOR DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO	R\$3.997,42
6	SECRETÁRIA NÍVEL SUPERIOR JUNIOR, RECEPCIONISTA NÍVEL SUPERIOR.	R\$3.741,74
7	ELETROTÉCNICO, TÉCNICO OPERACIONAL E ELETRICISTA AFERIDOR.	R\$3.524,15
8	AUXILIAR ADMINISTRATIVO NÍVEL IV	R\$3.453,88
9	TÉCNICO EM INFORMÁTICA, ASSISTENTE DE LOGÍSTICA	R\$ R\$3.152,78
10	SECRETÁRIA NÍVEL MÉDIO II, AUXILIAR ADMINISTRATIVO III E OPERADOR DE REDE	R\$2.878,21
11	INSTRUTOR, MONITOR DE TREINAMENTO, ELETRICISTA DE ALTA TENSÃO	R\$2.628,86
12	SUPERVISOR, SUPERVISOR DE SEÇÃO DE SERVIÇOS GERAIS, OFICIAL DE MANUTENÇÃO	R\$2.612,56
13	INSPETOR DE SERVIÇOS, AJUDANTE DE PRODUÇÃO DE GLP OPERADOR DE INCINERADOR	R\$2.289,96
14	FISCAL DE LIMPEZA, FISCAL DE SERVIÇOS, SECRETÁRIA NÍVEL MÉDIO I, AUXILIAR ADMINISTRATIVO II, SUPERVISOR DE SECRETÁRIA NÍVEL MÉDIO I.	R\$2.258,41
15	TÉCNICO EM REFRIGERAÇÃO, SOLDADOR E AUXILIAR DE ALFERIDOR, ENCARGADO DE SERVIÇOS GERAIS; ENCARGADO DE LIMPEZA, ENCARGADO DE SERVENTE; ENCARGADO DE ESTACIONAMENTO E ENCARGADO, TECNICO DE SEGURANÇA DO TRABALHO, TEC. DE ENFERMAGEM. <b>LIDER DE EQUIPE</b>	R\$2.193,56
16	INSTALADOR/TELEFONIA FUNÇÃO IRLA/OSC	R\$2.159,96
17	MONTADOR DE MÓVEIS, PEDREIRO, ELETRICISTA, CARPINTEIRO, PINTOR, BOMBEIRO HIDRÁULICO, AUXILIAR DE LABORATÓRIO, ENCANADOR, ALMOXARIFE, TRATORISTA, ARQUIVISTA, ARTIFICE, BOMBEIRO CIVIL E DIGITADOR	R\$2.036,76
18	TELEFONISTA	R\$1.920,57
19	ATENDENTE, TELE-ATENDENTE, AUXILIAR ADMINISTRATIVO I, DEDETIZADOR, CONTROLADOR DE PRAGAS, AGENTE DE COMBATE À ENDEMIAS CONTROLADOR SANITÁRIO AMBIENTES II, OPERADOR DE MÁQUINAS LEVES, RECEPCIONISTA, COZINHEIRO E INSPETOR ESCOLAR, <b>AUXILIAR DE SECRETÁRIA, AUXILIAR DE ESCRITÓRIO EM GERAL</b>	R\$1.844,98

20	JARDINEIRO, COLETOR DE LIXO, LIMPADOR DE CANAIS E BUEIROS ORIUNDOS DE ESGOTOS – PODADOR DE ÁRVORES, COLETOR DE ENTULHO ORIUNDO DE ESGOTO, FRENTISTA, REVISOR DE EXTINTOR NÍVEL I, RECARGA DE EXTINTOR NÍVEL II, RESERVA DE HIDROSTÁTICO NÍVEL III, AUXILIAR HIDROJATO E AJUDANTE DE CAÇAMBA,	R\$1.771,17
21	PORTEIRO, ASCENSORISTA, MANOBRISTA, OPERADOR DE CARGA, FISCAL DE SHOPPING, FISCAL DE LOJA, FISCAL DE CONDOMÍNIO, FISCAL DE EVENTOS, FISCAL DE TERMINAL DE PASSAGEIRO, VIGIA, MENSAGEIRO, CONTINUO, ORIENTADOR DE PÁTIO, GARAGISTA, AGENTE DE PORTARIA, AGENTE DE SEGURANÇA SOCIO EDUCATIVA, AUX. DE OPERAÇÃO I, II E III, OPERADOR MONITORADOR DE EQUIPAMENTOS ELETRÔNICOS, CONTROLADOR SANITÁRIO AMBIENTES I, TRATADOR DE ANIMAIS EM AMBIENTES ZOOLOGICO, AGENTE DE BILHETERIA, ESTORQUISTA, TÊC.INVENTARIO CAIXA ESTORQUISTA. FISCAL COM CÃO.	R\$1.602,07
22	AUXILIAR DE ELETRICISTA, AUXILIAR TÉCNICO DE REFRIGERAÇÃO, AUX. DE PRODUÇÃO;; GARÇON; ZELADOR; AUXILIAR DE CONTROLE DE PRAGAS; AUX. DE ALMOXARIFADO; OFFICE-BOY; SERVENTE DE LIMPEZA URBANA E DEMAIS PROFISSIONAIS DE LIMPEZA URBANA;OPERADOR DE FOTO COPIADORA; CARREGADOR COPEIRO; LAVADEIRA, PASSADEIRA; MERENDEIRA, e AUXILIAR DE COZINHA; AGENTE DE HIGIENIZAÇÃO, AGENTE DE LIMPEZA, AGENTE DE SERVIÇOS PATRIMONIAIS, E DEMAIS PROFISSIONAIS COMO: (SERVENTE, AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, FAXINEIRO, VARREDOR DE RUA, LAVADOR DE VEICULOS,AJUDANTE GERAL	R\$1.476,16
23	BOMBEIRO CIVIL LIDER	R\$2.191,29 + 30% DE PERICULOSIDADE
24	BOMBEIRO CIVIL MESTRE	R\$5.496,95 + 30% DE PERICULOSIDADE
25	SUPERVISOR DE BOMBEIRO CIVIL	R\$3.167,17 + 30% DE PERICULOSIDADE
26	SOCORRISTA	R\$1.845,69
27	OPERADOR DE CENTRAL DE CONTROLE E EMERGÊNCIA	R\$2.387,07
28	GUARDIÃO DE PISCINA	R\$1.681,25
29	MANTENEDOR DE PCI (PROTEÇÃO CONTRA INCÊNDIO)	R\$2.387,07
30	MAQUEIRO	R\$ 2.192,66
31	OPERADOR MONITORADOR DE EQUIPAMENTO ELETRÔNICO	R\$1.602,06
32	OPERADOR MONITORADOR DE EQUIPAMENTO ELETRÔNICO I	R\$1.922,48
33	OPERADOR MONITORADOR DE EQUIPAMENTO ELETRÔNICO II	R\$2.259,13
34	ANALISTA DE SUPORTE	R\$3.877,81
35	ANALISTA DE SUPORTE I	R\$3.903,50
36	ANALISTA DE SUPORTE II	R\$4.879,36
37	COLETOR DE RESÍDUOS RECICLÁVEIS	R\$1.476,16 + 40% DE INSALUBRIDADE



38	ENCARREGADO DE OPERAÇÃO	R\$3.781,78
39	OPERADOR DE MUNK	R\$3.162,80
40	TÉCNICO DE MATERIAIS I	R\$3.019,04
41	LÍDER DE LOGÍSTICA	R\$2.685,72
42	ALMOXARIFE III	R\$2.385,58
43	ALMOXARIFE II	R\$2.168,71

OBSERVAÇÃO 1: Acordam os Sindicatos convenientes que os trabalhadores que prestam serviços para Concessionárias de Energia os valores salariais são: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERIAS R\$ 1.651,88; LEITURISTA, AGENTE DE RELACIONAMENTO E NEGOCIADOR R\$1.785,28; ELETRICISTA E PROSPECTOR R\$2.286,75.

OBSERVAÇÃO 2: Os profissionais capacitados e habilitados ao Sistema de Linguagem Brasileira de Sinais (LIBRAS), ocupantes de qualquer cargo ou função, receberão um adicional de 60% (sessenta por cento), aplicado sobre o respectivo piso salarial hora estabelecido.

OBSERVAÇÃO 3: O item número 5, cujo cargo está identificado como o de OPERADOR DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO, constante desta Tabela Salarial, está sendo reinserido, com efeito retroativo a data do Registro nº PA 000155/2021(Termo Aditivo), após verificação de sua supressão equivocada.

OBSERVAÇÃO 4 : incluída a função de BIBLIOTECÁRIO no item 4, por termo aditivo.

Belem/PA, 16 de janeiro de 2024

BRUNO MOREIRA FERREIRA  
PRESIDENTE

SINDICATO DAS EMPRESAS DE SERVICOS TERCEIRIZAVEIS TRABALHO TEMPORARIO  
LIMPEZA E CONSERVACAO AMBIENTAL DO ESTADO DO PARA SEAC

FRANCISCO DE SOUSA BARROS  
PRESIDENTE  
SIND DOS TRAB DE EMP DE A CONS HIG LIMP E SIM DO EST PA

**PLANILHA DE PREÇOS E ESTIMATIVA DE CONSUMO DE MATERIAIS**

ITEM	FONTE	CODIGO	DESCRIÇÃO DO INSUMO	UNIDADE	QUANT.
1	SINAPI	370	AREIA MEDIA - POSTO JAZIDA/FORNECEDOR (RETIRADO NA JAZIDA, SEM TRANSPORTE)	M3	10
2	SINAPI	368	AREIA PARA ATERRO - POSTO JAZIDA/FORNECEDOR (RETIRADO NA JAZIDA, SEM TRANSPORTE)	M3	10
3	SINAPI	1381	ARGAMASSA COLANTE AC I PARA CERAMICAS	KG	500
4	SINAPI	34353	ARGAMASSA COLANTE AC II	KG	500
5	SINAPI	377	ASSENTO SANITARIO DE PLASTICO, TIPO CONVENCIONAL	UN	30
6	SINAPI	7267	BLOCO CERAMICO / TIJOLO VAZADO PARA ALVENARIA DE VEDACAO, 6 FUROS NA HORIZONTAL, 9 X 14 X 19 CM (L X A X C)	UN	1000
7	SINAPI	1014	CABO DE COBRE, FLEXIVEL, CLASSE 4 OU 5, ISOLACAO EM PVC/A, ANTICHAMA BWF-B, 1 CONDUTOR, 450/750 V, SECAO NOMINAL 2,5 MM2	M	1000
8	SINAPI	43603	CADEADO SIMPLES, CORPO EM LATAO MACICO, COM LARGURA DE 50 MM E ALTURA DE APROX 40 MM, HASTE CEMENTADA EM ACO TEMPERADO COM DIAMETRO DE APROX 8,0 MM, INCLUINDO 2 CHAVES	UN	10
9	SINAPI	43682	CHAPA/PAINEL DE MADEIRA COMPENSADA RESINADA (MADEIRITE RESINADO ROSA) PARA FORMA DE CONCRETO, DE 2200 X 1100 MM, E = 6 MM	M2	40
10	SINAPI	1379	CIMENTO PORTLAND COMPOSTO CP II-32	KG	2500
11	SINAPI	6142	CONJUNTO DE LIGACAO PARA BACIA SANITARIA AJUSTAVEL, EM PLASTICO BRANCO, COM TUBO, CANOPLA E ESPUDE	UN	20
12	SINAPI	34623	DISJUNTOR TIPO DIN/IEC, BIPOLAR 40 ATE 50A	UN	50
13	SINAPI	34616	DISJUNTOR TIPO DIN/IEC, BIPOLAR DE 6 ATE 32A	UN	50
14	SINAPI	34709	DISJUNTOR TIPO DIN/IEC, TRIPOLAR DE 10 ATE 50A	UN	25
15	SINAPI	1370	DUCHA HIGIENICA PLASTICA COM REGISTRO METALICO 1/2"	UN	30
16	SINAPI	6141	ENGATE/RABICHO FLEXIVEL PLASTICO (PVC OU ABS) BRANCO 1/2 " X 30 CM	UN	20
17	SINAPI	11681	ENGATE/RABICHO FLEXIVEL PLASTICO (PVC OU ABS) BRANCO 1/2 " X 40 CM	UN	20
18	SINAPI	38124	ESPUMA EXPANSIVA DE POLIURETANO, APLICACAO MANUAL - 500 ML	UN	10
19	SINAPI	39701	FITA ADESIVA ASFALTICA ALUMINIZADA MULTIUSO, L = 10 CM, ROLO DE 10 M	UN	15
20	SINAPI	12815	FITA CREPE ROLO DE 25 MM X 50 M	UN	50
21	SINAPI	3146	FITA VEDA ROSCA EM ROLOS DE 18 MM X 10 M (L X C)	UN	50
22	SINAPI	3148	FITA VEDA ROSCA EM ROLOS DE 18 MM X 50 M (L X C)	UN	50
23	SINAPI	38062	INTERRUPTOR SIMPLES 10A, 250V, CONJUNTO MONTADO PARA EMBUTIR 4" X 2" (PLACA + SUPORTE + MODULO)	UN	50
24	SINAPI	38068	INTERRUPTORES SIMPLES (2 MODULOS) 10A, 250V, CONJUNTO MONTADO PARA EMBUTIR 4" X 2" (PLACA + SUPORTE + MODULOS)	UN	50
25	SINAPI	38194	LAMPADA LED 10 W BIVOLT BRANCA, FORMATO TRADICIONAL (BASE E27)	UN	150
26	SINAPI	39387	LAMPADA LED TUBULAR BIVOLT 18/20 W, BASE G13	UN	300
27	SINAPI	39386	LAMPADA LED TUBULAR BIVOLT 9/10 W, BASE G13	UN	100
28	SINAPI	38383	LIXA D'AGUA EM FOLHA, GRAO 100	UN	500
29	SINAPI	3768	LIXA EM FOLHA PARA FERRO, NUMERO 150	UN	500
30	SINAPI	3767	LIXA EM FOLHA PARA PAREDE OU MADEIRA, NUMERO 120, COR VERMELHA	UN	500
31	SINAPI	38774	LUMINARIA DE EMERGENCIA 30 LEDS, POTENCIA 2 W, BATERIA DE LITIO, AUTONOMIA DE 6 HORAS	UN	50
32	SINAPI	626	MANTA LIQUIDA DE BASE ASFALTICA MODIFICADA COM A ADICAO DE ELASTOMEROS DILUIDOS EM SOLVENTE ORGANICO, APLICACAO A FRIJO (MEMBRANA IMPERMEABILIZANTE ASFALTICA)	KG	180
33	SINAPI	43651	MASSA ACRILICA PARA SUPERFICIES INTERNAS E EXTERNAS	KG	250
34	SINAPI	43626	MASSA CORRIDA PARA SUPERFICIES DE AMBIENTES INTERNOS	KG	250
35	SINAPI	5088	PORTA CADEADO EM ACO GALVANIZADO, COMPRIMENTO DE 3 1/2"	UN	20
36	SINAPI	511	PRIMER PARA MANTA ASFALTICA A BASE DE ASFALTO MODIFICADO DILUIDO EM SOLVENTE, APLICACAO A FRIJO	L	36
37	SINAPI	13395	QUADRO DE DISTRIBUICAO COM BARRAMENTO TRIFASICO, DE EMBUTIR, EM CHAPA DE ACO GALVANIZADO, PARA 18 DISJUNTORES DIN, 100 A, INCLUINDO BARRAMENTO	UN	10
38	SINAPI	34357	REJUNTE CIMENTICIO, QUALQUER COR	KG	50
39	SINAPI	4734	SEIXO ROLADO PARA APLICACAO EM CONCRETO (POSTO PEDREIRA/FORNECEDOR, SEM FRETE)	M3	5
40	SINAPI	6085	SELADOR ACRILICO OPACO PREMIUM INTERIOR/EXTERIOR	L	360
41	SINAPI	20262	SIFAO PLASTICO EXTENSIVEL UNIVERSAL, TIPO COPO	UN	20
42	SINAPI	39961	SILICONE ACETICO USO GERAL INCOLOR 280 G	UN	20

43	SINAPI	12296	SOQUETE DE PORCELANA BASE E27, FIXO DE TETO, PARA LAMPADAS	UN	100
44	SINAPI	7543	TAMPA CEGA EM PVC PARA CONDULETE 4 X 2"	UN	50
45	SINAPI	7348	TINTA ACRILICA PREMIUM PARA PISO	L	108
46	SINAPI	7356	TINTA LATEX ACRILICA PREMIUM, COR BRANCO FOSCO	L	360
47	SINAPI	7528	TOMADA 2P+T 10A, 250V, CONJUNTO MONTADO PARA EMBUTIR 4" X 2" (PLACA + SUPORTE + MODULO)	UN	50
48	SINAPI	38075	TOMADA 2P+T 20A 250V, CONJUNTO MONTADO PARA EMBUTIR 4" X 2" (PLACA + SUPORTE + MODULO)	UN	20
49	SINAPI	36796	TORNEIRA CROMADA DE MESA, PARA LAVATORIO, TEMPORIZADA PRESSAO FECHAMENTO AUTOMATICO, BICA BAIXA	UN	15
TOTAL GERAL					
TOTAL GERAL COM BDI					